



Erinaldo Cavalcanti  
Geovanni Cabral  
[organizadores]

Editora  
Universitária  UFPE

# A HISTÓRIA E SUAS PRÁTICAS DE ESCRITA: relatos de pesquisa





**A HISTÓRIA E SUAS  
PRÁTICAS DE ESCRITA:**  
relatos de pesquisa



Erinaldo Cavalcanti  
Geovanni Cabral  
[organizadores]



# A HISTÓRIA E SUAS PRÁTICAS DE ESCRITA: relatos de pesquisa

Editora  
Universitária  UFPE

Recife | 2013

## Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Prof. Anísio Brasileiro de Freitas Dourado

Vice-Reitor: Prof. Sílvio Romero Marques

Diretora da Editora UFPE: Prof<sup>ª</sup> Maria José de Matos Luna

Editora associada à



### Comissão Editorial

*Presidente:* Prof<sup>ª</sup> Maria José de Matos Luna

*Titulares:* Ana Maria de Barros, Alberto Galvão de Moura Filho, Alice Mirian Happ Botler, Antonio Motta, Helena Lúcia Augusto Chaves, Liana Cristina da Costa Cirne Lins, Ricardo Bastos Cavalcante Prudêncio, Rogélia Herculano Pinto, Rogério Luiz Covalski, Sônia Souza Melo Cavalcanti de Albuquerque, Vera Lúcia Menezes Lima.

*Suplentes:* Alexsandro da Silva, Arnaldo Manoel Pereira Carneiro, Edigleide Maria Figueiroa Barretto, Eduardo Antônio Guimarães Tavares, Ester Calland de Souza Rosa, Geraldo Antônio Simões Galindo, Maria do Carmo de Barros Pimentel, Marlos de Barros Pessoa, Raul da Mota Silveira Neto, Sílvia Helena Lima Schwamborn, Suzana Cavani Rosas.

*Editores Executivos:* Afonso Henrique Sobreira de Oliveira e Suzana Cavani Rosas

Diagramação e capa: EdUFPE

Catálogo na fonte:

Biblioteca Joselly de Barros Gonçalves, CRB4-1748

H673 A história e suas práticas de escrita : relatos de pesquisa / organizadores : Erinaldo Cavalcanti, Geovanni Cabral. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2013. 213 p. : il.

Inclui bibliografia.  
ISBN 978-85-415-0250-4 (broch.)

1. Historiografia – Recife (PE). 2. Pesquisa histórica. I. Cavalcanti, Erinaldo Vicente (Org.). II. Cabral, Geovanni Gomes (Org.).

907.2 CDD (23.ed.) UFPE (BC2013-092)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.

## Apresentação

A vida acadêmica é regida por um conjunto de normas e regras – até certo ponto maleáveis – que autoriza algumas práticas e proíbe outras, como já escrevera Michel de Certeau. A experiência de cursar um doutorado em história nos leva a caminhos e trilhas com descobertas e possibilidades múltiplas. A imprevisibilidade do trajeto da pesquisa nos impele ao desconhecido. As incertezas dessa travessia às vezes até assusta, por não termos a certeza – como gostaríamos – de onde chegaremos com precisão, nem de como chegaremos. É como pisar num terreno movediço e sentir a areia escapando pelos pés e faltar-nos o chão. Porém isso nos incita a aprendizagem; à busca pela produção do conhecimento historiográfico.

Ao final do percurso apresentamos os resultados produzidos durante a jornada. Porém, o caminho é longo. Muitas trilhas se abrem, e vamos construindo as veredas a cada passo. No ritual de chegada, nem sempre podemos apresentar toda a experiência do trajeto. Assim selecionamos algumas partes, num diálogo tenso, compartilhado e repartido entre orientador e orientando e tantos outros intercessores que construímos durante a jornada.

Assim este livro surge como uma tentativa de apresentar e compartilhar ao mesmo tempo com colegas que se lançaram nesse projeto exploratório de pesquisa ou mesmo aqueles que já atravessaram este percurso, algumas experiências tecidas até o momento. São textos, que os historiadores, em formação, aqui reunidos construíram para apresentações em seminários e ou mesas redondas. Também poderão ser desdobrados em capítulos – ou subcapítulos da tese – ou mesmo textos resultantes de disciplinas cursadas na Pós Graduação em história da UFPE, quando estas

possibilitaram um maior estreitamento com as pesquisas de seus respectivos autores. (Essa segunda parte do parágrafo, que dividi colocando um Também, mesmo assim ficou um pouco confuso...Tive que reler e ainda assim me pareceu pouco claro, pois você mistura com cursos na pós e me parece então que há uma ordem na sequência do que está sendo narrado confunde a compreensão do leitor.)

O livro *A história e suas práticas de escrita: relatos de pesquisa*, se constitui como escrita de registros/reflexões de aprendizagens. Se nenhuma escrita é conclusiva ou final, esta menos ainda. São reflexões metodológicas e historiográficas acerca de diversas questões, que estão se metamorfoseando em teses. E nesse movimento, alguns dos capítulos se apresentam como fisionomias mais delineadas, em virtude também do percurso que seu autor já trilhou até o momento.

O projeto do livro surgiu de conversas entre os organizadores, quando refletíamos acerca dos muitos textos que escrevemos nesses anos de doutorado em história e que eram tão significativos dessa memória de desafios e aprendizagens. Não perder os rastros dessa história do que foi e está sendo o aprendizado desse fazer historiográfico, podemos afirmar é o objetivo maior do livro que trazemos aos leitores.

Com a preocupação de organizar nossas experiências de escrita e pesquisa, decidimos convidar um grupo de doutorandos da Pós Graduação em História da UFPE para compartilhar seus relatos, narrando, por conseguinte, fragmentos do percurso; os desafios e as possibilidades da escrita e da pesquisa que acompanham muitos passos desse trajeto.

A linha de Pesquisa Cultura e Memória, do Programa de Pós Graduação em História da UFPE, por meio das disciplinas ofertadas nos cursos de mestrado e doutorado, tem possibilitado proficuas *discussões* teórico-metodológicas. São cursos que se constituem como ricos espaços de debates sobre as mais recentes *discussões* no campo da teoria da história. Um conjunto de autores, cuja produção é alvo de estudos, reflexões, debates que nos desafiam a realizarmos deslocamentos analíticos assim como operarmos outras estratégias escriturísticas.

Dessa forma, o grupo reunido neste livro, deve muito aos professores historiadores daquela Pós Graduação e, certamente as leituras e reflexões vivenciadas nos referidos cursos. Entretanto, incoerências, as falhas e lacunas – que existem – são de inteira responsabilidade dos autores.

Por outro lado, esperamos que os textos que compõem esse livro sirvam também para apresentar um pouco da riqueza e diversidade das teses de doutoramento em andamento no Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Porém não podemos deixar de registrar que muitas outras importantes narrativas do operar metodológico, de pesquisa e de escrita do fazer de teses no PPG em História da UFPE, por razões as mais diversas, não estão contempladas nesse livro.

Queremos registrar que a escolha do título deste livro, *A história e suas práticas de escrita: relatos de pesquisa*, não se deu de maneira aleatória. Essa escolha ocorreu em virtude de acreditarmos que a história é uma prática, como bem enfatiza Michel de Certeau. Prática esta, regida por um conjunto de normas e regras, que no diálogo com os pares, institui inteligibilidade ao texto historiográfico. Se a escrita é polifônica, lapidável, que necessita constantemente do burilamento cuidadoso do historiador, a historiografia por sua vez, ganha brilhos e tonalidades com a reescrita permanente. Este proceder é resultante de um amplo movimento que vem deslocando o ângulo de percepção com outras perguntas, novos temas, novos documentos, que estão em estreito diálogo com uma significativa diversidade de abordagens teórico-metodológicas.

Gostamos da leitura que Michel de Certeau oferece do conceito de *relato* quando o compreende numa estreita analogia metafórica com os transportes coletivos na cidade de Atenas, na Grécia contemporânea. Segundo ele, naquela cidade, o ônibus ou trem é chamado de *metaphorai*. Assim toma-se uma *metáfora* para ir trabalhar ou voltar para casa. Da mesma maneira os relatos – defende ele – poderiam ter esse belo nome, porque eles cruzam, perpassam, mobilizam, selecionam, organizam e movimentam os lugares; nomeiam e instituem as práticas.

A etimologia da palavra *prática* nos leva ao latim *practice* como raiz comum da qual deriva prática e praticar. Assim, no Aurélio, *prática* é experimentado como o efeito da ação, ou seja, como o efeito do verbo praticar. Pode também ser manipulada como *experiência, exercício, maneira de proceder*. Outro significado nos parece bastante instigante: *prática* é também a grafia que empresta significado à licença dada a navegantes para se comunicarem com a terra. Ou seja, é por meio da *practice* – ou *prática* – que se estabelece o contato entre os dois universos: aquele sobre o qual impera o navegante e aquele sobre o qual reina o pedestre, o caminhante. É a *prática* que interconecta os mundos, que possibilita levar e trazer notícias de um a outro; sobre um e sobre outro; que faz o navegante conhecer as terras e o caminhante compreender os mares. É a ponte que possibilita o contato entre as experiências. Com a *prática* o navegante diz de seu universo, fala sobre ele, leva-o e o institui; oferece-o por meio de seus relatos. Em outras palavras, com a prática, o navegante ganha autoridade, adquire autonomia para apresentar seu mundo à terra; bem como possibilita ao caminhante representar seu universo àqueles que navegam por outras rotas.

Nesse movimento a história como uma prática adquire também um estatuto, ou uma *licença* – como aquela do navegante – que tem autoridade para falar sobre os universos. Mas não apenas. Seus relatos criam mais que possibilidades de leituras. Criam os próprios universos, arquetam os traços que dão formas aos mundos, instituem as lentes pelas quais se percebem os multiversos, burilam as sensibilidades pelas quais sentimos e criamos a vida.

O momento também é oportuno para destacarmos o papel que a Editora da UFPE vem desempenhando no trabalho constante de apoio e valorização do conhecimento produzido nesta Universidade. Através da professora Maria José Luna e sua equipe, a EdUFPE vem pondo em prática uma política de valorização e circulação do conhecimento por meio da publicação sistemática da produção acadêmica e dessa forma fazendo valer seu papel de levar o conhecimento científico para além dos muros da universidade.

Os organizadores

## Prefácio

A diversidade dos caminhos na escrita da história: “entre estilos e formas que podem mudar nossa imagem do mundo”

*Cada vez que o reino do humano me parece condenado ao peso, digo para mim mesmo que à maneira de Perseu eu devia voar para outro espaço. Não se trata absolutamente de fuga para o sonho ou o irracional. Quero dizer que preciso mudar de ponto de observação, que preciso considerar o mundo sob uma outra ótica, outra lógica, outros meios de conhecimento e controle. No universo infinito da literatura sempre se abrem outros caminhos a explorar, novíssimos ou bem antigos, estilos e formas que podem mudar nossa imagem do mundo. (Italo Calvino. Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas).*

O livro *A história e suas práticas de escrita: relatos de pesquisa* apresenta uma proposta inovadora: a reunião de um conjunto de textos que narra o percurso de um grupo de doutorandos em face dos inúmeros desafios que se apresentam na construção/produção de suas teses. Ao lê-los sou tentada a agir como nos inspira Calvino: considerar outras maneiras de ver o mundo e, especialmente, mudar de ponto de observação.

Encontramos muitos artigos, livros, teses que são publicados quando o trabalho já está concluído. Mas a proposta deste livro é diferente, justamente o contrário. O objetivo é apontar os começos, o desenrolar dos fios, os interesses de estudos, a difícil arte de lidar com documentos, conceitos e categorias e, sobretudo, os encontros com personagens muito especiais, homens e mulheres que emergem das fontes selecionadas, assim como os acontecimentos e experiências que se configuram a cada passo. Cada capítulo estuda um tema específico, problemáticas multidimensionais e práticas de pesquisa – com fontes documentais bastante diversas – e escrita

desafiadoras. O que pode parecer em um primeiro momento “dispersão temática” – cada um cuidando do seu objeto – para compor um livro, toma forma e desenha um universo historiográfico muito especial, um mosaico de questões que tem lugar privilegiado na produção do conhecimento. E, assim, os textos estabelecem significativas ressonâncias entre si por meio de autores estudados, exercícios de pesquisa, métodos e regras historiográficas que oscilam e vibram nas palavras de um e de outra.

Os organizadores inequivocamente afirmam que a feitura deste livro é tecida nas travessias, pelo que se passa *entre* o ponto de partida e o de chegada – mais ou menos inconclusa – que problematiza e estimula outros deslocamentos, ou melhor, outras viagens. É um tempo que não se contabiliza em dias, meses e anos de trabalho (mesmo sabendo do tempo institucional da Capes), mas que se inscreve duramente na feitura dos textos, tecidos nas aprendizagens cotidianas, nas descobertas que marcam as aventuras do conhecimento e nas tensões próprias de quem se lança aos desafios das rupturas.

Os capítulos expõem documentos inéditos, outros não tão inéditos, porém, que se tornam “novos” mediante abordagens singulares, direcionadas por novas interrogações, formuladas nas intensas leituras teórico-metodológicas. Rica experiência que recebe atenção redobrada segundo orientações metodológicas específicas para cada tipo de fonte utilizada sejam escritas, orais, visuais, entre outras. O documento escrito não reina sozinho, não é a única referência que oferece suporte ao discurso historiográfico. Há que se considerar a diversidade dos documentos e testemunhos, convocada a fazer parte de “práticas autorizadas”, conforme assinala Michel de Certeau. São as trilhas que os autores deste livro percorrem ao contemplarem em suas pesquisas um amplo espectro de acervos documentais: cartas, bilhetes, relatos orais de memória, jornais e revistas, atas da Câmara de vereadores, relatórios das secretarias de segurança pública dos estados, ofícios e memorandos, poesias, romances, folhetos de cordéis.

Ao mesmo tempo, ao realizarem reflexões imprescindíveis às

suas pesquisas os autores operam deslocamentos analíticos que atendem ao processo de ressignificação histórica, principalmente ao tratarem de determinados conceitos, como tão bem ensina o historiador alemão Koselleck, referência compartilhada. Nesse entrecruzamento de caminhos, os autores se inserem em diferentes campos de reflexão em sintonia com o tema e a documentação que norteiam a sua investigação. Encontram-se atentos ao amplo e complexo debate historiográfico, às propostas inovadoras, além de considerar a importância dos legados intelectuais mais pertinentes conforme assinala Roger Chartier no seu livro *A história cultural: entre práticas e representações*.

Assim, os autores desta coletânea levam em consideração novos conceitos e metodologias apresentados em espaços teóricos específicos; discussões que envolvem pensar a concepção de acontecimento histórico e também a relevância às ações dos agentes sociais; assim como a problematização do estatuto narrativo da história. Questões que ganham centralidade na historiografia contemporânea.

Erinaldo Vicente Cavalcanti estuda a ameaça comunista em Garanhuns, PE, entre os anos de 1958 a 1964. Assinala com muita criatividade as múltiplas facetas do medo, não como um sentimento imutável, mas entrelaçado às condições históricas específicas, trazendo ricos testemunhos orais de pessoas, destacando o relato de um alfaiate que foi alvo da tortura, entre outras práticas de violência policial/militar por ser comunista. O seu texto, **O carpinteiro e o alfaiate: narrativa, oralidade, medo e comunismo**, é construído no nível micro, porém praticando o jogo discursivo entre o micro e o macro, relata uma história que também ocorria em grandes cidades. Retrata os perigos e os medos que o discurso oficial sobre o comunismo produz numa pequena cidade de Pernambuco, e que, no entanto, se insere na maquinaria política da repressão no Brasil, no período assinalado. Contribui sobremaneira para a discussão acerca do uso das fontes orais ao assinalar que os relatos de memória devem ser analisados na configuração das relações de força que os engendram e os significam.

Geovanni Gomes Cabral que se posiciona contra as biografias factuais e lineares escreve **Trajatórias biográficas e literatura: histórias do poeta José Costa leite**. Remete seus leitores para o universo dos folhetos de cordel. Não sem antes abrir uma breve discussão crítica sobre a escritura biográfica, sublinha algumas passagens da vida do “artista da palavra”, conforme ele diz. E assim, adianta que os versos surgem das experiências de vida, diversas e dramáticas histórias vividas, andanças e passagens, levando-se em conta os contextos nos quais as histórias foram produzidas e inscritas: paisagens, histórias, modos de vida, crenças e tudo o que podia ser contado no universo das feiras e mercados... Geovanni qualifica Costa Leite como um “andarilho do tempo” e se apoia na eficácia da tríade “informar, contar e distrair” para indicar a força do cordel no imaginário social.

Ana Maria de Souza entra em cena para tratar da complexidade de noções e conceitos como os de *revolução* e *transgressão*, que exemplarmente discute em seu texto **História e transgressão: devires possíveis**. A autora apoiando-se em leituras com diferentes orientações como a de Koselleck, Hannah Arendt, e também Foucault e Deleuze pensa os conceitos inscritos nas práticas sociais, que necessariamente a pesquisa histórica deverá contemplar, indagando de que modo o seu estudo nos compele a considerar a maneira como se avaliam as experiências culturais e políticas na configuração das ações humanas como matéria da vida.

Airton Pereira tem como objetivo em seu texto – **A Igreja Católica, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Estado: mediação e conflitos no sul do Pará** – efetuar a análise de determinadas instituições de mediação, como a Igreja Católica e discutir também a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia/PA; as ações de certos órgãos de governo como o Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT), ligado ao INCRA. Destaca ainda as formas de mobilização da Polícia Militar e o papel do Judiciário na figura de alguns juízes. Todos estes agentes sociais envolvidos com os conflitos de terra no sul do Pará, ocupando posições muito diferentes, permeada pelos antagonismos, são cruciais para a compreensão da configuração da

violência contra os trabalhadores rurais, e que ao mesmo tempo, permite também entendê-los em seu papel ativo, protagonistas da sua história. O autor não passa ao largo da discussão de conceitos centrais à análise do seu tema, como o conceito de mediação, avaliando os usos políticos do termo, visto no âmbito das ações que os dimensionam para além do local, capaz de estabelecer relações com outras instâncias e grupos.

Izabel Cristina de Araújo Cordeiro em seu texto “**..Você diz que dá no Nêgo, no Nêgo você não dá...**” **As táticas dos capoeiristas para afirmação do jogo da capoeira em Recife construídas a partir da década de 1980**, após delimitar os períodos que marcam a história da capoeira no Brasil, desde a sua criminalização no Código Penal de 1890 até a sua liberação e afirmação como “roda de capoeira”, compõe uma narrativa que conta histórias, memórias e especialmente relata a riqueza das rodas de capoeira, que vão se tornando referência em Recife. Assinala-se também o esforço das iniciativas dos capoeiristas em divulgar a prática da capoeira, para fazer circular um esporte, um jogo e ainda as cantigas que as acompanham e que buscam se fazer nas apresentações no espaço público da cidade. Um mundo cultural se descortina e é neste território que a autora se insere e passa a construir suas mais criativas indagações em seu trabalho no campo da história.

Mário Ribeiro dos Santos narra com grande sensibilidade as **Festas juninas no Recife: silenciamentos, narrativas e interpretações na escrita de novas histórias (1920)**. O autor busca inserir sua pesquisa no conjunto das produções intelectuais sobre o tema das festas, especialmente das festas juninas no espaço da cidade do Recife. Procura se valer das contribuições, sobretudo, dos antropólogos, como também dos poucos trabalhos realizados por historiadores. Apoia-se, com base em suas fontes documentais, nos registros da imprensa do Recife nos anos 1920 e em demais anotações, particularmente aquelas que são autorizadas a falar em nome do que se considera cultura popular. Por meio dos registros da imprensa, o autor percorre bairros, ruas, praças, pátios de igrejas e locais diversos – como o centro da cidade – fazendo emergir uma cartografia das festas na cidade. Mas

não para ai, também descreve os espaços das festas não apenas nos espaços públicos, mas também na sua intimidade burguesa – as ceias nas casas de pessoas representadas como pertencendo a elite. As festas registram os seus frequentadores e a comida que era posta à mesa; espaços que agregam e espaços que excluem. O tema da festa expõe diferenças não só nas diversas maneiras de vivenciá-la, mas também nos sentidos diversos que os grupos sociais atribuem ao calendário festivo, como tão bem anota o autor.

Maria do Rosário da Silva, ao apresentar **Escrita e visibilidade na década de setenta** nos oferece várias lições sobre como fazer uma tese, como lidar com o seu tema e como enfrentar os desafios metodológicos da documentação. J. Borges, renomado artista de folhetos de cordel e xilogravuras em Pernambuco, é o seu estudo. A autora entende que é necessário observar as xilogravuras e os folhetos escritos por J. Borges atentando para os aspectos materiais da sua produção e meios de circulação articulados à estrutura narrativa dos versos, transformando práticas e técnicas para criar a sua arte, colando a ela a sua autoria. Na perspectiva de Foucault em *O que é um autor* ela desconstrói com exímia competência as malhas tecidas na mitificação da figura do autor, trabalhando para que J. Borges seja visto na produção do seu tempo e nas artimanhas com que elabora a sua arte e a sua biografia, constituindo-se artista: o belo contador de histórias em versos e xilogravuras, que escreve, ilustra, imprime e vende em espaços que vão além das feiras e mercados e até mesmo o museu que ele cria.

Já Vania Cavalcanti ao escrever **Dos novos caminhos e outros lugares do Recife (2000-2014)** adentra o universo da cidade do Recife nos meandros da vida contemporânea. Circunscrevendo o lugar social de onde escreve, a autora, arquiteta e urbanista de formação, agora trabalhando no campo da história, se propõe a narrar a história de Recife no presente, conhecer a vida da cidade na contemporaneidade. Remetendo-me a G. Agamben este é o tempo em que as luzes da cidade se apagam para entrever “a sua íntima obscuridade”, para citar o seu livro *O que é o contemporâneo*. As seduções da velocidade, o tempo das ilusões, a mídia incitando os sonhos... A cidade habita/cria hábitos e se torna necessário então pensar as sociabilidades e

subjetividades na multiplicidade das práticas dos seus habitantes, diz a autora. Abrem-se os diálogos para se pensar as várias possibilidades de análise para tudo aquilo que se apresenta como “novo” ou os artificios do novo. Vania finaliza o texto com inúmeras indagações, não sem antes estabelecer ricos diálogos com autores das diversas áreas do conhecimento,

O conjunto dos textos apresentado nos dá indícios dos embates e impasses que as diversas etapas para a construção de uma tese em história suscitam, da qual livros e diferentes textos escritos são resultado. São os desafios e estratégias que se abrem a um conjunto de procedimentos teórico-metodológicos, permitindo aos pesquisadores lançarem-se a novas propostas, oferecendo ricas contribuições.

Foi com muita alegria, dotada de um sentimento de satisfação intelectual e de muito afeto, que li os textos que ora apresento; riqueza inominável para uma professora que buscou dialogar com os autores deste livro – professores-pesquisadores e ao mesmo tempo estudantes – desde quando ingressaram no curso de doutorado em História na UFPE. Passamos por inúmeras leituras críticas e debates que produziam diversos exercícios de pensamento e muitas descobertas, debatendo, oscilando entre o fazer e o desfazer enigmas – lembrando Penélope – envolvidos também pela arte da escrita da história. Com que prazer fazíamos isso em sala de aula! Sabíamos que a incerteza do conhecimento nos guiaria para a invenção de caminhos não pensados.

Espero que os leitores deste livro sejam instigados a procurar e a compartilhar experiências de leitura em cada capítulo, que se constituem em lições de práticas historiográficas ou reflexões da iniciação do fazer historiográfico. E assim almejo que o livro se traduza em aprendizagem para quem o lê: um quadro multifacetado com questões que fluem de um texto a outro, instigam o saber e ensinam a pesquisar...

Afinal, o que são nossas vidas se não um (re)aprender incessante...

Um convite à leitura!

Regina Beatriz Guimarães Neto.  
Recife, maio de 2013

# O carpinteiro e o alfaiate: narrativa, oralidade, medo e comunismo.<sup>1</sup>

Erinaldo Vicente Cavalcanti<sup>2</sup>

“A história das coisas feitas só sobrevive se for narrada, se o que é dito, for *bem* dito”.

(Hannah Arendt. *A vida do Espírito*)

Gosto da metáfora<sup>3</sup> que coloca o fazer da escrita como uma operação semelhante àquela praticada pelo carpinteiro. Este artista escolhe a madeira, seleciona algumas tábuas, retira as “melhores partes”, amola suas serras, facas, lâminas, prepara seus instrumentos, e começa lapidar vagarosamente. Aos poucos a madeira vai ganhando formas que vão lhes atribuin-

---

1 Uma pequena parte desse texto foi apresentada no IV Encontro Regional Sul de História Oral - **Narrativas, Fronteiras e Identidades**, realizado de 24 a 27 de maio de 2011 na Universidade Federal de Pelotas – UFPel – RS. Esta pesquisa conta com apoio da Fundação de Amparo à Ciência e a Tecnologia do Estado de Pernambuco – FACEPE. Agradeço as críticas e sugestões dos historiadores e amigos Mário Ribeiro e Maria do Rosário, além daquelas feitas pela professora Regina Beatriz Guimaraes Neto.

2 Professor Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco.

3 Para pensar a concepção de metáfora, deixei-me conduzir pelas análises de Michel de Certeau, quando coloca a metáfora numa relação de analogia com os relatos que atravessam cotidianamente os lugares, que selecionam, nomeiam, estratificam e instituem os espaços. Para aprofundar essa dimensão ver *Relatos de Espaço*. In *A invenção do cotidiano: 1 artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994. Também fui seduzido pelas discussões de Hannah Arendt, que ao discutir a questão, afirma que “a metáfora confere ao pensamento abstrato, desprovido de imagens, uma intuição cuja procedência é o mundo do aparecer (da aparência), dos fenômenos”. In *A vida do espírito*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995, pág. 80. Além das discussões de Durval Muniz ao pôr em relevo a importância das metáforas como forma por excelência do trabalho historiográfico. Para maiores detalhes acerca desta discussão ver Albuquerque Junior, Durval Muniz. “*Os maus costumes de Foucault*” In: *História: a arte de inventar o passado*. São Paulo: EDUSC, 2007.

do outros significados. Após os cortes cuidadosos, o carpinteiro começa o processo de polimento. E neste movimento incessante a madeira vira arte e ganha corpo, forma, cheiro, som, por meio da habilidade cuidadosa das mãos do carpinteiro. Assim opera a escrita – entenda-se a escrita historiográfica, pois é desta que estou falando. Acredito que o historiador *tem que ser* um carpinteiro da escrita; um artesão da narrativa. Precisa escolher sua madeira, selecionar seus instrumentos, afiar suas ferramentas, ir para o interior de sua carpintaria escriturística e operar uma atividade que transforme os pedaços de madeiras – entenda-se, documentos – de cores, tamanhos e espessuras diversas em arte narrativa. Esta arte precisa receber das mãos do historiador/artesão toda delicadeza imperativa para conduzir os cortes necessários, na direção e no tamanho adequado; ele precisa burlar sua escrita para que seus pares não percebam as imperfeições deixadas pelos cortes, pelas falhas.

Muitos instrumentos utilizados nas inúmeras carpintarias escriturísticas não foram fabricados pelos seus artesãos, mas desenvolvidos por outros carpinteiros numa operação constante de aprendizagem, de trocas intercambiáveis de ferramentas. Alguns instrumentos que adquirimos por meio das trocas, acabam se incrustando no nosso fazer, que passamos a usá-los como se fossem nossos; tornando-se parte de nós. São sensibilidades com as quais passamos a operar o mundo como se fossem realmente nossas. Mas não são apenas nossas, pois somos aprendizes de carpinteiros em diálogo contínuo com muitos mestres em diversas carpintarias, sejam elas do nosso ofício ou de ofícios vizinhos.

A matéria prima que o historiador/carpinteiro manipula é o *corpos documental*. É sobre esta madeira que ele opera. Ele precisa transformar essa matéria bruta em arte. Necessita dar-lhe forma. Imprimir-lhe significados. Precisa instituir outra inteligibilidade naquele material bruto que ele escolhe num arquivo, ou produz na construção da fonte oral. Ou seja, o historiador/carpinteiro precisa criar sua matéria prima, pois os documentos não nascem documentos, conforme destaca Regina Beatriz. Segundo esta historiadora/carpinteira “os documentos não nascem documentos, e encontram-se mar-

cados pelos diversos interesses que coagem as ações sociais nos presentes do passado” (GUIMARÃES NETO, 2012). Atividade meticulosa; exigente, perfeccionista. Não perdoa cortes grosseiros, mãos desajeitadas que não sabem conduzir, que não sabem lapidar. Nesta arte, o *saber fazer* é tão ou mais importante que a matéria prima usada. Possuirmos bons documentos não é suficiente. É preciso *saber operar*, analisar e questionar. É fundamental cortar e saber polir os cortes, como se desejássemos escondê-los, para que estes não criem fissuras no tecido narrativo; é preciso fazer acreditar que, naquela arte não houve cortes, pois tudo deve estar narrativamente harmônico e, assim, passível de apreciação.

Uma dimensão nesse *modus operandi* de escrever vem me chamando atenção no que tange à história oral, como prática de pesquisa. O historiador quando vai ao arquivo, encontra os documentos “já produzidos” – ao menos em sua materialidade – e assim os foram, certamente para atender às relações de força onde foram fabricados e não aos interesses do pesquisador. Essa relação é operacionalizada de forma diferente quando a matéria prima trata-se da fonte oral. Diferentemente de muitas fontes documentais, as fontes orais, não raro, são fabricadas desde seu estado mais embrionário – para não falarmos de origem – trazendo os interesses do pesquisador, por mais que este tente escondê-los. Até mesmo nas entrevistas de vida, elas são pensadas, articuladas, selecionadas e agendadas para atender aos interesses do pesquisador.

Neste campo de produção das fontes, o pesquisador “assume um papel diferente daquele que em geral é atribuído a quem realiza pesquisas de campo: mais do que “recolher” memórias e performances verbais, deve provocá-las e, literalmente, contribuir com sua criação: por meio da sua presença, das suas perguntas, das suas reações” (PORTELLI, 2012: 19 e 20). Assim, as fontes orais se diferenciam de outras desde seu nascimento. Seu registro de batismo traz, de maneira quase imperceptível, os estímulos do pesquisador. Que implicações essa dimensão ventila?

É sabido que todo relato oral deseja fazer ver práticas, ações, desejos, sonhos, projetos, atitudes, ao mesmo tempo em que silencia outras práticas.

Isso implica considerar que entre aquilo que foi dito, oralizado, relatizado, há um universo inteiro sendo escondido, calado. Ao relatar-se algo, clarifica apenas uma área narrada do campo discursivo; a área que o narrador escolheu, selecionou e desejou fazer ver, dentro das condições de possibilidades em que se encontra. O desafio reside em compreender os múltiplos porquês que mobilizaram o sujeito narrador clarificar certas áreas e não outras. Também não é menos desafiador compreender as condições de possibilidades gestoras daquelas experiências narradas. *Como* os sujeitos narram e *por que* narram de uma dada maneira é tão importante – ou até mais – do que entender o *que* é narrado. Isso implica levar em consideração que para cada ação narrada, uma infinidade de práticas é calada, escondida, ou não é contemplada e ficam silenciadas nas áreas não iluminadas naquele momento do ato narrativo.

As fontes jornalísticas, policiais, inquisitoriais, ou de outra natureza, quando são fabricadas, atendem ao jogo de força, que não é aquele que se digladia no campo da escrita historiográfica. Apenas quando o historiador passa a utilizar aqueles vestígios como matéria prima em sua carpintaria é que são deslocados para este campo de luta (CERTEAU, 2007). Esse é um movimento que ocorre com os relatos orais em outra dimensão. Desde seu ato fundador, quando o historiador decide entrevistar uma pessoa e não outra, que os relatos orais começam a fazer parte do campo de forças da produção historiográfica como documentos que concorrem, na carpintaria da escrita historiográfica, com uma infinidade de outros documentos.

Nesse movimento sinuoso, desafiador, labiríntico – como enfatiza o historiador Antônio Montenegro – torna-se imperioso pensar que, para compreendermos o que as narrativas orais dizem, é fundamental entendermos o que elas não dizem. Se estes relatos, intrinsecamente, trazem as filigranas interesseiras do historiador, parece importante, irmos à busca daquilo que os relatos não narram para não apenas compreendermos *o que* eles dizem, mas *como* dizem e *porque* não dizem o que não relatam. Mais uma vez, acredito que podemos tomar emprestados alguns instrumentos na carpintaria de Antônio Montenegro (2010; 2011), quando este põe em relevo a necessidade de fazermos um cruzamento com a maior diversidade

de fontes possíveis, para criarmos a possibilidade de compreender *porque* e *como* os relatos de memórias se constituíram como se apresentam, num movimento de desnaturalização das palavras e dos sentidos que se pretendem naturais. Quais as relações de força que mobilizam e possibilitam os relatos orais ganharem certas configurações e não outras.

Para compreendermos o que as narrativas das fontes orais dizem, também, por meio daquilo que silenciam, precisamos clarificar diversas áreas do campo narrativo. Se os relatos de memórias são produzidos, em certo sentido, para atender aos interesses do historiador, o olhar para outras áreas, além do campo discursivo do narrador, parece ser uma estratégia importante. Pode servir como verniz e imprimir um brilho especial e diferenciado nesse tablado narrativo.

### ***Alfaiataria de memórias: relatos de um artesão.***

O trabalho com as fontes orais exige o burilamento de certas sensibilidades por parte do historiador. A singularidade de sua gestação, as subjetividades mobilizadas e o diálogo gerador entre o pesquisador e o entrevistado não podem ser ignoradas.

A *historiografia* baseada em fontes orais é uma forma de escrita, mas não pode esquecer de origens orais. É um texto mas não pode esquecer que nasceu como performance. Por isso os historiadores orais citam muito mais amplamente as palavras de suas fontes, conversando o máximo possível de sua sintaxe e estilo. [...] Incorporam sua subjetividade, sua imaginação, sua arte verbal, no mesmo tecido de um texto dialógico, no qual a voz do historiador é somente uma das vozes, e não necessariamente a mais autorizada. O caráter oral, dialógico, imaginativo dessas narrativas não é uma impureza da qual devemos nos livrar para irmos à busca dos fatos puros; é, em si, um fato histórico, simplesmente de outro tipo (PORTELLI, 2010: 216).

Durante a realização do mestrado, entrevistei algumas pessoas que tinham participado, em posições diferentes, das práticas que concorreram para a fabricação da ameaça acerca do comunismo na cidade de Garanhuns – PE, entre 1958 a 1964 (CAVALCANTI: 2012). Nesta fenda conheci um artesão/alfaiate. Em seus relatos, ele mobiliza uma diversidade temporal e espacial operando deslocamentos, que nas primeiras leituras, eu mesmo não conseguia compreender muito bem. Homem simples e analfabeto, como ele se denomina, tece em seu discurso uma constelação de experiências que o levou a espaços longínquos, amargos, diferentes, prazerosos e perigosos. Essas práticas de espaço – para chamarmos Michel de Certeau à discussão – o constituíram como “liderança sindical”, “vereador comunista de Garanhuns”, como “comunista safado de Garanhuns”, entre outras nomeações que o instituíam de inúmeras maneiras.

Mas deixemos que ele se apresente.

Eu nasci numa propriedade chamada Aranha, no município de Capela, Estado das Alagoas. Meus pais eram analfabetos e eu sou analfabeto de pai e mãe. Isso eu não tenho nenhum acanhamento de frisar, porque somos milhões de brasileiros que assim nasceram, viveram e os que vivem, assim são. Dizia meus pais que eu nasci no mês de agosto. Deveria ser – eles não sabiam – no dia seis ou onze de agosto, mas não tinham a certeza de qual ano. Assim eu cresci. No ano de 1945 – meu pai já falecido – fui morar na usina Uruba no município de Ataláia. Trabalhava no campo limpando cana, cambitando, semeando adubo nos canaviais. Morando com minha irmã e minha mãe, juntei alguns tostões e resolvi tirar meu registro; me registrar. Mas eu queria me registrar como sendo de maior porque eu gostaria de trabalhar, arranjar um emprego. Podia ser servente de pedreiro ou qualquer outra coisa e possivelmente em Rio Largo, talvez na fábrica de cachoeira, que era de propriedade, na época do encomendador Gustavo Paiva, este faleceu em 1945. Quando

fui ao cartório, meus pais não tinham o ano certo que eu nasci. Minha mãe não podia informar. Só sabia que eu tinha nascido no mês de agosto. A Igreja onde eu teria sido batizado foi na matriz da cidade de Capela. Meu nascimento foi forçado pela crença. Sou o filho caçula, dos sete filhos que meus pais tiveram. Minha mãe no campo, ignorando as principais coisas da vida, quando estava grávida de mim, estava inchando os pés e as pernas, por isso fez uma promessa com Nossa Senhora da Conceição e com Santo Amaro. Santo Amaro tem uma igrejazinha lá no alto do município de Capela, bem pertinho da cidade. Vim tomar conhecimento da igreja de uns quatro ou cinco anos para cá. Então minha mãe fez promessa com Nossa Senhora da Conceição prometendo-lhe que se o bebê fosse homem o nome seria Amaro. Isso ela já se prendendo a fé a Santo Amaro. A minha madrinha que era santa poderosa, como hoje todo mundo assim acredita, era Nossa Senhora da Conceição. Por sinal esta santa é a padroeira da cidade de Capela. Hoje sou Amaro, aos 76 anos e agradecendo aos meus pais; a minha mãe por eu estar aqui contando essa história (COSTA, 2005).

Para apresentar-se, Amaro Costa – que não costurava apenas tecidos, mas também, memórias – mobiliza diversos elementos para se projetar ou constituir suas identidades. Inicia seus relatos denunciando um problema social sério no Brasil, que se arrasta há décadas: o analfabetismo. Ele se considera analfabeto. Orgulha-se de ter desenvolvido alguns instrumentos que dão poder a ele de transitar pelo universo da escrita decifrando alguns de seus códigos, sem ter freqüentado uma escola. Se tivéssemos que reduzi-lo a um conceito, diríamos que ele é autodidata. Aquele alfaiate/artesão monta um campo narrativo dinâmico e denunciador das experiências por ele vivenciadas. “Comecei a trabalhar desde muito cedo, desde uns quatro ou cinco anos de idade ajudando em casa, lavando prato, varrendo o terreiro, amarrando cabras, cavalos e cortando capim para dar a eles. Essa é

minha infância. Nunca me sentei, sequer numa banca de um grupo escolar. A minha caneta e o meu lápis, primeiro foi a enxada e o cabo de vassoura” (Ibidem).

Amaro Costa, ao costurar suas memórias, com as linhas de sua alfaiataria, amarra alguns pontos em seu tecido narrativo. Transporta-se até o espaço onde nasceu, na propriedade Aranha, no município de Capela – AL. Anos depois ele decide registrar-se. Ao mesmo tempo em que denuncia a ausência do Estado em garantir direitos básicos, percebe que sem o registro, o exercício mínimo da cidadania fica impraticável. Ainda nesse ponto, costura outras discussões: aponta para o trabalho infantil, prática ilegal, segundo os ditames das leis, e ao mesmo tempo direciona seus relatos para trazer à costura a necessidade que tinha em se fazer *ser de maior*. Enfatiza que precisava fazer-se uma pessoa que já tinha alcançado a maioridade civil, porque desejava arrumar um emprego. O trabalho que desempenhava no campo, não lhes proporcionava recompensas nem lhe rendia *estatus de emprego*. Discutir aqui os múltiplos significados de “emprego e trabalho” extrapola os objetivos e o espaço deste texto. Basta apenas, costurar à discussão, que o “emprego/trabalho” só poderiam chegar, naquelas relações tecidas pelo alfaiate, quando ele alcançasse a referida maioridade.

Amaro Costa nascera em casa, em condições precárias onde a sua mãe não lembrava a data exata do parto. Para resolver este dilema, ele correu à capela da cidade onde fora batizado. O alfaiate direciona a narrativa para outra prática, costurando ao seu relato, indícios de um catolicismo praticado por sua mãe e, ao que parece, por muitas outras pessoas. Em suas palavras, seu “nascimento foi forçado pela crença”. Força esta que não estava dissociada da ausência do Estado em garantir direitos básicos aos cidadãos, pois para ele, o campo – diga-se, o espaço rural – era sinônimo de atraso, onde as pessoas ignoravam “as principais coisas da vida”. Provavelmente sem acesso à saúde e à educação, sua mãe durante a gestação recorreu às crenças católicas, talvez como estratégia para suprir a falta de acompanhamento médico. E, nesse universo caleidoscópico, forjar um laço de crença poderia ajudar salvar a vida do alfaiate. Amarrada pelos fios da

devoção, sua mãe teria recorrido a Nossa Senhora da Conceição e a Santo Amaro para o filho ao nascer, um desses nomes receber, dependendo do sexo da criança. Foi urdido pela crença católica – ou forçado, nas palavras do alfaiate – que Amaro Costa recebera esse nome. Dessa forma, aos 76 anos, ele se apresentou, agradecido aos pais – a mãe, em particular – e feliz por estar contando essa história.

Os fragmentos de memórias de Amaro Costa trazem à narrativa os diversos espaços onde morou, quando criança. Esses relatos são indícios de uma prática de deslocamento constante de trabalhadores entre os engenhos, sempre em busca daquele que lhes proporcionassem melhores condições de vida, ou situações menos degradantes. Suas agulhas vão costurando pedaços de lembranças, unindo relatos e formando uma colcha de retalhos urdida pela memória, demonstrando a existência de um fluxo migratório de pessoas entre diversos engenhos que existiam no Estado de Alagoas.

Da experiência narrada dos relatos de Amaro Costa emerge um universo múltiplo, faiscante, arriscado, polifônico com fios que contêm outros mundos em cada dobra. Fios que se enlaçam, esgarçam-se e se entrelaçam pelos inúmeros tecidos sociais experienciados por aquele alfaiate. Em Garanhuns, esteve diretamente ligado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade e ao Partido Comunista, integrando a equipe que compunha o Comitê de Zona do PCB, ocupando a posição de secretário de propaganda (Costa, 2005).

Entre as dobras que se desdobram nos relatos de Amaro Costa, algumas representaram momentos em que sua vida esteve a um passo da despedida. Este foi um dos momentos em que os relatos foram atravessados por um suspiro. Como se estivesse atravessando uma área delicada que exigia cuidados especiais com as palavras empregadas, a narrativa um ritmo mais lento, mais vagarosamente. O fôlego parecia estar em descompasso com o corpo; parecia estar em outro ritmo, em outro tempo; parecia visitar o passado naquele exato momento que o narrava. Mas os tempos são múltiplos e naquela experiência estavam enredados em suas narrativas possibilitando-o atravessar as múltiplas fronteiras temporais.

Os relatos de Amaro Costa nos remetem às discussões de Reinhart Koselleck acerca do tempo. Em suas análises, o conceito de tempo ganha mobilidade e movimento. Mesmo pondo em questão a existência de um tempo histórico, Koselleck, sugere que ele pode estar incrustado nas expressões faciais, ou nas feridas e traços que os corpos externalizam depois das experiências vividas. Em suas palavras, quem desejar encontrar as expressões cotidianas do tempo histórico:

Deve contemplar as rugas no rosto de um homem, ou então as cicatrizes nas quais se delineiam as marcas de um destino já vivido. Ou ainda deve evocar na memória a presença, lado a lado, de prédios em ruínas e construções recentes, vislumbrando assim a notável transformação de estilo que empresta uma profunda dimensão temporal a uma simples fileira de casas... (Koselleck, 2006, pág. 14).

Poderíamos acrescentar que os tempos podem encontrar-se, também, alojados nas pausas entre um relato e outro durante a entrevista, bem como no fôlego, na respiração que ora se expressa de maneira ofegante, ora suavizada. Nesse movimento, podemos visitar a carpintaria de Alessandro Portelli (2010), e perceber a importância do registro de certas singularidades que, podem passar despercebidos ao analisar-se os relatos orais. Em suas palavras,

A ideia que existe um “observado” e um “observador” é uma ilusão positivista: durante todo o tempo, enquanto o pesquisador olha para o narrador, o narrador olha para ele, a fim de entender quem é e o que quer, e de modelar seu próprio discurso a partir dessas percepções. A “entre\vista”, afinal é uma troca de olhares. E bem mais que outras formas de arte verbal, a história oral é um gênero multivocal, resultado do trabalho comum de uma pluralidade de atores em diálogo (pág. 20).

Nesse movimento podemos pensar que a fonte oral não é composta apenas pelo relato oral. Há um universo de olhares, pausas e gestos que a compõe, além das lembranças narradas. Essas são dimensões, às vezes, esquecidas pelos pesquisadores. São sinais “que guardam os rastros das práticas e trazem os silêncios e gestos que compõem o conjunto dos relatos na mesma dimensão das entrevistas/testemunhos” (GUIMARÃES NETO, 2012: 10). Isso implica destinar atenção, não apenas ao que é dito, mas e, principalmente, como é dito e, assim, refinarmos as sensibilidades para percebermos os inúmeros sinais emitidos pelas mãos, pela postura do corpo, pelos signos faciais, pela tonalidade da voz ou pela respiração.

Entre os signos temporais tecidos nas memórias de Amaro Costa, as experiências vividas em Brejão é uma das múltiplas dobras que se esticam em relatos nas suas narrativas. À época, Brejão era um dos distritos que compunham o município de Garanhuns (CAVALCANTI, 2012). Ficava conhecido pela sua excelente produção de café, principal atividade econômica do distrito. Mas não foi apenas o gosto do café que imprimiu sabor às lembranças de muitos cidadãos que viviam em Brejão. Os conflitos envolvendo fazendeiros e trabalhadores rurais deixaram cicatrizes, cujas marcas congregam uma espécie de bálsamo, às vezes, amargo, para alguns. No início de 1964 o fazendeiro Manuel Barbosa expulsara de sua fazenda um agricultor que lá morava há mais de quinze anos. Este agricultor procurou Amaro Costa solicitando a intervenção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Garanhuns diante daquele dilema. No dia primeiro de março de 1964, as tensões se agudizaram no distrito de Brejão. Vejamos algumas marcas que ficaram grafadas nas memórias de nosso personagem em tela.

Um dia eu estava em minha casa [em Garanhuns] seis horas da manhã quando bateram na porta. Era um carro da secretaria do governo com três funcionários – inclusive Manuel Messias, que era um dos secretários do governo – para a gente ir a Brejão. Estava chovendo. Na frente da porta de casa tinha lodo e lama um menino pequenininho caiu e fez um calo na testa de rachar.

Daí chegou a senhora dizendo que eu tinha que ir, porque ela estava com medo que acontecesse alguma coisa com o marido. Um amigo meu disse: “olhe cuidado se eu fosse você eu não ia”. Mas eu não podia deixar de ir. Eu confiava no prefeito, e na amizade que eu tinha por lá, inclusive com Manuel Paz, que era um fazendeiro muito simpático. Mas quando eu cheguei lá, era dia de feira e estava cercado de pedras de paralelepípedo. Eu inocentemente ainda parei lá na frente, o carro ainda encostou numa barraca e o dono da barraca ainda ficou mal criado. Depois ainda foram me acusar dizendo que eu estava quebrando as barracas. Parei ali na frente que era para ir para a delegacia. A delegacia estava fechada o delegado não estava na delegacia, daí fomos para o sindicato. Depois entrou o pai dos garotos, o agricultor que tinham ido lá em casa. Quando foi entrando Joca Cabral [pai do ex-prefeito de Brejão] disse: “o que você está fazendo aqui?”. Agarrou-se com ele metendo-lhe o cacête e o prefeito e outros caras me agarraram, que eram meus amigos, e os caras meteram o cacête na minha cabeça, inclusive me bateram com um revolver. Pintaram o sete comigo, me pegaram pelos fundos... mas, eu tinha um amigo lá, morreu o ano passado. Morava perto do cemitério, chamava-se Sebastião Galdino, tinha um sitiozinho lá em Brejão e era compadre do prefeito, na época. O prefeito estava agarrado comigo, e eu vi quando Sebastião – que inclusive era do partido comigo – disse: “compadre solte o homem”. Quando ele disse “compadre solte o homem”, eu ouvi um tiro, estava sangrando muito, mas ouvi o tiro. Aí eles me soltaram. Alguém me empurrou. Saíram me empurrando, me empurrando, quando vou saindo para pegar a estrada para Garanhuns, vinha chegando delegado. Quando me viu disse: “seu Amaro o que foi isso?” Aí eu disse: “nada não! Isso é a política que vocês defendem” (COSTA, 2005).

A riqueza dos detalhes com os quais Amaro Costa se desloca no tempo e relembra suas experiências, nos faz lembrar o bom narrador benjaminiano. Não foi apenas para atender ao pedido de uma esposa, que temia pela vida do seu marido, que Amaro Costa foi até Brejão. Seu envolvimento na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais ultrapassava a esfera do favor, que poderia representar aquela sua ação. Algumas semanas antes, ele havia presenciado os animais do fazendeiro Manuel Barbosa – o mesmo que expulsara da fazenda o trabalhador que havia pedido ajuda ao alfaiate – pastarem dentro da plantação de subsistência do trabalhador. Tal prática, ao que parece, se constituía mais uma regra que uma exceção, e demonstra indícios de algumas estratégias desenvolvidas por fazendeiros quando desejavam expulsar seus trabalhadores, quando estes tinham algum plantio nas terras daqueles.

Nesse campo tenso, labiríntico e cambaleante, Amaro Costa chega a Brejão. Ele fora recebido por pedras de paralelepípedos colocadas na via de acesso à cidade no intuito de reter sua entrada. Não sabendo ou desafiando a situação, desceu do jipe, retirou algumas pedras. Com o terreno escorregadio, o jipe bateu em umas das barracas da feira. Esta ação foi vista por alguns como um insulto no qual o alfaiate estava, na verdade, tentando derrubar as barracas da feira. Naquela experiência temporal/espacial o clima tenso e a insegurança, em algumas situações transpiravam pelos poros. É nesse movimento que ganha inteligibilidade as representações/apropriações atribuídas aqueles acontecimentos. Quais os motivos de inviabilizar a entrada de Amaro Costa e das pessoas que com ele se dirigiam à cidade naquele momento? O que ele representava naquelas configurações sociais? Arrisco dizer que aquelas práticas podem ser consideradas como indícios do medo que o comunismo, associado à presença de Amaro Costa, imprimia àquelas circunstâncias.

A vida de Amaro Costa esteve pendurada por um fio fino que parecia romper-se a cada instante por não agüentar o peso da situação. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brejão emerge nas memórias de Amaro como um caldeirão fervilhante, pulsando e soltando vapor. As relações de

poder ali praticadas naquelas circunstâncias estavam sensíveis ao ponto de modificar-se ao menor movimento; estavam sujeitas a alterações com a menor mudança na posição ocupada pelos sujeitos ali presentes. Uma palavra era suficiente para desencadear os conflitos. Um gesto era suficiente para a agressão física entrar em cena. No entanto, esta chegou quando o agricultor, que havia recorrido ao sindicato de Garanhuns, entrou naquele recinto. As agressões físicas pelas quais passou Amaro Costa demonstraram o clima político tenso e perigoso que estava sendo ali praticado. Clima este, que extrapolava as paredes daquele sindicato<sup>4</sup>.

Aquela situação mudou de configuração com a entrada de outro personagem. Sebastião Galdino, amigo de Amaro Costa, dono de uma pequena propriedade em Brejão e amigo do prefeito, que estava espancando o alfaiate. Ao ver a cena, pediu ao prefeito que soltasse Amaro Costa, que já estava sangrando, e quase sem forças para resistir. Ao que parece o pedido foi atendido. Sangrando e espancado, o alfaiate foi solto. Na saída, antes de pegar a estrada de volta a Garanhuns, Amaro Costa encontrou o delegado, responsável pelo distrito. Ao ser por aquela autoridade questionado o que significava aquela cena, respondeu-lhe, que “aquilo” era a política por eles defendida.

Não saberemos ao certo se aquelas foram as palavras com as quais Amaro Costa retrucou o delegado. Isso importa pouco. Interessa ressaltar a avaliação política do alfaiate frente aquela situação. A postura política do delegado frente à situação vivenciada no distrito, assim como a do prefeito, fora contestada e repudiada pelo alfaiate mesmo nas difíceis circunstâncias em que ele se encontrava. Tal postura colocava em xeque, diante do delegado, uma prática discursiva recorrente naquelas experiências temporais

---

<sup>4</sup> Para ampliar as discussões acerca das lutas políticas e sociais em Pernambuco no período em tela ver: Montenegro, Antônio Torres. *Labirintos do Medo: o comunismo; Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais em Tempo de Revolução*; In: História, Metodologia, Memória. São Paulo: Contexto, 2010. Porfírio Pablo. *Medo, Comunismo e Revolução*. Recife: Editora da UFPE, 2009; Cavalcanti, Erinaldo Vicente, *Narrativas do Medo: História e Memórias das ameaças comunistas (1960 - 1964)*. In: Anais eletrônicos do X Encontro Nacional de História Oral. Testemunhos: História e Política. Recife, 26 a 30 de abril de 2010.

que colocavam os comunistas – sem nenhuma distinção entre eles – como pessoas violentas e perturbadores da ordem pública. Era uma estratégia sutil de enfrentar e afrontar a autoridade indagando-lhe quem, de fato, desrespeita as leis. Se nenhuma posição ocupada nas configurações sociais são imóveis, aquela que Sebastião Galdino ocupava, representava muito bem essa complexidade. Ao que parece, ele pertencia ao Partido Comunista, era amigo de Amaro Costa, mas nas singularidades daquelas experiências ocupava outras posições de poder. Era amigo do prefeito. Posição suficiente para salvar seu outro amigo, mesmo que comunista.

O caminho para casa ainda estava longe de chegar ao fim. Muitos passos ainda restavam, e não foram menos desafiadores do que aqueles experienciados dentro do sindicato. Vejamos que pegadas deixaram esses passos nas memórias de Amaro Costa.

Eu saí. Saímos, eu e Sebastião em direção a Garanhuns. Em seguida escutamos um grito. Uma camionete da Ford cheia de capangas com rifles, revolver, espingardas e só ouvíamos “olha ele!”, “pega ele!”. Eu vinha muito esgotado. Falei: “Sebastião saia de perto de mim, que é para eles não pegar você”. E eu tentei fugir por dentro dos cafezais, perto do cemitério, mas aí eles pularam em cima. Foi um tiroteio danado. Eu senti... parecia um tiro, eu senti assim aquele peso e perdi os sentidos. Na hora me lembrei: “vou morrer e minha mãe não vai me ver”. Caí enganchado num pé de café. Quando eu abri o olho, tinha um [pistoleiro<sup>5</sup>] com um rifle apontando para mim, dizendo “levanta comunista safado” e o outro com um revolver. O que estava com o rifle era motorista de trator. Depois morreu que o trator virou por cima. O que estava com o revolver era sobrinho do meu ex-patrão, Pajuaba. Olhei para ele. Disseram: “sai daí. O pessoal

---

5 Essa hipótese foi reforçada na entrevista realizada com o fazendeiro Manuel Ferreira, na cidade de Brejão, agosto de 2004, na sua residência. Ele enfatiza que ordenou aos seus empregados ficarem nos locais de acesso à sua fazenda, armados, para impedir que o comunista Amaro Costa invadisse sua terra e causasse arruaça.

está furioso, querem pegar ele aí”. Eu disse: “você tem família? Eu tenho família. Tenho filho e essa gente pode fazer besteira, e você pode me garantir?”. Ele falou: “não, você está garantido”. Cheio de vaidade. “Pode ir, pode ir, você comigo está garantido”. Sair desconfiado, devagarinho. Chegou no meio da estrada, chegou o outro irmão dele e o pai e falou: “Amaro, e é você?” – ele que é professor e é um cara que eu gosto muito dele lá em Garanhuns – “mas rapaz, que coisa!”. Em seguida me colocaram no jipe para levar para Garanhuns. Eu pensei: “vão me matar é aqui”. Eu não queria ir sozinho, eu disse: “tem esse senhor que estar com a filha doente lá, estava indo para Garanhuns comigo e agora como é que ele vai?”. Ele falou: “sem problema, ele vai aqui também”. Sebastião me disse depois, que só acreditou que nós chegamos vivos, quando saímos de Brejão. Essa é a historia com Brejão. Quando foi com trinta dias chegou o golpe militar. Isso foi no dia primeiro de março de 1964. Do dia 31 de março para o primeiro de abril do mesmo ano, chegou o golpe militar, (COSTA, 2005).

Sebastião Galdino, o amigo que o salvara no sindicato teria acompanhado-o em direção ao caminho de volta a Garanhuns. Ao perceber que alguns capangas – para usar de empréstimo as palavras de Amaro Costa – os seguiam, o alfaiate compreendia que fora da configuração onde se encontravam dentro do sindicato, com aqueles sujeitos, a presença do amigo agora não era suficiente para lhe salvar naquele momento. O espaço era outro, as relações eram outras, por isso teria solicitado ao amigo que o deixasse para evitar que fosse pego pelos capangas que os seguiam numa caminhonete da Ford.

A tentativa de fuga não foi bem sucedida e Amaro Costa foi alcançado por um grupo de homens que podiam estar a serviço de alguns fazendeiros (Cavalcanti, 2012). No entanto, entre aqueles que o capturaram, estavam homens que já o conheciam de outras experiências; encontravam-se

peças para quem o alfaiate já havia trabalhado. Esses relatos de memória do alfaiate encontram-se ancorados também em outros fios de lembranças de muitas pessoas em Brejão. Há um conjunto de memórias naquela cidade, que poderíamos chamá-lo de memória coletiva – para lembrar Maurice Halbwachs (2004) – no que tange às experiências narradas por Amaro Costa. Nas diversas visitas que realizei antes e durante as entrevistas, muitos senhores de Brejão representaram – e representam – aqueles acontecimentos como “a revolução de 1964” que para muitos deles começou em Brejão no dia primeiro de março daquele ano.

Amaro Costa chegou a Garanhuns bastante ferido. E antes de cicatrizar aqueles ferimentos, na pele, pois em suas memórias continuam vivos, teve que sair de Garanhuns, pois a polícia começou a executar uma série de prisões das pessoas consideradas perigosas por defender as ideias comunistas. O alfaiate fugiu para a casa de um tio que morava no município de São José da Lage – AL. Mas não foi suficiente para escapar da vigilância policial. No dia vinte e nove de julho de 1964, Amaro Costa foi preso acusado de atividade subversiva, conforme o prontuário 13.714, da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco. De acordo com a Lei de Segurança Nacional, ele representava uma ameaça à sociedade e como tal deveria ser penalizado.

Como o carpinteiro deixa sua marca na madeira, a lei deixa seus traços nos corpos, como uma estria na pele de um bebê. Nessa dimensão os corpos são os receptáculos das múltiplas formas de exercício das leis. Nesse movimento, adentremos a carpintaria escriturística de Michel de Certeau, ao destacar que o direito penal, por exemplo, deixa as mais variadas marcas nos corpos, na medida em que “não há direito que não se escreva sob corpos” (1994: 231). Essas práticas dominam, separam, segregam, estratificam, isolam, degredam e lapidam os corpos. O corpo é o palco onde as leis se apresentam; é o papel onde deixa escrito e inscrito sua grafia.

Quando nos deparamos com prontuários policiais, com as cassações de mandatos políticos ou com a suspensão dos direitos políticos de alguns comunistas – no período e no espaço aqui pesquisados – é possível

perceber as leis sendo executadas nos corpos, forjando-os, traçando-os, marcando-os e fabricando formas de comportamentos. As formas de impor as leis sobre os corpos são múltiplas e variadas. Elas grafam marcas, desenhos e silhuetas esculpindo os corpos como lapida a madeira, as mãos de um escultor.

Esses mecanismos de punição e castigo, de imprimir no corpo os ditames das leis nos faz lembrar algumas práticas de torturas, pelas quais passaram muitos comunistas. Práticas de violência como aquelas narradas por Amaro Costa, quando fora agredido e espancado fisicamente dentro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brejão. Castigos como aqueles experimentados por Gregório Bezerra (1979) quando fora espancado, puxado pelas ruas da cidade do Recife, amarrado a um jipe da polícia militar deixando para trás dor, sofrimento, sangue e pele numa demonstração de poder e de castigo exemplar – para trazer à discussão Michel Foucault (2004). Práticas estas que grafavam, literalmente, nos corpos, as marcas das leis. Muitas leis deixaram nos corpos cicatrizes que o tempo não consegue apagar, imprimindo, assim, na memória traços indelévels.

Os mecanismos que as leis, os códigos ou os discursos usam para imprimir nos corpos suas marcas não são apenas castigos físicos ou aqueles que só se consegue por meio da força e da imposição. Os instrumentos de inserção dentro de determinadas normas sociais também funcionam como estratégias que lapidam e grafam os corpos. Nesta dimensão, os hábitos que condicionam o tipo de roupa a ser utilizado num determinado período de tempo e espaço funcionam como canais que possibilitam ingressar num determinado meio social. A aderência a estas normas podem atribuir o estatuto de pertencimento ou não de uma pessoa a um dado grupo. Seguindo os passos de Certeau, “as roupas podem passar por instrumentos, graças aos quais uma lei social se assegura dos corpos e de seus membros, regula-os e os exerce por mudanças de modas” (1994: 240).

Não apenas as roupas, mas os próprios alimentos, como destaca Certeau, modelam igualmente os corpos de uma dada sociedade, mediante a nutrição. Da mesma forma que as vestimentas e a alimentação modelam

os corpos, a prática da leitura também o faz. O ato de ler condiciona, mobiliza, agita, movimenta, transforma, modela, fabrica corpos. Uma pessoa pode adquirir determinados hábitos e posturas dependendo da literatura que ela experimenta. As práticas de censuras, ao longo das experiências sociais, demonstraram essa preocupação.

Ter acesso a certas leituras era perigoso. Possuir determinados livros em casa poderia ser configurado como um crime. Alguns livros que Amaro Costa tinha em sua estante – entre eles alguns de autoria de Jorge Amado – foram considerados literatura perigosa e serviu de prova para incriminá-lo quando preso e acusado de desenvolver atividades subversivas. A leitura de determinados livros foi proibida porque era perigosa e subversiva. Assim os livros vendidos livremente ou não, nas bancas de jornais, nas livrarias e nos sebos, modelam igualmente os corpos pela prática da leitura.

A preocupação da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco em fazer um rastreamento das atividades que os comunistas desenvolviam, entre estas, o que estavam lendo, demonstra uma preocupação com o poder da leitura, como uma prática perigosa, quando o conteúdo lido, era considerado subversivo. Não seria inverossímil, pensarmos que estas práticas revelam indícios que concorreram para fabricar o medo acerca do comunismo.

As pesquisas abertas pelo historiador francês, ao tematizar o medo, ventilam possibilidades de diálogos interessantes. Ao percorrer algumas fendas abertas por Jean Delumeau (2007; 2009), este sugere que o mais indicado seria pensarmos em medos – no plural – ao invés de o singularizarmos. Os medos mudam conforme os tempos e os espaços onde são experimentados, em virtude das práticas de insegurança e ameaças que pesam sobre as pessoas imprimindo-lhes significados diversos e difusos e que concorrem para a fabricação do medo. No período em tela a ameaça que gravitava em torno das relações sociais, era a ameaça comunista. Portanto, ao analisarmos as especificidades das ameaças comunistas em Pernambuco de 1958 a 1964 estaremos também analisando as múltiplas facetas que o medo adquiriu no tempo e o espaço onde foi gestado.

O clima de insegurança construído nas relações sociais em Pernambuco, no momento em estudo, concorria para a fabricação dos diversos medos acerca do comunismo. Esta criação era alimentada, também, à medida que as pessoas eram estimuladas a unirem-se contra o comunismo. Delatar o infrator, aquele que era considerado uma ameaça, tornou-se prática comum dos órgãos de segurança do estado. Nesse movimento o medo também cria relações de pertencimentos na medida em que institui um inimigo comum; um mal onde todos os membros do grupo, da comunidade, da religião, da pátria deve combater. Assim, lutar contra o mesmo mal é fazer parte de uma sociedade que almeja os mesmos ideais; que deseja as mesmas coisas ou tem projetos semelhantes.

O medo, nesta perspectiva, torna-se um elemento catalisador. Ele agrega pessoas, cria valores em torno de um mesmo ideal. As pessoas passam a se unir através do medo. Nesse movimento, os caminhos fluidos e movediços das memórias, se abrem como possibilidades de percorrermos certos ambientes que foram pintados pelos diversos significados que os medos sobre o comunismo adquiriram e imprimiram.

As experiências promotoras do medo podem implicar deslocamentos diretos com a historiografia, na medida em que incidem na possibilidade da destruição de muitos documentos quando estes poderiam ser usados como provas incriminadoras do envolvimento das pessoas com o comunismo. Portanto, uma significativa experiência do regime civil militar pode não encontrar-se em nenhum outro documento senão, nos relatos de memórias das pessoas que vivenciaram aqueles momentos. Assim essas histórias para existir, como escrevera Hannah Arendt, precisam ser narradas, precisam ser ditas, precisam ser *bem* ditas.

### **Fontes Documentais**

**Entrevista com Amaro Costa;**

**Entrevista com Manuel Ferreira;**

**Jornal *O Monitor*;**

**Atas da Câmara de Vereadores de Garanhuns;**

**Relatórios da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco.**

## Bibliografia

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *Os maus costumes de Foucault*. In História: a arte de inventar o passado. São Paulo: EDUSC, 2007.

ARENDT, Hannah. *A vida do espírito*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BEZERRA, Gregório. *Memórias*. 2ª Parte, 1946 – 1969. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_, *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CALLADO, Antônio. *Tempos de Arraes: A Revolução Sem Violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. São Paulo: Ateliê editorial; FAPESP, 2002.

CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. *Relatos do Medo: a ameaça comunista em Pernambuco (Garanhuns 1958 – 1964)*. Recife, Editora da UFPE, 2012.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1 artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994, pág. 231.

\_\_\_\_\_, *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Portugal: Difel, 2007.

\_\_\_\_\_, *O mundo como representação*. Estudos avançados, USP, 5(11) Jan/abril, 1991.

\_\_\_\_\_, *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_, *El pasado en el presente: Literatura, memoria e Historia*. História, Antropología y Fuentes Orales. Universidad de Barcelona, Vol. 37, 2007.

COSTA, Amaro. Entrevista realizada em abril de 2005.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente 1300 – 1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

\_\_\_\_\_, *Medos de ontem e hoje*. In Novais, Adauto (org.) *Ensaio sobre o Medo*. São Paulo: Editora Senac São Paulo e edições Sesc SP, 2007.

FERREIRA, Jorge. *Entre a história e a memória: João Goulart*. In Ferreira, Jorge e Aarão, Daniel. *Nacionalismo e reformismo radical (1945 – 1964) - As esquerdas no Brasil* (organizadores). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Jorge e Aarão, Daniel. *Nacionalismo e reformismo radical (1945 – 1964) – As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_, *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_, *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

\_\_\_\_\_, *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Historiografia, Diversidade e História Oral: Questões Metodológicas*. In LAVERDI, R. et. al. *História, Diversidade, Desigualdade*. Santa Catarina: UFSC; Recife: UFPE, 2012.

\_\_\_\_\_, *História, Política e Testemunho: violência e trabalho na Amazônia Brasileira. A narrativa oral da presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Confresa – Mato Grosso, Aparecida Barbosa da Silva*. Recife, 2011.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006, pág. 14.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *Labirintos do Medo: o Comunismo (1950 – 1964)*. In CLIO: Revista de pesquisa histórica, nº 22, 2004. Apresentação Socorro Ferraz. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

\_\_\_\_\_, *Memórias da terra: a Igreja Católica, as Ligas Camponesas e as esquerdas. 1954 – 1970* (projeto de pesquisa com o apoio do CNPq).

\_\_\_\_\_, *Ciência, História e Memória*. In Ertzogue, Marina & Parente, Temis Gomes (organizadoras). *História e Sensibilidade*. Brasília: Paralelo 15, 2006.

\_\_\_\_\_, *Arquiteto da memória: nas trilhas dos sertões de Crateús*. In Gomes, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história* (org.) Rio de Janeiro: FGV, 2004.

\_\_\_\_\_, *historia e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 2003.

\_\_\_\_\_, *Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução*. In Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida Neves (organizadores). *O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática – da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_, *Viajeros Del cielo en Brasil*. In *Historia, Antropologia y Fuentes Orales*. Barcelona. Universitat de Barcelona publicaciones, nº 27, 2002.

\_\_\_\_\_, e Santos, Taciana Mendonça. *Lutas políticas em Pernambuco... a Frente do Recife chega ao poder (1955 – 1964)*. In Ferreira, Jorge e Aarão, Daniel. *Nacionalismo e reformismo radical (1945 – 1964) – As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MOTYSSUMA, Marcos. Um encontro com as fontes orais. In: estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXXII, nº 1. Porto Alegre, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64*. In Ferreira, Marieta de Moraes. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

\_\_\_\_\_, *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. São Paulo: Perspectiva – FAPESP 2002.

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. *Medo, comunismo e revolução (1959 – 1964)*. Recife: EdUFPE, 2009.

PORTELLI, Alessandro. Sempre existe uma barreira – a arte multifocal da história oral. In: *Ensaio de História Oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

RICOUER, Paul. *Memória, história, esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

# J. Borges entre folhetos e xilogravuras: escrita e visualidade na década de 1970<sup>1</sup>

Maria do Rosário da Silva<sup>2\*</sup>

transilin@yahoo.com.br

Mesmo nas ocasiões em que me entrego incondicionalmente ao vento, eu consigo, conservar o meu **senso de orientação geral**. Antes de partir terei feito planos, dividido a história que pretendo contar em partes, determinado quais portos meu navio irá visitar, que carga transportará e quanto dela deixará ao longo do caminho, calculado o tempo da jornada e traçado o seu curso no mapa. Mas se o vento, tendo soprado de um quadrante desconhecido e enfunado as minhas velas, decide mudar o rumo da minha história, não me oponho a ele. Pois o que o navio de velas enfunadas procura é uma sensação de plenitude e perfeição (PAMUK, 2007: 80).

## Introdução

Até as últimas décadas do século XX, homens e mulheres residentes nos espaços rurais, especificamente na região Nordeste do Brasil<sup>3</sup> contam

---

1 Texto apresentado originalmente no I Seminário dos Doutores em História da Linha de Pesquisa Cultura e Memória do PPGH da UFPE em junho de 2012. Este artigo recebeu valiosas contribuições dos professores Antonio Jorge de Siqueira e Regina Beatriz Guimarães Neto. A eles, agradeço a partilha generosa.

2 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco.

3 Sobre o uso do termo como recorte geográfico naturalizado e os meios discursivos e imagéticos pelos quais se produziu, na cultura brasileira, o Nordeste, ver LBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste* e outras artes. Recife: Fundaj; Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

que foram iniciados no mundo da leitura e da escrita por meio dos folhetos de cordel;<sup>4</sup> ouvindo-os, lendo-os, olhando-os manuseando-os, adentravam as veredas da ficção. Com os folhetos, aprendi a gostar de histórias. Talvez, com eles, também tenha aprendido a contar histórias. Lembro-me dos versos rimados recitados por minha mãe, cujas narrativas de amores impossíveis, bravuras desmedidas e astúcias fabulosas produziam em mim alegria e tristeza. Esse universo narrativo esteve presente em minha infância durante o processo de alfabetização. Assim, quando me aventurei por territórios mais vastos do mundo da escrita e da leitura, os folhetos tomaram a dimensão de documento histórico para minhas pesquisas e estudos.

Comecei pesquisando a história de vida do poeta Olegário Fernandes (SILVA, 2002). Por meio da metodologia da história oral, apresentei um estudo histórico-biográfico que contribuiu para a consolidação do meu interesse pela temática. No curso de Mestrado, dei continuidade às investigações pelo universo dos folhetos, tomei-os como fonte histórica para dissertar sobre o modo como alguns poetas<sup>5</sup> narraram as transformações na vida cotidiana, em decorrência das mudanças efetuadas no âmbito da moda, comportamentos e valores na década de 1960 (SILVA, 2008). Em decorrência da trajetória descrita, atualmente, no âmbito do curso de doutorado, encontro-me escrevendo uma história da produção de folhetos e xilogravuras do artista J. Borges na década de 1970 em Bezerros, Pernambuco.<sup>6</sup>

---

4 A expressão “literatura de cordel nordestina” começa a ser empregada pelos estudiosos na década de 1970. Como resultado de uma pesquisa comparativa entre os folhetos portugueses e brasileiros, a pesquisadora Marta Abreu concluiu que, entre a literatura de folhetos brasileira e a literatura de cordel portuguesa, há inúmeras diferenças, por isso usa o termo literatura de folhetos. Cf. ABREU, Márcia. *Histórias de cordéis e folhetos*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1999 e GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Leitores e ouvintes*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

5 Os poetas escolhidos para a elaboração da pesquisa foram: José Francisco Borges (J. Borges), Olegário Fernandes da Silva, José Francisco Soares (Zé Soares), José Costa Leite e José Ferreira da Silva (Dila).

6 A intenção não é escrever uma biografia de J. Borges, no entanto ao longo dos capítulos, a categoria *história de vida* será evocada. Sendo assim, por enquanto, farei apenas uma breve apresentação do artista José Francisco Borges, conhecido como J. Borges, autor de folhetos e xilogravuras desde a década de 1960. Encontra-se em plena atividade artística no

Contar histórias refere-se a um *fazer* e especifica uma produção científica. Essa produção foi chamada pelo historiador francês Michel de Certeau de operação historiográfica (CERTEAU, 2002). Quando escrevemos, começamos com os gestos de separar, reunir, escolher e transformar. Nossos arquivos históricos combinam grupos, lugares e práticas. Nesse contexto, a constituição de documentos envolve a produção de técnicas e objetos próprios, assim como o estabelecimento de fontes significa transformar alguma coisa que tinha sua posição e seu papel em alguma outra coisa que funciona diferentemente. Nossos documentos são produzidos por meio do estabelecimento de uma nova distribuição cultural de certos objetos. No caso dos folhetos, foram retirados das feiras, mercados e residências para compor o acervo dos arquivos públicos. Lá são classificados como cordéis, pois a denominação folheto é reservada aos livretos raros publicados entre os séculos XVIII e XIX.

Este texto tem por objetivo apresentar algo que denomino como plano de orientação geral para escrita da tese. Foi escrito com base na seguinte pergunta: como procederei em minha *operação historiográfica*? Busquei uma resposta inicial na noção de *representação historiadora* do filósofo Paul Ricoeur (2007), cuja construção compreende três fases ou três momentos metodologicamente imbricados: i) *a fase documental*, que envolve a declaração das testemunhas; a constituição dos arquivos e o estabelecimento da prova documental; ii) *a fase explicativa/compreensiva*, que abarca os usos e tratamentos da pergunta “por que” em história; e iii) *a fase representativa*, que remete à colocação em forma literária ou escrita do discurso levado ao conhecimento dos leitores de história. Em comunhão com as concisas palavras da historiadora Regina Beatriz Guimarães Neto, penso que “a escrita como construção propriamente dita da história é o coroamento do ofício do historiador, praticada nas diversas fases de seu trabalho, como uma arte de composição do resultado das investigações realizadas” (2006: 46).

---

Ateliê Museu da Xilogravura, em Bezerros-PE, município onde nasceu em 1935. Localiza-se na região do Agreste de Pernambuco, a 110 km da capital, Recife, cujo acesso se dá pela Rodovia Federal BR-232, às margens da qual (km 106) se encontra situado o ateliê de J. Borges.

Encontro-me nas aventuras e desventuras da fase representativa. Escrevo. Ao escrever, amplio o envolvimento com a fase documental e estabeleço conexões com a fase explicativa/compreensiva. Refletindo sobre o escrever, lembrei-me da metáfora do escritor Orhan Pamuk, que compara a escrita com uma viagem de navio. Desse modo, antes de partir, precisei reunir os objetos necessários e traçar a rota desejada. Planejei passar por três portos, que correspondem aos três capítulos da tese. Neles devo deixar claro para os leitores quais os instrumentos usados na contação da história, ou seja, a carga que transportarei ou a carga que, porventura, precisarei deixar ao longo da rota. Será que conseguirei seguir o curso traçado no mapa? Ou um vento desconhecido mudará o rumo da minha história? Quanto resistirei e quanto me deixarei levar por esse vento desconhecido? Alcançarei, enfim, a sensação de plenitude e perfeição, de que fala o escritor, ao término da escrita da tese? Incertezas.

Nós, historiadores, trabalhamos com fontes históricas,<sup>7</sup> por isso, para realizar minha viagem, precisei arrumar uma bagagem de historiadora; da variada lista de fontes disponíveis nos dias de hoje, escolhi constituir esta bagagem/arquivo com as seguintes fontes: i) literárias: folhetos de cordel; ii) visuais: xilogravuras; iii) impressas: textos jornalísticos; iv) orais: testemunhos concedidos pelo próprio J. Borges e por alguns membros de sua família que trabalham com xilogravuras. Nesse sentido, para abarcar o variado repertório das fontes históricas, aproprio-me de abordagens, métodos e técnicas específicas que possibilitem o diálogo e a interpretação das fontes selecionadas.

O debate em torno dos estudos culturais, da cultura visual e da história oral nortearam teórica e metodologicamente a investigação. Há uma

---

7As fontes têm historicidade. No debate sobre as várias acepções da palavra fonte nos estudos históricos, destacam-se dois modos de concepção: i) refere-se aos começos, aos princípios e partilha imagens de fluidez e indeterminação ii) mantém relação com as noções de fato, verdade e autoridade, e partilha imagens de determinação e fixidez. Sobre o assunto, cito dois livros: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011.

vasta bibliografia sobre a literatura de cordel e xilogravuras, no entanto, ainda são escassos os trabalhos realizados por historiadores (MELO, 2010). Como fonte, os folhetos têm sido usados por estudiosos das áreas de antropologia, ciências sociais, teoria literária, entre outras. Assim, a busca por uma metodologia apropriada que possa auxiliar na tarefa de exploração, análise e escrita da tese estará presente ao longo do processo, chamado, neste momento, de experimental. Diante da amplitude e complexidade dos temas abordados, considero este escrito um texto aberto, cujas proposições estão em processo de amadurecimento. Contudo, para atingir os objetivos propostos, torna-se fundamental a apresentação de um referencial bibliográfico, ainda que esteja em permanente avaliação.

Delimitarei minhas reflexões entre dois pressupostos: i) não tratarei de escrever uma história da literatura de folhetos, mas considerarei a história do conceito relevante para minha pesquisa, como categoria erudita presente no campo da experiência de J. Borges; ii) não desejo enveredar pelo debate sobre as denominadas questões de origem, assim como não pretendo entrar no campo das classificações delimitadoras que reservam, aos folhetos, o pertencimento à categoria cultura popular. Conceitos e categorias são históricos, por isso, convém perguntar: o que era ser autor de folhetos e xilogravuras em Bezerros-PE na década de 1970? Como a literatura de cordel era definida? Como se constituiu uma arte de ilustrar capa de folhetos com a técnica da xilogravura?

Em cada capítulo, contarei uma história, cujo fio narrativo será propiciado por um mote<sup>8</sup> em relação ao tempo histórico, espaço geográfico e personagens envolvidos na trama. Esse mote deve espalhar-se em todo o desenvolvimento do capítulo, cujo desfecho deve conectar o acontecimento inicial com a história em sua inteireza. Para realizar minha viagem, tenho como mote principal a história de vida de J. Borges, sua produção de folhetos e xilogravuras e a rede de relações na qual esteve inserto na década de

---

8 Na linguagem dos autores de folhetos, mote é também chamado de tema. A partir do mote, o poeta, desenvolve a glosa, na forma de versos, sempre obedecendo à ideia contida nele.

1970. Seguindo o traçado do mapa: i) indagarei sobre a configuração histórica que permitiu a circulação dos trabalhos do artista no mercado de arte pernambucano; ii) abordarei a produção de folhetos e sua materialidade (CHARTIER, 2001) em relação à cultura escrita; iii) abarcarei a produção de xilogravuras em relação à cultura visual<sup>9</sup> compartilhada pelo artista e seu público.

## 1 Um contador de histórias entre narrativas escritas e visuais

Em 1956, quando J. Borges adentrou o mercado de folhetos, havia gráficas especializadas na produção e distribuição estabelecidas em Recife. Elas dominavam o comércio. Durante meses, ele havia guardado pequenas economias em um mealheiro, e ao alcançar o montante de 500 cruzeiros, viajou para Recife, onde comprou uma mala cheia de folhetos para vender nas feiras da região Agreste. Por quase uma década, J. Borges desenvolveu a profissão de vendedor de folhetos. Nessa atividade tomou conhecimento dos saberes poéticos necessários para se aventurar no mundo da escrita: “O que me motivou foi que primeiro comecei a comprar e vender cordel dos outros poetas. Depois, como eu já tinha noção e gostava muito, tentei escrever um cordel.”<sup>10</sup>

Em 1964, publicou o primeiro folheto, intitulado *O encontro de dois vaqueiros no sertão de Petrolina*. Como na época não desenvolvia a técnica de gravação em madeira, a capa foi ilustrada com uma xilogravura de Dila.<sup>11</sup> O folheto foi

---

9 Sobre o desafio historiográfico acerca da noção cultura visual, cf. KERN, Maria Lúcia Bastos. Imagem, historiografia, memória e tempo. In: *ArtCultura*, Uberlândia, v. 12, n. 21, p. 9-21, jul-dez. 2010; KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. In: *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n.12, p. 97-115, jan.-jun. 2006; MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.

10 Informação prestada por J. Borges em entrevista concedida a Maria do Rosário da Silva. Bezerros, maio de 2007.

11 José Ferreira da Silva, Mestre Dila, autor de folhetos e xilogravuras. Na década de 1960, montou uma pequena tipografia Artfolheto São José, em Caruaru-PE, na qual imprimia folhetos e criava xilogravuras para capa de folhetos, rótulo de remédios, ilustração de livros e confecção de carimbos. Nas xilogravuras, prefere o tema do cangaço.

um sucesso, em um mês foram vendidos dois mil exemplares e o autor iniciante afirma, “criei gosto, criei gosto na partida!<sup>12</sup>” Com esse gosto criado na partida, ele construiu sua trajetória artística, tomando como referência os limites de seu ateliê em Bezerros. No entanto, ele não é apenas um homem de ateliê, é também um homem da feira e do mercado, lugares privilegiados de negociação e permuta. Um dos aspectos mais característicos e distintivos de sua arte é a jogada de mestre: enquanto no final dos anos 1960 a maioria dos autores, jornalistas e intelectuais emitiam prognósticos sobre o desaparecimento dos folhetos em virtude da diminuição na produção, vendagem e leitura, achando que eles eram apenas relíquia de um passado glorioso, (CURRAN, 1998: 18). J. Borges ostentou uma inovação, transformou as xilogravuras em obra de arte, em mercadoria distinta da capa dos folhetos. Apesar do cenário pouco promissor, ele apostou em uma escritura diferente, usando madeira, faca, tinta, papel e imaginação.

No começo, a xilogravura atendeu à necessidade de ilustrar os próprios folhetos: “Resolvi plainar um pedaço de madeira e fazer minha primeira xilogravura tendo no desenho a fachada de uma igreja.” (BORGES, 1993: 18) Em 1972, o artista plástico Ivan Marquetti<sup>13</sup> conheceu J. Borges por intermédio do poeta Olegário Fernandes.<sup>14</sup> Gostou das xilogravuras e sugeriu que J. Borges talhasse gravuras maiores; não ofereceu temas, deixando-os a critério do artista, e os resultados parecem ter sido surpreendentes. Era o mote que o artista precisava para fazer seus desenhos saltar do espaço reduzido da capa de folhetos para outras dimensões. Daí em diante, suas xilogravuras ganharam o mundo. Sobre a recepção inicial de sua nova arte, J. Borges escreveu: “Ao receberem essas gravuras ficaram entusiasmados e tornaram-se admiradores do trabalho, em primeira mão, que eu acabava de realizar”(BORGES, 1993: 19).

---

12 J. Borges em entrevista de maio de 2007.

13 Artista plástico nascido no Rio de Janeiro em 1941. Em 1970, mudou-se para Olinda-PE em busca de novas inspirações artísticas, travando conhecimento com os artistas pernambucanos.

14 Na década de 1970, no âmbito da região Agreste de Pernambuco, três poetas concentram a produção de folhetos, são eles: J. Borges em Bezerros, Olegário Fernandes e Dila em Caruaru-PE.

O entusiasmo do próprio artista resultou na consolidação de sua arte para além dos limites do atelier, com a realização de exposições, oficinas e palestras em museus, galerias, universidades, centros culturais e feiras de arte no âmbito nacional e internacional. No exterior, realizou oficinas e expôs em Milão (Itália), Santa Fé (Novo México, EUA) Zurique e Grenchen (Suíça), Caracas (Venezuela), Austin (Texas, EUA) e Frankfurt (Alemanha). Sua obra, atualmente, integra acervos de instituições de pesquisa como a Fundação Casa de Rui Barbosa (Rio de Janeiro), o Museu do Folclore Edson Carneiro (Rio de Janeiro) e a Fundação Joaquim Nabuco (Recife).

O valor artístico de seu trabalho tem sido amplamente reconhecido por meio de títulos, prêmios e honras acadêmicas. Entre tantos, destacam-se a Comenda da Ordem do Mérito Cultural concedida pelo Ministério da Cultura (1999), o Prêmio Unesco na categoria Cultura (2000), o Prêmio de Gravura Manoel Mendive, Trujillo, Venezuela (1995), a Medalha de Honra ao Mérito da Fundação Joaquim Nabuco, Recife (1990), o Prêmio de Ajuda à Literatura de Cordel da Fundação Pró-Memória, Brasília (1884) e o Diploma concedido pela Assembleia Legislativa de Pernambuco em reconhecimento aos serviços de cultura popular prestados ao Estado (1997).

Folheando livros, artigos de jornal e catálogo de exposições, recorro o que dizem de J. Borges e de sua obra. O retrato que pintam dele é de uma figura mítica, um homem fascinante e um bom contador de histórias. Nas palavras do escritor Eduardo Galeano, ele é “um dinossauro na era da televisão: Borges faz folhetim em verso. Ele os escreve, os ilustra, os imprime. E às vezes também os vende” (GALEANO, 1993: 154). Mas o que vem a ser um dinossauro na era da televisão? Escrever, ilustrar, imprimir, vender, eis os verbos que na linguagem dos folhetos congregam os saberes necessários de uma produção textual caseira e familiar, diferente da produção em massa, por isso seu ateliê “cheira a tinta, cheira a madeira” (IBID). A dinâmica familiar na oficina é descrita pelo próprio J. Borges na forma de versos:

Zé Miguel levanta a chapa/Manassés é impressor/George também compõe/e é diagramador/Cícero corta papel/e todos têm seu valor.

Ariano também imprime/e por vezes compõe chapa/O Ivan e o Rafael/dobram livro e botam capa,/assim do pequeno ao grande/de trabalhar não escapa (BORGES, 1993: 199).

O artista Giuseppe Baccaro declarou que J. Borges é “dos raros artistas do meio popular que chegou ao circuito próprio de colegas com vida mais mansa e promoção garantida pela classe, sem para isso abdicar de sua visão peculiar” (BACCARO, 1993: 06). Por que os artistas do meio popular não conseguiam chegar a esse circuito? O que significa essa vida mais mansa e promoção garantida? O pesquisador Liêdo Maranhão parece fornecer pistas sobre os significados dos dizeres de Baccaro comparando J. Borges e Dila. Ele escreveu que J. Borges “teve sorte, tato e inteligência, pois soube tirar partido desta moda, apoiado por um comércio de arte, interessado em um gravador mais ingênuo, do que Dila, para dar continuidade ao grande mercado de arte popular” (SOUZA, 1981: 77).

Baccaro também escreveu que J. Borges pertence a uma “linhagem semi-extinta de homens curiosos de todos os passos do caminho” (1993: 06). Sabedor do caminho, que ele mesmo abriu à ponta de faca, trilhado na madeira, parece que J. Borges vislumbrava o contraste de um mundo que estava perdendo a predominância da linguagem oral e começava a viver simultaneamente com outras linguagens, principalmente, a linguagem televisiva, em que predominavam as imagens. Segundo Paulo Montezuma, em comunicação com um vasto mundo, J. Borges fotografou “hábitos, costumes, festejos, paisagens, animais, figuras típicas e as mais diversas atividades de sua região, como se estivesse escrevendo um texto com riqueza de detalhes” (MONTEZUMA, 1993: 178). Segundo Jeová Flanklin, ele sintetiza, “com extraordinária força dramática a realidade e a fantasia nordestina” (FLANKLIN, 1993: 163). De sua arte, também surgem comparações: “Como Michelangelo ao seu Moisés, Borges parece exigir de suas figuras: falem! Chorem! Gritem! Riam! Dancem!” (COSTA, 1993: 171).

Com esse mosaico de citações, pretendo refletir sobre os modos de pensar a cultura na década de 1970. O começo dos estudos sobre os folhetos estão ligados ao gesto que os transforma em objeto científico. Os pesquisadores e estudiosos dessa década compartilhavam uma preocupação: os dias da pureza poética dos folhetos estavam contados, mas eles também compartilhavam uma solução: preservá-los em museus e arquivos. Recolhidos, classificados, reunidos por temas, estudados rigorosamente, os folhetos, foram retirados do barulho das feiras e mercados. Investidos da *beleza do morto* (DE CERTEAU, 1995), passaram a habitar os silenciosos museus e arquivos. Esse gesto pretendeu separá-los da experiência cotidiana, isolá-los das condições humanas sob as quais eram produzidos. No entanto, J. Borges com “tato e inteligência” soube “tirar partido” das demandas do tempo presente: rompeu com a função cristalizada das xilogravuras de ilustrar capa de folhetos; apostando no estabelecimento de formas novas de arte, ele tornou suas criações distintas das de seus contemporâneos.

Portanto, “os ditos sobre J. Borges” funcionam como mote para a escrita do primeiro capítulo no sentido de perseguir pistas sobre o estatuto ocupado pelo poeta na cena cultural pernambucana; a rede de relações locais na qual se inserira e os modos de recepção de seu trabalho de xilogravador. Parece-me que o sistema de trocas escolhido por J. Borges aponta uma concepção e um modo de construir sua trajetória artística, afirmando a própria liberdade e individualidade. Ao longo de sua carreira, ele investiu na tarefa em tornar as xilogravuras a marca de sua arte.

## **2 A narrativa escrita e a materialidade nos folhetos borgeanos**

O conceito literatura de cordel não é de fácil definição, nem aplicável a qualquer período histórico; igualmente ao conceito cultura popular, ele é uma categoria erudita.<sup>15</sup> Para compreender o estatuto social e cultural dos folhetos, preciso adentrar o campo problemático da definição de

---

15 Sobre o conceito de cultura popular como categoria erudita, ver: DE CERTEAU, 1995; CHARTIER, R. *Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico*. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 179-192, 1995.

cultura popular, para dizer que a história do conceito cultura popular tem sido construída em contextos variados. Ela envolve relações contraditórias, idealizações, homogeneizações e lutas em torno do debate teórico e político sobre o conceito. Nesse sentido, entendo que a literatura de cordel não pode ser definida, *a priori*, como imutável e homogênea, por isso, torna-se necessário refletir sobre o entendimento do conceito pelos grupos que exerceram influência no meio acadêmico e artístico, principalmente no estado de Pernambuco na década de 1970.

A literatura de cordel não é algo simples e espontâneo; a construção narrativa obedece a operações específicas e aponta para “uma arte de fazer, visto que as maneiras de fazer não designam somente atividades que uma teoria tomaria como objetos. Essas teorias organizam também a sua construção” (DE CERTEAU, 1994: 152). Para escrever folhetos, é necessário bem mais que criatividade com as rimas, é preciso reunir práticas e saberes que envolvam, simultaneamente, o trânsito entre a composição de versos e os aspectos técnicos da linguagem tipográfica.

O desafio, colocado para nós, historiadores da atualidade, consiste em tratar historicamente nosso acervo vocabular. Parece-me que o modo mais sensato para empreender esse enfrentamento reside na utilização do método de investigação proposto pelo historiador alemão Reinhart Koselleck (2006) e implica a compreensão do papel social dos conceitos em diferentes momentos históricos. Constitui-se em uma estratégia metodológica fundamental para contar a história do conceito literatura de cordel. Nesse sentido, meu interesse recai sobre os modos como o conceito foi operado por diferentes gerações de intelectuais brasileiros. Uma leitura inicial dos textos sobre literatura de cordel aponta para a seguinte constatação: os modos de visualizar e compreender esse objeto de pesquisa iniciaram-se na década de 1970.

Nessa perspectiva, proponho-me a escrever uma história da escrita e leitura dos folhetos, considerando os modos de apropriação desses textos no tempo e no espaço, por meio da materialidade do impresso. A história dos folhetos não pode ser escrita separada dos aspectos materiais de

sua produção e circulação como livro que carrega o adjetivo *popular* em comunicação com questões políticas, estéticas, morais e religiosas. O que mais me interessa nos folhetos escritos por J. Borges é o aspecto material, o modo de produção e apropriação em conexão com a estrutura narrativa dos versos oferecidos ao público leitor.

Até recentemente, o que mais chamava a atenção dos pesquisadores da literatura de cordel eram os aspectos nomeados folclóricos e populares naturalizados como específicos do Nordeste do Brasil. Os folhetos seriam herdeiros de práticas dos séculos XVII e XVIII, cuja origem era pensada como incontestavelmente europeia. Também é comum nessa concepção interpretá-los como registro da “[...] ‘essência’ do povo brasileiro e de sua vida no século XX”.<sup>16</sup> Os estudos realizados pela Fundação Casa de Rui Barbosa (PROENÇA, 1986; DIÉGUES JUNIOR, 1986) são emblemáticos na transmissão de uma compreensão, muito difundida, de que a literatura de cordel faz parte de um gênero chamado *literatura popular em verso*, mas que deve ser distinguida por meio de duas linhas: a folclórica, que é transmitida oralmente e torna-se patrimônio coletivo em virtude do anonimato de seus autores; e a popular, que identifica autores e cuja transmissão se dá pelo uso de meios técnicos, no caso do folheto, pela impressão.

No entanto, estudos mais recentes trataram de pensar outras definições e começos. Por exemplo, o estudo da professora de Literatura Brasileira Márcia Abreu (1999), por meio de pesquisa comparativa, inviabiliza a propagada e incontestável relação de dependência entre a produção de folhetos nordestinos e os folhetos portugueses. A pesquisadora confrontou essas duas literaturas traçando a trajetória histórica e comparando seus textos; ao final, concluiu que são formas literárias distintas. Em Portugal, a literatura de cordel apresentava as seguintes características: i) era composta por meio de adaptações de textos de sucesso pertencentes a uma cultura escrita que não mantinha vínculos com o oral; ii) era dirigida ao conjunto da sociedade; iii) os temas abordavam a vida de nobres e cavaleiros; iv) os

---

16 Como exemplo recente desse modo de apreensão, destaca-se CURRAN, Mark. *Retrato do Brasil em cordel*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

editores trabalhavam com obra de domínio público, portanto, não eram autores.<sup>17</sup>

No caso do Brasil, as condições são outras: i) os autores eram compositores, proprietários e vendedores de sua obra, que guardavam fortes vínculos com a tradição oral; ii) autores e leitores pertenciam às chamadas camadas populares; iii) os temas mantinham relações com o cotidiano dos autores e leitores.

Os folhetos de J. Borges conservam essas mesmas condições, no entanto, uma especificidade deve ser considerada a respeito de sua produção. Se já foi dito que ele é um homem do ateliê e do mercado, deve-se acrescentar que ele é também um homem da tipografia, que aprendeu a dominar as técnicas do processo gráfico. Primeiro, ele comprou do amigo Olegário Fernandes uma máquina manual, que era chamada de “Mãe Preta”, porque durante mais de duas décadas ela proporcionou o sustento da família de Olegário Fernandes, quando ele residia em São Caetano, pingando suas letras pretas em milhares de páginas. O poeta Dila e o próprio J. Borges imprimiram vários de seus folhetos entre a prensa da Mãe Preta, que, ao ser transferida para a oficina da família Borges, continuou sendo tratada como uma velha amiga. A respeito dela, J. Borges escreveu:

Sustento minha família até hoje, graças a uma máquina cansada que a gente tem aqui na oficina. Ela roda desde 1913. Já comprei essa minha amiga sofrida. Mas de todo jeito, é essa ‘gangorri-nha’ velha que segura a barra toda do nosso dia a dia. De pouco em pouco, sem ter mais onde consertar, ela pingou por muitos anos esse nosso sustento (BORGES; COIMBRA, 1993: 21).

A produção de folhetos de J. Borges combina gestos manuais e mecânicos. Com base no conceito de *culturas híbridas* cunhado pelo estudioso argentino García Canclini (2008), é possível afirmar que J. Borges esteve

---

17 Sobre as estratégias editoriais desta literatura, consultar: CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2004.

inserto em uma produção cultural marcada pela prosperidade integrada à indústria cultural. Diferentemente da grande maioria dos autores de folhetos, ele ultrapassou os limites do anonimato coletivo e, dialogando com as exigências do seu tempo, construiu a emergência do nome de autor. Enfim, transformou práticas e técnicas para tornar sua arte visível e produtiva.

Inspirada pelos estudos sobre comunicação de massa de Jesús Martín-Barbero (2009), penso que seja possível analisar os folhetos e as xilogravuras de J. Borges, por meio de quatro dispositivos: i) *dispositivos de composição tipográfica*, que remete à organização material do texto; ii) *dispositivos de fragmentação da leitura*, que se relacionam com a divisão da narrativa em unidades de leitura; iii) *dispositivos de sedução*, que abarcam a organização da narrativa em episódios e operam por meio da duração e do suspense; e iv) *dispositivos de reconhecimento*, que permitem a identificação e comunicação entre personagens e leitores. Como identificar esses dispositivos na produção de J. Borges?

Tomarei como referência, neste texto, o folheto *O exemplo da mulher que vendeu o cabelo e visitou o inferno* (BORGES, 1967). Ao perguntar sobre os dispositivos de composição tipográfica, prevalece uma espécie de recorrência nos folhetos em relação ao tamanho, aproximadamente 16x12 cm e a disposição dos elementos de composição visual. Na parte superior da capa, lê-se o nome do autor, geralmente em letras maiúsculas, seguido do título do folheto. Os contornos da xilogravura ocupam toda a área central da pequena capa, funcionando como dispositivo de sedução, pois seu propósito é de síntese narrativa. O nome J. Borges é inscrito na barra escura localizada na parte inferior da xilogravura na forma da inconfundível assinatura inscrita na madeira. O miolo do folheto apresenta o corpo do texto com quatro estrofes de seis versos na primeira página, pois a autoria e o título são repetidos na parte superior, ocupando o espaço da quinta estrofe que aparece nas páginas seguintes.

Os dispositivos de fragmentação da leitura podem ser apontados na organização da narrativa. O que conta o folheto? Conta a história de Júlia Assunção, mulher de “gênio forte” (IBID), que morava na cidade de Areia

Branca no Rio Grande do Norte. Ela desejava livrar-se dos cabelos compridos, mas o esposo, “um homem calmo” (IBID), pede-lhe que permaneça como Deus fez. Mas Júlia Assunção, insatisfeita com seus longos cabelos, contraria a vontade do esposo e resolve vender suas madeixas ao primeiro comprador. Os versos contam: “O seu esposo dizia/Mulher não diga isso não/O seu cabelo é bonito/E lhe dá mais perfeição/Outra mais que de vendê-lo/Você não tem precisão” (IBID) No entanto, ela responde: “Quando eu me aperriar/Vendo até ao diabo/Que cabelo dá azar” (IBID) Imediatamente, surge um comprador e Júlia Assunção corta e vende os cabelos por um bom dinheiro. O comprador era o diabo! E os folhetos de exemplo pretendem transmitir uma lição, toda ação subversiva implica o sofrimento de um castigo, ao vender os cabelos, a personagem adoece e morre.

Esse poderia ser o desfecho da história, mas é apenas o acontecimento que evidencia o uso dos dispositivos de sedução. Continuando a história, três dias após sua morte, a mulher aparece entre os sonhos do complacente marido; aos soluços, ela pede perdão e relata os horrores vistos ao visitar o inferno; nos caldeirões eternamente ferventes, estariam queimando pessoas desobedientes como as mulheres falsas; os cabeludos dançando iê-iê-iê; as moças de calça justa, unha pintada e sobancelha feita; as moças fogosas, os tarados, os negociantes desonestos, os pistoleiros, os ladrões de galinha, os catimbozeiros e protestantes; as mulheres ciumentas, as mulheres que praticavam o aborto e principalmente as mulheres que cortavam e vendiam o cabelo.

Para legitimar sua narrativa e se comunicar com os leitores, o poeta recorre aos ensinamentos da religiosidade cristã, fazendo uso dos dispositivos de reconhecimento. Na esperança de reorganizar, por meio da narrativa, o mundo que a seu ver necessita tomar outra direção, J. Borges desloca, embaralha e mistura acontecimentos naturais e sobrenaturais. Nos versos do autor, a função da história contada é avisar, lembrar e comunicar os códigos de comportamento compartilhados entre os possíveis leitores. Assim, ele encerra: “venho fazer esse aviso/As mulheres escandalosas/Que usam vestido curto/E querem viver de prosa/Morrendo vão ao inferno/Para as chamas temerosas” (IBID).

Portanto, considero importante lembrar que a produção e circulação do folheto não é um fenômeno isolado. Como escrito, ele mantém relações com outros impressos como o jornal diário, o livro, o cartaz, a canção, o almanaque, o gibi e os meios de comunicação mediados pelo ouvir e ver como o rádio e a TV. Na relação específica com outros impressos, ele se distingue de modo especial do livro, por ser um objeto mais flexível e efêmero. Geralmente manuseado em comum, ensinado por uns, lido por outros, decifrado pelos que não sabiam ler, integrados à vida comunitária, sugere um sistema de apreciação<sup>18</sup> e uma variedade de usos. No percurso entre a feira e a casa, os folhetos podiam ser dobrados e colocados no bolso ou nas sacolas de feira. Nesse itinerário, ao cheiro de tinta fresca e de papel, podiam misturar-se cheiros de suor ou de condimentos como cominho, cravo e canela. Afinal, ao contrário dos livros, os folhetos não eram objetos para ser conservados por uma vida inteira e estimados como patrimônio familiar.

### **3 A produção e circulação das xilogravuras borgeanas e a cultura visual**

O historiador italiano Arnaldo Momigliano (2004), ao estudar as raízes clássicas da historiografia moderna, fez uma pergunta fundamental para a reflexão do nosso campo historiográfico: qual a herança deixada pelos historiadores gregos para os historiadores modernos? A resposta de Momigliano evidencia dois elementos de nossa herança como tipicamente gregos: i) a atitude crítica com relação ao registro dos acontecimentos; ii) o desenvolvimento de métodos críticos que permite separar fatos de fantasias, pois nenhuma historiografia anterior à grega desenvolveu esses traços.

Nessa perspectiva, ele aproxima os modos de contar dos historiadores gregos Heródoto e Tucídides de nossas pesquisas contemporâneas. Segundo Momigliano, o mais importante para nós é o resultado final da obra de Heródoto, porque ele assumiu a responsabilidade de registrar os

---

18 Sobre o uso do termo sistema de apreciação, cf. CHARTIER, Roger. Estratégias editoriais e leitores populares, 1530-1660. In: \_\_\_\_\_. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2004. p. 91-129.

acontecimentos e as tradições que não tinham sido registradas pela escrita e ampliou a abrangência de sua crítica ao exame tanto daquilo que era muito antigo quanto do que era bastante recente, assim como do que era grego e do que era estrangeiro.

A combinação da pesquisa com a crítica da documentação foi o método herodoteano. Essa combinação permitiu a ampliação dos limites da investigação histórica que abarcou a maior parte do mundo conhecido pelos contemporâneos de Heródoto. Como organizar a cronologia e como recolher a documentação quando os registros escritos não existiam ou não eram acessíveis? Eis os dois principais problemas enfrentados pelo pai da História. Assim, ele “optou por construir a sua história fundamentando-se em evidência oral” (2004: 65). O método de Heródoto não tinha como base uma documentação escrita, mas a busca de testemunhas vivas, já que ele escreve sobre aquilo que ele mesmo viu, testemunhou, ou sobre o que ouviu dizer por meio de outras testemunhas. A grande diferença de sua pesquisa não se encontra nos objetos, mas no processo de aquisição do conhecimento.

O precursor de Heródoto, o historiador Tucídides, criticou, desdenhou e repudiou o trabalho do seu predecessor. A centralidade do presente na pesquisa histórica combinada com a centralidade dos acontecimentos políticos faz parte da compreensão histórica tucidideana. Segundo ele, a pesquisa histórica começava com o presente, porque a história contemporânea era a única que podia ser relatada de maneira confiável; a natureza humana era imutável e as ações humanas ou eram políticas ou nada eram.

O que é distintivo em nossa historiografia, concluiu Momigliano, é o reconhecimento dos dois grandes rivais da Antiguidade – Heródoto e Tucídides – como fundadores da pesquisa histórica. As fundamentações políticas e filosóficas do campo historiográfico moderno foram criadas no século XIX, cuja centralidade encontra-se no político e na ênfase nos documentos textuais como basilares na abordagem historiográfica. O uso de documentos não textuais concentrou-se no âmbito da pesquisa antiquária inicialmente ignorada pelos teóricos da história (IBID).

Antes dos historiadores, foram os antiquários que incluíram na pesquisa histórica quadros, inscrições, monumentos, moedas, histórias locais, biografias de poetas, etc. O uso de imagens na construção da narrativa histórica ganhou espaço e destaque com o alargamento da noção de documento posto em circulação pelos pesquisadores dos *Annales*<sup>19</sup>. Nas palavras de Arnaldo Momigliano, “tudo agora é suscetível de ser história, como quando Heródoto iniciou todo esse negócio da história” (2004: 116). Os novos caminhos percorridos pela História que hoje chamamos de Cultural (HUNT, 2001; CHARTIER, 2002), não são tão novos como parecem, mas, de todo modo, ela contribuiu para o apagamento das rígidas fronteiras entre o saber histórico e os diversos saberes oriundos de outras áreas do conhecimento. Assim, a produção historiográfica mais recente tem-se aventurado no uso dos documentos iconográficos, como pinturas, fotografias, esculturas. É no campo deste debate que proponho a escrita de uma história das xilogravuras e seus usos: como ilustração na capa dos folhetos e objeto de arte individualizado.

O trabalho com documentos iconográficos, assim como com outros documentos, exige rigor crítico, científico e sensibilidade. As xilogravuras narram histórias, emitem pistas e significados, comunicam uma autoria, uma época, uma técnica, um estilo, um tema, provocam sensações: alegria, dor, pesar ou melancolia. Mas é preciso lembrar que a linguagem visual não é universal, mas histórica, seus significados envolvem convenções sociais, culturais, políticas e econômicas. Ao me aproximar das leituras sobre o campo da visualidade, percebi que os estudos históricos que privilegiam os usos e as funções das imagens são recentes.

O historiador Ulpiano T. Bezerra de Menezes (2003) elaborou uma síntese dos usos da imagem na historiografia relacionando história da arte e história visual. Na Antiguidade e na Idade Média, o uso da imagem era caracterizado por valores afetivos em contextos religiosos, políticos e pedagógicos. No Renascimento, ocorre uma inundação de imagens contem-

---

19 Sobre a chamada Escola dos Annales, consultar BURKE, Peter. *A Escola dos Annales, 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997.

porâneas e antigas em conexão com a Revolução Científica: cartografia, anatomia, etc. Elas apontam novos usos, mas o caráter afetivo e ideológico permanece válido. De qualquer modo, “o primeiro campo do conhecimento em que se terá um reconhecimento sistemático potencial cognitivo da imagem visual, é a história da arte, que se consolida no século XVIII – e não por acaso, já que se trata de seu objeto referencial específico” (IBID, 2003).

Bezerra de Menezes também apresenta uma proposta metodológica que envolve um deslocamento. Segundo ele, nós historiadores precisamos transitar do campo das fontes visuais para o campo da “visualidade como objeto detentor de historicidade e como plataforma estratégica de elevado interesse cognitivo” (2003: 11). O conceito de visualidade deve, portanto, ser compreendido como uma dimensão importante da vida social e dos processos sociais. Assim, em comunicação com os estudos sobre visualidade, proponho-me a dialogar com as imagens produzidas por J. Borges em suas relações com os textos e com os suportes nos quais foram veiculadas, por isso, as xilogravuras não serão tomadas como imagem que ilustra e reproduz a realidade, mas como registro cognitivo que permite apreender e conhecer práticas cotidianas, significadas por meio de uma linguagem própria: a do desenho.

A literatura referente ao uso da xilogravura oferece pistas sobre as significações atribuídas pelos estudiosos. Um exemplo importante para esta pesquisa é o estudo de Liêdo Maranhão (1981), já mencionado, sobre as diferentes capas de folhetos. Lista cinco tipos de ilustração: i) os folhetos sem capa, denominação equivocada, porque não havia ausência de capa, mas sim do clichê nos folhetos publicados entre o fim do século XIX e começo do século XX; as capas eram ilustradas com ornamentos, elementos tipográficos, que emolduravam o nome do autor, o título do folheto e, por vezes, o endereço da tipografia; ii) o desenho popular feito por artistas urbanos, que, segundo Liêdo Maranhão, havia sido substituído pela gravura manufaturada, geralmente por “um homem rural, que com ponta de faca e um taco de madeira, faz uma arte mais ingênua e mais forte” (IBID, 35); iii) o cartão postal; iv) a fotografia de artistas de cinema, que foram largamente

usadas em capa de folhetos entre as décadas de 1940 e 1950; v) por último, a gravura popular. Desde o prólogo, percebe-se que a maior preocupação do autor é mostrar que:

[...] apesar de parecer muito antiga e preferida dos poetas, para ilustrar as capas de folhetos, a xilogravura ou gravura de madeira, hoje muito 'badalada' pelo público e por um comércio sofisticado de arte, nunca teve na realidade em todo período de sua história, o prestígio e a popularidade das chamadas gravuras de zinco, com desenhos rabiscados a lápis, de artistas populares, cartões postais de amor, e fotografias de artistas de cinema (IBID, 15).

O trecho acima evidencia que as xilogravuras usadas na capa dos folhetos foram apreendidas pelos estudiosos da literatura de cordel como uma ilustração esteticamente rústica e artesanal, portanto, mais representativa de uma determinada visão do Nordeste brasileiro (SOUZA, 1981) que outros tipos de ilustração. Os gravadores da geração anos 1960 como J. Borges e Dila, segundo Liêdo Maranhão, foram os responsáveis pelo “período áureo do modismo, descaracterizador dos folhetinhos e delirante para os turistas” (IBID: 76). Como essa leitura das xilogravuras tornou-se lugar comum? Percebo que preciso enfrentar um desafio! Ele consiste em encontrar uma nova maneira de olhar para as xilogravuras, examinando como elas foram olhadas em nossa historiografia. A historiadora da arte Svetlana Alpers, em seu estudo sobre a arte holandesa de descrever do século XVII, afirma que na historiografia ocidental, “o estudo da arte e de sua história tem sido determinado pela arte italiana” (ALPES, 2009). Sendo assim, torna-se difícil encontrar uma linguagem apropriada para tratar de imagens que não se ajustem ao modelo italiano. Qual a linguagem mais apropriada para tratar das xilogravuras? Penso que seja indagando sobre a cultura visual ou a experiência visual de J. Borges e de seus leitores e expectadores.

Ainda que Svetlana Alpers tenha-se concentrado na especificidade do processo descritivo associando inscrições e imagens, acredito que seja possível afirmar que entre as capas de folhetos e as xilogravuras estabelece-se uma continuidade narrativa. Afinal, elas também são impressos, as narrativas gravadas na madeira muitas vezes são acompanhadas por inscrições. É por meio da fricção da folha de papel sobre a madeira entintada que as imagens surgem brilhantes no papel. J. Borges segura suas ferramentas, principalmente, a faca de mesa, como se estivesse segurando uma caneta. Sua tarefa parece ser a de inscrever histórias na madeira e de reproduzi-las no papel. Como “artesão narrador, na maestria do seu fazer, desenha em palavras” (MONTENEGRO, 2012: 43) e imagens um mundo conhecido antes pela visão e audição do que pela escrita e leitura, por isso sua escritura se dá a ler pela visualidade.

A xilogravura como objeto de arte congrega duas dimensões e duas materialidades: a dimensão de matriz sobre o suporte da prancha de madeira, cuja significação de objeto de arte é superior à sua cópia; a dimensão de cópia, impressa no papel, menos valorizada visto que possibilita de modo infinito uma reprodutibilidade técnica (BENJAMIN, 1994). Uso essa categoria em consonância com o debate empreendido por Walter Benjamin sobre a reprodutibilidade técnica da obra de arte em relação às noções de autenticidade, aura, ritual, valor de culto e valor de exposição e recepção à medida que “a reprodutibilidade técnica da obra de arte modifica a relação da massa com a arte” (IBID: 187).

A técnica da xilogravura permite que o desenho seja reproduzível e amplia seus usos, assim como a máquina tipográfica concedeu a reprodução técnica da escrita. Nesse sentido, indagarei sobre a forma de talhar e imprimir? Os materiais e instrumentos utilizados? O tamanho e o formato? As cores e o arranjo das figuras? O espaço no qual a ação se desenrola e como indica percursos de leitura? A paisagem é urbana ou rural? Como estão dispostos os objetos e personagens? Como estão vestidos? Como olham? O olhar se comunica com o leitor/espectador? Essas perguntas podem nos dar pistas sobre o modo pessoal de criação e os usos e as finalida-

des das imagens que em “sua simplicidade visual não cessa de dialogar com um trabalho extremamente elaborado da língua e do pensamento” (DIDI-HUBERMAN, 1998: 114).

Portanto, o material de pesquisa reunido na fase documental aponta para uma primeira constatação: na década de 1970, a palavra escrita e a imagem estão em profunda relação, mediadas e distribuídas pelos meios de comunicação. Os modelos culturais da maioria tomam como referência a predominância da imagem, e o cotidiano é profundamente penetrado por ela, principalmente depois da difusão do rádio de pilha e da televisão. Por essa razão, escolhi dar atenção à difusão da xilogravura como objeto artístico separado do folheto, embora o modo de narrar e descrever permaneça conjugado. O suporte é outro, mas a síntese narrativa dos folhetos se expressa numa síntese imagética. Texto e imagem associam-se em novos arranjos iconográficos.

## Referências

ABREU, Márcia. *Histórias de cordéis e folhetos*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1999.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Fundaj; Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ALPES, Svetlana. *A arte de descrever: a arte holandesa no século XVII*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2009.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 165-196.

BORGES, José Francisco. *O exemplo da mulher que vendeu o cabelo e visitou o inferno*. Bezerros, PE, 1967.

\_\_\_\_\_.; COIMBRA, Silvia R.. In: *Poesia e gravura de J. Borges*. Recife: Edição do autor, 1993.

BRITO, Gilmário Moreira. *Culturas e linguagens nos folhetos religiosos do Nordeste: inter-relações escritura, oralidade, gestualidade, visualidade*. 2001. 292 f. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales, 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997.

CHARTIER, ROGER. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

\_\_\_\_\_. *Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jésus Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

\_\_\_\_\_. *Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico*. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 179-192, 1995.

\_\_\_\_\_. *Estratégias editoriais e leitores populares, 1530-1660*. In: \_\_\_\_\_. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2004. p. 91-129.

\_\_\_\_\_. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2004.

CURRAN, Mark. *História do Brasil em cordel*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. *Retrato do Brasil em cordel*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

DE CERTEAU, Michel. A beleza do morto. \_\_\_\_\_. *A cultura no plural*. Campinas, SP: Papirus, 1995. p. 55-85.

\_\_\_\_\_. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

\_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Ed. 34, 1998.

DIÉGUES JÚNIOR, Manoel et al. *Literatura popular em verso: estudos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Leitores e ouvintes*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. A encenação do popular. In: \_\_\_\_\_. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2008.

GRILLO, Maria Ângela de Faria. *A arte do povo: histórias na literatura de cordel (1900-1940)*. 2005. 257f. Tese (Doutorado em História) – Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2005.

GUIMARAES NETO, Regina Beatriz. Memória, relatos e práticas de espaço: cidades em áreas de ocupação recente na Amazônia, Mato Grosso, 1970-2000. *História Oral*, v. 9, n. 1, p. 49-68, jan.-jun. 2006, p. 49. Disponível em: <[http://www.revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path\[\]=189&-path\[\]=193](http://www.revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path[]=189&-path[]=193)>. Acesso em: 18 set. 2012.

HUNT, Lynn et.al. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KERN, Maria Lúcia Bastos. Imagem, historiografia, memória e tempo. In: *ArtCultura*, Uberlândia, v. 12, n. 21, p. 9-21, jul-dez. 2010.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. In: *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n.12, p. 97-115, jan.-jun. 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às medições: comunicação, cultura e hegemonia*. Tradução de Ronald Polito e Sergio Alcides. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2009.

MELO, Rosilene Alves de. *Arcanos do verso: trajetórias da literatura de cordel*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Tradução de Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru, SP: Edusc, 2004.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Padres e artesãos: narradores itinerantes. *História Oral*, v. 4, 2001, p. 39-54. p. 43. Disponível em: <<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=>

[rho&page=article&op=view&path\[\]=34&path\[\]=28](http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path[]=34&path[]=28)>. Acesso em: 18 set. 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_; LUCA, Tania Regina de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011.

PROENÇA, Manoel Cavalcanti (Org.). *Literatura popular em verso: antologia*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2007.

SILVA, Maria do Rosário da. *Um estudo da literatura de cordel em Caruaru: Olegário Fernandes, vida e obra*. Caruaru: Edições Fafica, 2002.

\_\_\_\_\_. *Histórias ambulantes: cultura e cotidiano em folhetos de cordel*. 2008. 146f. (Dissertação) Mestrado em História – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

SOUZA, Liêdo Maranhão. *O folheto popular: sua capa e seus ilustradores*. Recife: Fundaj, 1981.

# Trajetórias biográficas e literatura: histórias do poeta José Costa Leite

Geovanni Gomes Cabral<sup>1</sup>

*As narrativas tecem a memória por meio das linhas  
do tempo como inscrições que deixam suas marcas  
nos espaços vividos.*

(Regina Beatriz Neto)

## 1. Introdução<sup>2</sup>

Era uma tarde de sol, um final de semana, um dia como outro qualquer. Resolvi ir até a cidade de Condado, zona da mata norte do Estado de Pernambuco, bater à porta do poeta popular José Costa Leite. Conhecia-o apenas por nome e fotografias, embora fosse admirador do seu trabalho poético, apreciador de seus folhetos e histórias. Estávamos no mês de maio de 2011. Dirigi-me à rua Dr. Julio Correia, à casa de nº 223, apreensivo, mas confiante do que almejava naquele momento: encontrá-lo. Toquei o interfone e uma voz cansada perguntou do outro lado da casa: - Quem é? Ao me identificar, sua esposa, dona Severina Maria de Almeida Leite veio abrir o portão. Olhou para mim desconfiada e convidou-me a entrar. Aguardamos uns minutos até a chegada de seu Costa Leite, que, depois das apresentações, conversou bastante acerca da importância da literatura de cordel e sobre sua produção, editada atualmente pela Editora Coqueiro, situada no bairro de Campo Grande, Recife /PE.

---

1 Doutorando em História pelo Programa de Pós Graduação da UFPE.

2 Este texto faz parte da pesquisa de tese que venho desenvolvendo sobre a trajetória, obra, produção e veiculação material de José Costa Leite sob a orientação do Prof. Flávio Weinstein, com financiamento da FACEPE. Quero agradecer as leituras, críticas e as contribuições da Profa. Regina Beatriz Neto e dos doutorandos Erinaldo Cavalcanti e Paloma Borba.

Aos poucos, aquele poeta se apresentava como um grande artista da palavra, falava de poesia com leveza, com maestria, com a experiência de um cordelista aos oitenta e quatro anos de idade. A voz e o corpo apresentavam sinais da idade, porém a mente, fecunda e vivaz, tinha uma lucidez privilegiada. Feliz ao falar de sua arte, de seus folhetos e de suas xilogravuras. O olhar brilhante e a palavra precisa com toques rimados descontraíam a tarde, que aos poucos cedia lugar para a noite que anunciava sua chegada.

Esses momentos e conversas, conduzidos por uma entrevista informal, foram decisivos e ímpares para adentrarmos na pesquisa e aos poucos entendermos esse cordelista e sua produção poética. Um homem que vem há décadas registrando na capa de seus folhetos a expressão “A voz da poesia nordestina”.

As perguntas surgiam, as dúvidas pairavam no ar. Queríamos entender a poesia e o universo cultural desse poeta, por onde andou, como se tornou um cordelista, por que ainda permanece escrevendo poesias e tallhando suas xilogravuras, vendendo-as na feira? Após nosso breve contato, veio à tona a certeza de que valeria a pena escrever sobre esse poeta, narrar traços de sua trajetória biográfica, de suas andanças, pesquisar e conhecer um pouco de seus percursos no tempo. Talvez entendendo esses caminhos, as encruzilhadas de sua vida, possamos compreender sua vasta produção poética, sua cosmovisão de mundo, seu cotidiano e, por conseguinte, entender um pouco mais a história.

Escrever sobre vidas, contar suas histórias não é papel tão simples assim, especialmente no campo do conhecimento histórico. Nas palavras de Francois Dosse (2009:11), a biografia mantém uma relação forte com o passado, sendo um elemento privilegiado na reconstrução, marcada pelos sonhos e angústias do narrador, de uma época; o autor afirma que “escrever a vida é um horizonte inacessível, que no entanto, sempre estimula o desejo de narrar e compreender”. Sendo assim, biografar não é devolver a vida, a sua heterogeneidade, esmiuçar todos os passos, mas encontrar caminhos que possibilitam entender sua trajetória enquanto ser histórico, enquanto indivíduo dentro de um universo cultural e social. É por isso que

esse gênero narrativo suscitou grandes debates no tocante à metodologia e às questões teóricas.

Para Benito Schmidt (2012: 187-189), esse gênero biográfico nasceu na Grécia antiga, mais precisamente no século IV. Até então, quando objetivavam contar algum relato, os gregos privilegiavam o coletivo, tendo em vista a dinâmica social da pólis grega. Mas foi nas culturas helenística e romana que esse gênero se difundiu, destacando-se os escritos de Plutarco (*Vidas Paralelas*) e Suetônio (*Vida dos doze céсарes*). Outra característica marcante desses relatos biográficos era o destaque conferido às “vidas” de seus personagens, destacando suas realizações, seus feitos ao longo da história.

Durante o medievo europeu, surgiram as hagiografias, textos que mencionavam histórias de santos, seus valores espirituais, suas condutas, suas regras morais. Uma sociedade pautada em valores religiosos tendo a Igreja Católica como mediadora dessas ações. Tais textos eram lidos em voz alta a fim de despertar no leitor/ouvinte, algo que viesse a servir como exemplo para a vida cotidiana. Mas foi por volta dos séculos XVII e XVIII que a palavra *biografia* apareceu nos dicionários europeus, na Inglaterra, na França e na Alemanha (SCHMIDT, 2012:187-189). Nesse período, o desgaste dos valores medievais mediante o retorno da cultura greco-romana, fruto das inspirações renascentistas, passou a incluir no rol dos biografados mulheres, artistas, bem como indivíduos de outras culturas. Nestes escritos era mantida a tensão entre o indivíduo exemplar e o indivíduo único, pautado na figura do herói que representava as qualidades e os valores da nobreza ou da sua terra.

Durante o século XVIII, com a filosofia iluminista, a figura do herói foi aos poucos cedendo espaço para os “homens” que serviam à pátria, à humanidade e sacrificavam suas vidas em prol da sociedade e seus ideais. A esses homens eram atribuídos valores que deveriam ser seguidos pela população, como civismo, moderação e pacificação. Os escritos biográficos ressaltavam um homem acessível a outros cidadãos da sociedade, mas com uma dose de individualidade e exemplaridade exigida pelas mudanças iluministas (SCHMIDT, 2012:189, BRUCK, 2009).

Foi por volta do século XIX, no entanto, que ocorreu uma preocupação maior com o indivíduo na história, o que fez com que o gênero biográfico tomasse novos rumos. Os padrões burgueses se faziam presentes no individualismo, no consumismo, nas relações sociais, mas nada disso levou os historiadores a dar ênfase à biografia como forma de compreender o passado e o presente. É, aproximadamente, no período entre os anos 1980 e 1985, que Clio, a musa da história, passa a reivindicar esse gênero narrativo para fazer parte de seus diálogos e desafios. O muro que separava as abordagens biográfica e historiográfica foi quebrado, promovendo a consciência, entre os estudiosos, da importância e das virtudes, enquanto escrita, inerentes à narrativa histórica (DOSSE, 2009:16).

Nesse contexto, alguns autores falam na *volta* ou no *retorno* da biografia ao campo do conhecimento histórico. Vavy Pacheco (2004) prefere usar a expressão “renovação historiográfica”, a qual é considerada, pela autora, mais adequada, até porque a biografia é tão antiga quanto a própria história, tendo sido apenas desprezada e desvalorizada em suas possibilidades e fios condutores que tecem o conhecimento historiográfico e sua escritura. Assim ressalta Vavy Pacheco:

Atualmente, a biografia, como aliás quase tudo o mais, é vista como parte da história. Fala-se em um “retorno” da biografia. Na verdade não há um retorno, pois biografias-factuais e lineares – sempre houve e haverá; além do mais, falar em retorno é bastante francês, pois no mundo anglo-saxão a biografia teve sempre uma aceitação maior pela história. Percebo uma grande proximidade entre esse dito retorno e um outro, o da história política, concluo que seus pontos em comum provém da ampla renovação historiográfica que temos vivido nas últimas décadas (BORGES, 2004:284).

Sobre esses aspectos, entendemos que o gênero biográfico possibilita uma inovação na compreensão da narrativa histórica de um indivíduo,

por isso se faz *mister* investigar e analisar a vida do poeta José Costa Leite. Visamos, com isso, entender como sua trajetória de vida, experiências e reminiscências inserem-se em urdiduras políticas, sociais e culturais que vêm a refletir em sua poesia e escrita literária. Segundo François Dosse (2009:297), “com o retorno do biográfico, alguns historiadores não renunciaram ao empenho de chegar até aos anônimos da história. De diversas maneiras, mostram que é possível superar as falhas das fontes para descobrir qual tenha sido seu mundo”. Sobre os aspectos da escrita biográfica, afirma:

O domínio da escrita biográfica tornou-se hoje um terreno propício à experimentação para o historiador apto a avaliar o caráter ambivalente da epistemologia de sua disciplina, a história, inevitavelmente apanha na tensão em seu polo científico e seu polo ficcional. O gênero biográfico encerra o interesse fundamental de promover a absolutização da diferença entre um gênero propriamente literário e uma dimensão puramente científica – pois, como nenhuma outra forma de expressão suscita a mescla, o caráter híbrido, e manifesta assim as tensões e as convivências existentes entre a literatura e as ciências humanas (DOSSE, 2009: 18).

Ao privilegiar o gênero biográfico como um caminho para conhecer a vida de José Costa Leite, nos aproximamos da proposta de Jacques Le Goff (2001). O historiador biografou a vida de São Francisco de Assis de maneira fragmentária, ou seja, fugindo do campo tradicional de uma biografia cronológica com início, meio e fim, mas se fazendo compreender numa trajetória de vida, de deslocamentos no tempo, levando-se em conta seu contexto geográfico, social, histórico e cultural. Isso não significa que os detalhes, as descobertas não sejam importantes, mas não representam o eixo condutor da trama, da narrativa historiográfica. A biografia insere-se nesse contexto como um lugar de produção da escrita da história, possibi-

litando tecer fios escriturários, passagens da vida, revelando ou silenciando aspectos do biografado.

Nesse aspecto, a noção de tempo linear passa a ser substituída pela ideia de simultaneidade, na qual o passado articula-se com o presente, imbricando-se em contratempos, interrupções e causalidades. A vida é escrita em trajetórias múltiplas, costuradas em tempos diversos, inconclusos e dinâmicos, sem a singularidade do ser, mas o compartilhamento das experiências no âmbito do coletivo.

Corroborando com essas abordagens metodológicas, Pierre Bourdieu (2006: 190), no seu artigo “A ilusão biográfica”, diz que é insuficiente tentar compreender uma vida sem fazer associações, sem perceber as relações que são estabelecidas entre o sujeito e a vida social. Para ele, os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social. Dessa forma, o uso da narrativa historiográfica associada à biografia nos remete a uma experiência de tempo histórico, memória e registro social.

Por isso, os fios condutores da vida do biografado, os rastros investigados instigam a compreender a rede de relações sociais por ele estabelecida. José Costa Leite, com sua poesia e sua voz, ainda percorre diversas feiras em vários estados da Região Nordeste, usa da palavra, mas também de sentimento, ao declamar seus folhetos, exprimindo conhecimento, arte, e suas leituras acerca da vida. Debruçar sobre sua trajetória de vida nos remete a refletir sobre o que menciona Jacques Le Goff (2001:12) quando chama a atenção sobre as responsabilidades do historiador de “situar, fazer compreender, elucidar as palavras dos homens do passado” ao longo do tempo.

## **2. Trajetórias de um poeta paraibano**

José Costa Leite, segundo as pesquisas classificatórias da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB, 2012), pertence à segunda geração de cordelistas, cuja produção inicia-se em 1920/1930 e mantém-se até os dias atuais. Encontramos inseridos nesse grupo João Martins de Ataíde, Manuel Camilo dos Santos, José Pacheco, Manuel Pereira Sobrinho, João Ferreira

Lima, Minelvino Francisco Silva, José Soares, José João dos Santos (Azulão), Raimundo de Santa Helena, Rodolfo Coelho Cavalcanti, Manoel D’Almeida Filho e Francisco Sales Arêda. Alguns, de certa forma, se inspiraram nos grandes nomes da literatura de folhetos da primeira geração, entre eles, Leandro Gomes de Barros, Silvino Pirauá de Lima, Francisco das Chagas Batista e João Melquíades Ferreira da Silva.

Conhecido por todo o Nordeste, com folhetos, almanaques e xilogravuras espalhados pelo Brasil e pelo mundo, a poesia de Costa Leite transita entre o universo da ficção literária, dos gracejos, pelejas e das histórias do cotidiano, despertando curiosidades de artistas, intelectuais, escritores e editores. Muitos destes escreveram em apresentações de livros impressões e relatos acerca do universo artístico deste poeta, sua forma de relatar, produzir e contar histórias, entre eles podemos mencionar Maria Alice Amorim (2010), Déserbais Maryaline (2002), Giuseppe Baccaro (2003), Maria Aparecida Lopes Nogueira (2012) e Marcus Accioly (2007).

Entre as considerações sobre a obra de Costa Leite feitas pelos pesquisadores citados, nos chamou a atenção os comentários de Giuseppe Baccaro no prefácio do livro “Sertão Nu e Cru”, de autoria do próprio José Costa Leite, quando diz:

Sua visão é total: como os versos na página branca, assim ele faz nascer, na chapa de Imburana ou cedro, imagens essenciais de suas andanças interioranas. Vive inspirado, de caneta e goiva na mão. Folhetos e xilos surgem assim aos milhares. Ver ele escrevendo um cordel ou desenhando uma chapa é experiência que não têm paralelo no mundo dito erudito, onde se faz e desfaz, para tentar de novo. Nele não há espera entre ideias e ação; e poesia e gravura parecem surgir de uma única imagem; visões complementares que expressam a totalidade deste povo e desta terra, que vive há séculos o castigo da catividade, mas onde nascem homens de gênio como Costa Leite. De nada que ele escreve e grava pode se tirar uma palavra, um traço... Eis um ar-

tista “preto no branco”, no sentido mais literal do termo. Todas as cores nascem daí, quando ele canta e grava a vida e os sonhos de sua gente (BACCARO,2003:5).

Marcus Accioly, prefaciando o livro “ABC da Sacanagem” de José Costa Leite, apresenta em suas palavras um poeta firme no tempo, nos versos e na produção, assim descreve:

José Costa Leite, nascido em 27 de 7 de 1927, na cidade de Sapé, Paraíba,... permanece plantado como uma árvore e vivo feito um rio: subindo para o azul as folhas verdes e deslizando às águas as raízes. Escreve um folheto por dia (365 se o ano não for bissexto por ano) e, para descansar, não carrega pedra: faz uma xilo, duas, três, por dia. No oitão de sua casa, à sombra de um pé-de-azeitona, vamos encontrá-lo na cidade de Condado entre Aliança e Goiana Pernambuco, usando a madeira de imburana como prancheta e a madeira do lápis e a do cabo da quicé. O resto é a grafite e a lâmina que transforma tudo nas mãos do poeta e do xilógrafo (ACCIOLY,2007:7).

Com as palavras de Marcus Accioly e Giuseppe Baccaro entendemos um pouco mais do universo desse poeta para ser considerado um “grande artista da palavra” da produção e veiculação de folhetos de cordel. Suas histórias refletem a importância que esse tipo de documento impresso tem para se entender passagens e acontecimentos de nossa história à medida que ele insere em sua poesia os elementos do viver, do seu cotidiano, brincando com as sacanagens, com as métricas e rimas, rindo e provocando o riso nos lábios daqueles que entram em contato com sua poesia.

Dono de uma intensa sensibilidade, este homem vem superando a arte e a poesia no tocante à produção e veiculação de folhetos na Zona da Mata Norte de Pernambuco (Mapa 01), mantendo viva a memória poética de histórias que fazem parte do Nordeste e do Brasil. São histórias que per-

correm imaginários, transitando no amor, na bravura, no encantamento, no sagrado e no profano. Fiel aos seus princípios e à sua escrita poética, encontramos um cordelista que não se deixou vencer pelos idos do tempo, que acredita no que faz, gosta de contar seus gracejos e pelejas, de cantar seus versos e de encantar corações com suas histórias rimadas. Sua trajetória de vida insere-se na arte e na memória de suas andanças e experiências pelo mundo da palavra e poesia.



Mapa 01- Localização geográfica da Zona da Mata Norte de Pernambuco, imagem disponível no Atlas Escolar de Pernambuco, p.17.

Ao escrever seus versos, está escrevendo sua vida, seus sentimentos, suas alegrias, angústias e indignações. Como poeta, não está isolado do seu entorno social, muito pelo contrário, imbrica-se com este, como fonte

de inspiração para sua produção. Dessa forma, Costa Leite *apropria-se*, utilizando aqui a expressão de Roger Chartier (1995:184), de leituras, de imagens e de experiências que circulam na sociedade e percorrem sua narrativa poética. Como menciona Walter Benjamin (1985:198-199), “O narrador retira da experiência o que ele conta, seja a sua ou a relatada pelos ouvintes. É essa experiência que passa de pessoa para pessoa a fonte para sua narrativa, para seus relatos escritos”. Sendo a história uma atividade da escrita, o trabalho de José Costa Leite traz à tona um passado que ao mesmo tempo é presente, é memória viva atravessando obstáculos, irrompendo sentimentos, paixões e construindo realidades.

Segundo Antonio Torres Montenegro (2012:45-46), “a memória que está viva e presente na vida das pessoas são sinais que estão em constantes movimentos de ressignificação, interligados às experiências, mudanças e impressões do presente, fatos e acontecimentos que nos mantêm em contato com o mundo ao nosso redor”. Para Jacy Alves de Seixas (2004:51), “a memória, portanto, constrói o real, muito mais que o resgata... A memória age tecendo fios entre os seres, os lugares, os acontecimentos, mais do que recuperando-os, resgatando-os ou descrevendo-os como realmente aconteceram”.

José Costa Leite nasceu no município de Sapé, no Estado da Paraíba, (Mapa 02) em 27 de julho de 1927. Uma década em que se registrou a crise da República Velha e do sistema oligárquico, bem como a diversificação da sociedade causada pela urbanização crescente no país, provocando o surgimento de greves e revoltas trabalhistas. Novos agentes sociais exigiram mudanças na sociedade, entre os quais podemos citar a classe média, os sindicatos e o Partido Comunista do Brasil. Algumas oligarquias regionais, como a baiana e a pernambucana, criticavam a hegemonia de São Paulo e Minas Gerais, a República Oligárquica de fazendeiros e coronéis agonizava frente às divergências regionais. Somada a esses fatores, destacamos a crise de 1929, que teve forte impacto na economia brasileira, principalmente na produção cafeeira e na campanha sucessória de Washington Luís (1926-1930), culminando com a explosão da chamada “revolução de 1930”, pon-do fim ao que se denominou de Primeira República (FAUSTO, 2003).



Mapa 02-Localização da cidade de Sapé-PB, imagem disponível em [www.google.com.br](http://www.google.com.br)

Todo esse clima de incertezas políticas também foi registrado no Estado da Paraíba, principalmente quando o governador João Pessoa, que fazia parte da Aliança Liberal, junto com Getúlio Vargas na disputa sucessória à presidência do Brasil, foi assassinado em Recife por um de seus adversários políticos. Assim como ocorreu em outros estados do Brasil, a Paraíba assistiu tardiamente mudanças na sua estrutura social, urbana e cultural, enfrentou divergências políticas com proprietários de terras e buscou estruturação diante dos novos desafios da modernidade (FILHO, 2001).

Percebemos que José Costa Leite nasceu em um momento de mudanças na sociedade brasileira, de grandes inquietações, e a história de Sapé não foge a esse cenário, a essas ressonâncias políticas que ocorriam no país. Seu povoamento, segundo dados do IBGE, data do início do século XVII, cabendo ao português Manuel Antonio Bernardes a prioridade de ser um dos fundadores. Este povoado obteve maior crescimento com a criação da Estrada de Ferro “Great Western”, em 1802, rumando para o Rio Grande do Norte. Sua autonomia política ocorreu em 1925, quando se emancipou do município de Sobrado (IBGE, 2012).

Filho de Paulino Costa Leite e Maria Rodrigues dos Santos, José Costa Leite fazia parte de uma família humilde, que trabalhava no campo

para sobreviver. Sua mãe, agricultora, plantava milho, feijão, macaxeira, batata doce, algodão, seu pai era cambista (nome dado a pessoas que vivem da troca e venda de mercadorias em feiras) e só vinha para o roçado nos finais de semana. Nesta microrregião, na Paraíba, viveu até os três anos de idade, quando seus pais se mudaram para Itambé (Mapa 03), município da Zona da Mata Norte de Pernambuco, o qual compreendia os distritos de Camutanga, Caricé, Ibiranga e Serrinha.



Mapa 03- Localização do município de Itambé-PE, imagem disponível no Atlas Escolar de Pernambuco, p.17.

A vida caminhava bem para a família Leite em terras pernambucanas até que seu patriarca faleceu, em 1935, no distrito de Camutanga, com aproximadamente 50 anos, vítima de envenenamento, a mando do feitor da Usina Olho D'Água. Segundo Costa Leite, o crime foi motivado por desavenças relacionadas com o jogo do bicho. O feitor fez um jogo com seu Paulino e perdeu; no dia seguinte, alterou a data e quis receber a quantia, já que os números jogados foram sorteados. Esse foi o estopim que o levou ao crime.

A morte de seu Paulino significou uma tragédia, que se abateu sobre os membros da família, fazendo com que seu irmão mais velho, Paulino Filho, levasse todos para a Fazenda Caldeirão. Consideramos esse momento a primeira *diáspora* na vida de Costa Leite. De volta à Paraíba com seus quatro irmãos, José Costa Leite, então com 8 anos de idade, passou a tra-

balhar na lavoura de algodão, o que lhe rendia algum lucro no final do mês. Vejamos alguns versos que demonstram muito bem esse momento vivido pela família de Seu Costa Leite, marcado por lágrimas, dor e necessidades financeiras (LEITE, 2012:34-35):

Com a morte do meu pai  
Piorou a nossa vida  
Minha mãe chorou bastante  
Ficou cansada, abatida  
Junto com a filharada  
Tristonha, desanimada  
Na sua vida sofrida

Com a morte de meu pai  
Com muita pena eu chorei  
Zefinha tinha três anos  
Se ela chorou eu não sei  
E Antonio na verdade  
Com três meses de idade  
Muito tristonho eu fiquei

Ficou a família interia  
Sem ter alimentação  
E Antonio com seus três meses  
Sem ter leite e sem ter pão  
Se ele pegava a chorar  
Mamãe lhe dava de mamar  
Meu Deus! Que situação!

Mas suas andanças não pararam nesta cidade. Ele partiu, em meados de 1938, a convite da sua tia, para residir em Pedregulhos, município de Goiana (ver mapa 01), passando a trabalhar na lavoura da cana-de-açúcar.

A história dessa cidade está associada ao povoamento da Capitania de Itamaracá, dos engenhos de cana-de-açúcar, das vilas e povoados que surgem nas suas cercanias. Severino Vicente da Silva (2011: 26-27) nos relata que “a conquista da terra do continente deu origem à Vila de Goyana, criada por todos, sem um herói fundador. A vila recebeu o mesmo nome do rio e nas proximidades foram fundados engenhos”.

Foi nesse cenário de mata norte, cercada por plantações de cana-de-açúcar e engenhos, que enveredou José Costa Leite e sua família. Seu Costa não se deixou vencer pelas circunstâncias e desafios da vida; além do trabalho da limpeza da cana, foi cambista, mascate, plantou inhame e foi camelô na feira. Nenhum desses trabalhos, por mais pesado que fosse, impediu sua força de vontade de conseguir algo melhor na vida, seus caminhos possibilitaram várias escolhas. Assim escreve (LEITE, 2012:117):

Nas minhas andanças eu  
Fui cambista, camelô  
Fui cassaco de Usina  
Peguei frete, fui feitor  
Fui pescador, fui mascate  
Vivi fazendo biscate  
E fui também agricultor

Em 1947, estando muito doente, sua mãe veio a falecer, desarticulando a família e dissipando seus membros. Esse fato corresponde à segunda *diáspora* na vida do poeta. Cada membro da família tomou um rumo e José Costa Leite, aproveitando as possibilidades e janelas da vida, seguiu o caminho da poesia, da arte e da produção de folhetos populares. Não quis seguir seu irmão, que para ele tinha “espírito de cigano”, por não fixar moradia em lugar nenhum, sem paradeiro, sem plantar raízes. Assim diz o poeta: “Meu irmão era um cigano / gostava de se mudar / pelo mundo procurando/ Outro sítio para morar (LEITE, 2012:48)”. Com relação aos caminhos seguidos após a morte de sua mãe, ele menciona (LEITE, 2012:117):

Daqui por diante eu vou  
Falar sobre poesia  
Falar de xilogravura  
De CD, de cantoria  
De trabalho, de roçado  
De repente improvisado  
E também de Astrologia

Sobre esse momento, Costa Leite lembra muito bem, busca em seus relatos de memória um tempo vivido, passado, mas que se faz presente com seus significados e lembranças. Seus relatos nos possibilitam fazer leituras dos diversos deslocamentos temporais que marcaram sua vida. Segundo Lucilia Delgado (2010:38), “a memória é inseparável da vivência da temporalidade, do fluir do tempo, e do entrecruzamento de tempos múltiplos”. Ainda, segundo a autora, “a memória atualiza o tempo passado, tornando-o tempo vivido, e pleno de significados no presente”. Vejamos o que relata seu Costa Leite, sobre sua trajetória de vida e os momentos difíceis enfrentados após a morte de seu pai em entrevista concedida em 28 de maio de 2011<sup>3</sup>:

É o seguinte, eu saí de Sapé muito jovem e nem sabia que tinha morado em Sapé e aos três anos ninguém sabe de nada. Agora, eu vim numa mudança com meu pai, meu tio trouxe eu, a maior parte. Pegado nos meus pés assim (faz gestos) e eu nas costas dele pegado na nuca. Agora em 1935 meu pai foi assassinado em Sapé, em Sapé não em Camuntanga. Ele era cambista o camarada queria roubar ele, como ele não se sujeitou a ser roubado botou uma pistola em cima dele, é uma história comprida. Ele sabia que tinha uma velhinha em Serrinha que é Juripiranga hoje, mas o pessoal que mora lá pergunta você mora aonde meu amigo em Serrinha, ninguém fala em Juripiranga não. Ele soube de uma amizade que meu pai tinha com a velhinha, que tinha

---

3 Entrevista realizada por Geovanni Cabral, em Condado/PE em 28 de maio de 2011.

um café, que tomava café lá, andava o dia todinho chegava lá fazia um lanche, ai o camarada mandou botar veneno no café do meu pai e a velha o matou. Depois pegou a chorar, matei, prometeu vinte cruzeiros, vinte mil réis a velha. É porque ele é cabeçudo, ele tá com uma doença crônica que não vai ter cura e se tomar esse remédio ele fica bom, a gente dar vinte mirréis a senhora. A velha pensou no dinheiro, resultado, meu pai faleceu e ela não recebeu o dinheiro, os vinte mirréis. Castigo dela. E então eu tinha oito anos fui limpar cana, com oito ano de idade, meu trabalho, para ganhar mixaria, o que ganhava não dava nem pra comer. Depois meu irmão era muito, era... parece que nasceu com o espírito de cigano, meu irmão parece que tem espírito de cigano, não deixava a gente criar lodo que nem a pedra que se muda, num cria lodo. Fica rolando demais. Era o caso dele. Ficou como chefe da família eu sendo mais jovem do que ele e não podia fazer nada pelas minhas irmãs, porque tinha Zefinha, Maria, Toinha e Severina e minha mãe. Era muita gente pra uma criança de oito anos tomá conta. E então meu irmão ficou como tutor da gente todo, mas não gostava da vida que levava que o negócio dele era viajar de mundo afora até arrumar uma mulher para se casar. Então prejudicou muito a família, fez doze mudanças em dez anos. Eu plantava a rocinha, quando a rocinha estava desse tamanho e já botando macaxeira, ele arrumava outro canto melhor, outro canto melhor, outro canto melhor, nunca arrumou um sítio que tivesse um pé de jaca, um pé de laranja, nunca arrumou e a casa não prestava era uma casa de palha, às vezes, na maioria das vezes, coberta de palha e tapada de palha, e a porta de palha. Só arrumava desse jeito. Até que minha mãe faleceu e cada qual tomou seu destino<sup>4</sup>.

---

4 Para o uso da metodologia da história oral há uma bibliografia rica e renovada no Brasil, destacamos os trabalhos de MONTENEGRO, 2007; 2010; 2012, GUIMARÃES NETO, 2006; 2008; 2012, GOMES, 2008, MONTYSUMA, 2012, SCHMIDT, 2012.

De fato, após o falecimento de sua mãe, radicou-se em uma microrregião da Mata Setentrional ou Mata Norte, mais precisamente na localidade de Condado (Mapa 04), um distrito criado com a denominação de Goianinha pela lei municipal de nº 28, de 07 de julho de 1896, ficando subordinado ao município de Goiana até por volta de 1960. Neste transcurso, em 1943, por sugestão do historiador e geógrafo Mário Melo, alterado pelo decreto municipal nº 952 de 31 de dezembro, Goianinha passou a ser denominada de Condado em homenagem ao Engenho Condado e a um riacho que corta a localidade. De acordo com dados do IBGE, em 1958, é elevada à categoria de município, lei estadual nº 3340 de 31 de dezembro (FONSECA, 2008:112).



Mapa 04- Localização do município de Condado-PE, imagem disponível no Atlas Pernambucano Escolar, p.17.

Reside até o presente momento, com seu atelier, versificando e contando histórias, quebrando barreiras do tempo e da memória. Mesmo diante dos avanços tecnológicos, Costa Leite acredita na força do cordel, na sua capacidade de informar, contar e distrair. Ele acredita, ainda, que a pessoa nasce poeta, que o ato de escrever e poetizar não se aprende na escola, vem desde o nascimento. Assim versifica o poeta (LEITE, 2012:140):

## O cordel já vem do sangue

Tinha recebido a seta  
Da deusa da poesia  
Numa paisagem direta  
Olhando um dicionário  
Pois não há Educandário  
Que ensine a ser poeta

Pois a pessoa já nasce  
Trazendo a poesia  
No dia que ele morrer  
Ela vai em companhia  
Pois a poesia é bela  
O vivente nasce com ela  
E no juízo ela se cria.

Em um de seus folhetos intitulado “Quem gostar de Terra boa só quer morar em Condado” (LEITE, s/d) o poeta expõe o porquê de morar tantos anos na referida cidade de Condado, destacando suas especificidades e seus encantos, como podemos ler nas estrofes abaixo:

A antiga Goianinha  
Que é Condado hoje em dia  
É a terra da magia  
Que o povo sempre acarinha  
Tem a cidade vizinha  
Goiana no mesmo estado  
Condado  
É um lugar amado  
A notícia sempre voa  
Só quer morar em Condado.

É estrela da zona da Mata Norte  
Da zona pernambucana  
É a cidade da cana  
Seu terreno é muito forte  
Bom pra se pegar transporte  
Tem carro pra todo lado  
É o lugar apropriado  
Onde não tem gente a-toa  
Quem gosta de terra boa  
Só quer morar em Condado.

Neste mesmo folheto, Costa Leite destaca a riqueza das terras de Condado, suas lembranças de um tempo rico e fecundo para agricultura, com seus roçados e fruteiras, típicos da geografia da região norte do Estado de Pernambuco. Observem:

Condado é terra da jaca  
Manga, mamão, macaxeira  
Pra população inteira  
Até mesmo em Jararaca  
A produção não é fraca  
Dar cada inhame aloprado  
Só vive contando loa  
Quem gostar de terra boa  
Só quer morar em Condado.

[...]

O Condado é bom demais  
Pra quem planta agricultura  
Pois é terra da fartura  
E muita gente, aliás  
Na lavoura vive em paz  
Planta muito e tem lucrado

Lavoura no seu roçado  
E canta dizendo loa  
Quem gostar de terra boa  
Só quer morar em Condado.

### **3. Produção de José Costa Leite entre folhetos, xilogravuras e almanques**

José Costa Leite começou vendendo folhetos de José Martins de Ataíde e João José, mas foi no ano de 1947 que escreveu seus primeiros cordéis, intitulados “Eduardo e Alzira – uma história de amor” e “Discussão de José Costa Leite com Manuel Vicente” (AMORIM, 2010:73). Desse momento em diante, desponta um cordelista que nunca frequentou uma escola, aprendeu a ler com seu pai, ouvindo histórias de folhetos e poetas que recitavam versos nas feiras livres, nas andanças pelo Nordeste. Essa prática de letramento foi utilizada também por outros poetas, que, diante dos versos rimados e decorados, aprendiam a ler. Assim versifica Costa Leite (2012:138):

A vida de Costa Leite  
É escrever poesia  
Em livros ou cordel  
Com rima doce e sadia  
Com enredo e oração  
E boa metrificação  
Que todo mundo aprecia.

A poesia é um dom  
Que todo mundo não tem  
Com as minhas poesias  
Graças a Deus vivo bem

Vivendo no que é meu  
E o dom que Deus me deu  
Sem dever nada a ninguém

Minha vida no cordel  
Dar um romance traçado  
Faço um cordel todo dia  
Já estou acostumado  
Pois na minha poesia  
Já não me lembro a quantia  
Dos que tenho publicado.

Segundo Ana Maria Galvão (2001:109), essa relação entre leitor e ouvinte desempenhava um papel importante no processo de aprendizagem e suas práticas culturais. Para a autora “a leitura e a audição de folhetos também cumpria, assim, um papel educativo em relação a uma sociedade caracterizada pelas altas taxas de analfabetismo”, levando muitos a aprender e a desenvolver suas habilidades de leituras por meio destes folhetos.

Mas sua arte não cessou na versificação de folhetos e representações de histórias nordestinas, aprendeu também vendo e experimentando a arte da xilogravura, passando a produzir e a desenhar suas próprias talhas na madeira da imburana, ilustrando seus próprios folhetos e imprimindo o selo “a voz da poesia nordestina”. Em todo folheto de sua autoria, vem sempre registrada essa marca que o identifica enquanto autor e proprietário dos direitos autorais. É importante ressaltar que outros poetas, nesse mesmo espaço de tempo, também se destacaram na produção da arte xilográfica, entre eles, Francisco Borges, Minelvino Francisco, Franklin Maxado, Jerônimo Soares, João Antônio de Barros, Dila, Abraão Batista e Eneias Tavares dos Santos (HAURÉLIO, 2010:100).

Cabe mencionar que Costa Leite também escreveu, em 1950, um Almanaque denominado de Calendário Brasileiro, com previsões para o ano de 1960, e desta data em diante não cessou de fazer suas adivinhações,

orientações e dar conselhos, somando a isso sua vasta experiência com a cultura e a vida. Este Almanaque era intitulado anteriormente de Calendário Brasileiro e Almanaque do Padre Cícero. Mas a partir de 1999, Seu Costa Leite reconheceu que seus prognósticos eram especificamente do Nordeste, passando a nomeá-lo de Calendário Nordestino (NOGUEIRA, 2012:15).

Tendo as feiras livres como palco para divulgação de seus folhetos e seus almanaques, seu Costa - assim como é conhecido na cidade onde reside - circulou por todo o Nordeste brasileiro, soltando a sua voz, cantando e encantando. Percorreu o interior do Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia e cercanias limítrofes entre a Paraíba e Pernambuco. Hoje, por conta da idade e das dificuldades de vendagem, ele vai apenas na segunda-feira para a feira de Itambé ou Itabaiana. Contando com um público consumidor desses folhetos, o cordel informava, ensinava e divertia o público como elemento de entretenimento (CURRAN, 2001:19). Cabe destacar que o folheto, apesar de ter importância nas cidades, em relação à sua vendagem e leitura ocorreram com maior propagação e expressividade no interior das capitais (SLATER, 1984:22).

José Costa Leite, com sua poética encantadora, seduz pela forma como transita entre a poesia e a história, fabulando em versos que representam e imprimem por meio da palavra sua cosmovisão de mundo. Deixa fluir uma sensibilidade que o faz caminhar por entre mundos reais e fantásticos. Seu olhar poético o faz se apropriar das coisas que estão à sua volta, retratando o Brasil e seu povo. Toda criação poética, afirma Antonio Celso Ferreira (2011: 67), “está sempre enraizada na sociedade, pois é em determinadas condições de espaço, tempo, cultura e relações sociais que o escritor cria seus sonhos, utopias ou desejos, explorando ou inventando formas de linguagem”.

Hoje, o poeta edita suas histórias na Editora Coqueiro, à qual vem toda semana, religiosamente, trazendo seus versos e xilogravuras em papel pautado para a impressão. Por sua vez, a Editora edita seus folhetos e tem um compromisso de levá-los a feiras e congressos espalhados pelo Brasil,

divulgando assim seu trabalho, dando materialidade às suas histórias. Sobre isso, menciona o poeta Costa Leite (2012:135):

Tenho diversos cordéis  
Inéditos a publicar  
E faço um todo dia  
Se no assunto me ocupar  
A poesia é uma arte  
Que se vende em toda parte  
E eu gosto de divulgar.

O interessante é que Costa Leite se faz compreender pela forma como constrói seus versos. Imprime sua memória, tece palavras que vão se agrupando, ressignificando, assumindo um destaque literário próprio e apropriando-se, a cada produção, de um campo fecundo que o faz transitar por caminhos diversos que só a literatura é capaz de lhe fornecer. É esse deslocamento entre o real e a fantasia que torna os folhetos de cordéis uma fonte literária que, segundo Roger Chartier (2002:17), insere-se nas práticas e representações culturais do mundo que o cerca, pois identifica como em diversos lugares uma realidade social é construída, pensada, dada a ler.

Vale salientar que essa produção cordeliana de José Costa Leite e suas representações não são algo neutro, porque nelas estão impressos valores, intenções, estratégias de interesses e relações de poder. As práticas culturais e as apropriações estão em um campo de possibilidades de escolhas e desejos. Acerca dessas relações e percepções, Chartier assim destaca:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezadas, a legitimar um projecto reformador ou a justificar para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações su-

põe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância com as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (CHARTIER,2002:17).

Os folhetos de José Costa Leite tecem uma narrativa poética a partir de experiências individuais e coletivas, entrelaçam formas de leituras, de práticas sociais, memórias de um tempo passado, mas que se faz presente em seus versos. O texto poético é produtor de sensibilidades, de normas, de discursos, de imaginação, as palavras se agrupam em rimas, produzindo sentidos, apresentando, explicando, exemplificando, sintonizando o leitor em um tempo e espaço. As palavras recitadas bordam histórias, entrelaçam memórias, percorrem labirintos e significados.

As histórias e versos de José Cota Leite brotam como flores do campo, rompem fronteiras e territórios, surgem de experiências que foram somadas durante sua trajetória de vida, andanças e passagens. Podemos dizer que este poeta é um andarilho do tempo, das tradições, da voz e da poesia, que faz do verso sua morada e do folheto sua inspiração. Sua memória é como um palácio real, que guarda tesouros expressos em palavras, versos e imagens.

Portanto, é nesse jogo de palavras, versos e estrofes que este poeta produziu e produz inúmeras histórias, na iminência de manter vivo um *corpus* documental, uma fonte literária que circula pelo Brasil e pelo mundo entre feiras, museus e exposições. É dessa forma que sua arte se faz presente entre nós, e seus folhetos devem ser lidos, comentados e sociabilizados, atestando sua importância enquanto registro da memória e da vida.

## FONTES E REFERÊNCIAS

### FOLHETO DE CORDEL

LEITE, José Costa. **Quem gostar de terra boa só quer morar em Condat**. Recife, Ed. Coqueiro, s/d.

### FONTES ELETRÔNICAS

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

[www.casaruibarbosa.gov.br](http://www.casaruibarbosa.gov.br)

## BIBLIOGRAFIA

AMORIM, Maria Alice. **Patrimônios, vivos de Pernambuco**. (Org). Maria Acselrad. Recife, FUNДАРPE, 2010.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Atlas Escolar de Pernambuco**. João Pessoa, GRAFSET, 2003.

BACCARO, Giuseppe. In: LEITE, José Costa. **Sertão nu e cru**. Prefaciado por Giuseppe Baccaro. Recife, Ed. Coqueiro, 2003.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução Sergio Paulo Rouanet. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORGES, Vavy Pacheco. Desafios da Memória e da Biografia: Gabrielle Brune-Sieller, uma vida (1874-1940). In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia.( Org.) **Memória e ( Res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. 2.ed. Campinas, SP, Ed. da Unicamp, 2004.

BRUCK, Mozahir Salomão. **Biografias e Literatura: entre a ilusão biográfica e a crença na repositão do real**. 1.ed. Belo Horizonte: Veredas e Cenários, 2009.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e Marieta de Mora-

es Ferreira. (Org.) **Usos e abusos de História Oral**. 8.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural – Entre práticas e Representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2.ed, DIFEL, 2002.

\_\_\_\_\_. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.8, n.16, 1995, p.184

CURRAN, Mark J.. **História do Brasil em Cordel**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral – memória, tempo e identidade**. 2.ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2010.

DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo, Edusp, 2009.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Cordel: leitores e ouvintes**. Belo Horizonte, Autêntica, 2001.

GUIMARRÃES NETO, Regina B. Espaços e tempos entrecruzados na história: práticas de pesquisa e escrita. In: MONTENEGRO, Antonio Torres et. al. **Cultura e sentimento: outras histórias do Brasil**. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Cuiabá; ED. da UFMT, 2008.

\_\_\_\_\_. **Cidades da mineração: memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX**. Cuiabá, MT: Carlini e Caniato; EdUFMT, 2006.

\_\_\_\_\_. Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas. In: LAVERDI, Robson et al. **História Oral, desigualdades e diferenças**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

GOMES, Ângela de Castro. Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema. **História Oral**: revista da Associação Brasileira de História Oral, Rio de Janeiro, v.11, n.1-2, jan/dez, 2008.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

FERREIRA, Antonio Celso. Literatura. In: **O historiador e sua fontes**. (Org.) PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de. 1.ed, São Paulo: Contexto, 2011.

FILHO, Gabriel Bechara. **Arte e Sociedade na Parahyba ( 1915-1930)**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. João Pessoa, 2001.

FONSECA, Homero. **Pernambucânia: o que há nos nomes das nossas cidades**. 2.ed. Recife: CEPE: FUNDARPE, 2008.

HAURÉLIO, Marco. **Breve História da Literatura de Cordel**. São Paulo: Claridade, 2010.

LEITE, José Costa. **Sertão Nu e Cru**. Ed. Coqueiro. Recife, 2003.

\_\_\_\_\_. **A vida da minha vida: uma autobiografia de José Costa Leite**. Ed. Coqueiro, 2012.

LE GOFF, Jacques. **São Francisco de Assis**. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MARYALINE, Déserbais. **Tristão e Iseut ou O amor na literatura de cordel**. Tese de Licenciatura apresentada na Université de Poitiers. Paris, 2002.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Travessias e desafios. In: LAVERDI, Robson et al. **História Oral, desigualdades e diferenças**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

\_\_\_\_\_. **História, Metodologia, Memória.** São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. **História Oral e Memória: a cultura popular revisitada.** 6. Ed. São Paulo: Contexto, 2007.

MONTYSUMA, Marcos. Subjetividade e história oral: possíveis interações na autorização da cessão de uso de relatos. In: LAVERDI, Robson et al. **História Oral, desigualdades e diferenças.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

NOGUEIRA, Maria Aparecida Lopes. O almanaqueiro Costa Leite. In: **A vida da minha vida: uma autobiografia de José Costa Leite.** Ed. Coqueiro, 2012, p.13-31.

SILVA, Severino Vicente da. **Pretinha do Congo de Goiana: uma nação africana na Jurema da mata norte.** Olinda, Ed. Associação Reviva, 2011.

SLATER, Candace. **A vida no barbante: a literatura de cordel no Brasil.** Trad. Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da história.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

\_\_\_\_\_. Do que falamos quando empregamos o termo “subjetividade” na prática da história oral? In: LAVERDI, Robson et al. **História Oral, desigualdades e diferenças.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

# Conflitos e Mediação: a atuação da Igreja Católica, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do Estado na questão agrária, no sul do Pará<sup>1</sup>

Airton dos Reis Pereira<sup>2</sup>

## Introdução

A emergência da questão agrária na pastoral da Igreja Católica está relacionada diretamente com as transformações sociais e políticas que a envolveram. Foi no período em que a Igreja estava vivendo a “efervescência” dos “novos tempos”, inaugurados pelas resoluções do Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965, e das Conferências do Episcopado Latino-Americano, realizadas em Medellín (Colômbia) e em Puebla (México), em 1968 e 1979, respectivamente (HOTHMAN, 1993). A Igreja vivia em tempos de uma “pastoral pós-conciliar”. Época em que houve maior aproximação dos clérigos com às situações locais, sobretudo, na Amazônia, onde uma avalanche de empresários invadia as terras de posseiros e de povos indígenas, expulsando, prendendo, surrando, assassinando e escravizando trabalhadores (MARTINS, 1989). Na área urbana, o clima era também de medo e de tensão, devido à repressão política e policial do regime civil-militar em caça aos “comunistas” e à violação aos direitos humanos. Diversas organizações nacionais e internacionais religiosas e de direitos humanos, como a

---

1 Este texto faz parte dos estudos que venho desenvolvendo no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), para a elaboração da tese de doutorado.

2 Professor da Universidade do Estado do Pará (UEPA) e doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Linha de Pesquisa: Cultura e Memória.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Anistia Internacional, obtiveram provas de prisões, de torturas e de desaparecimento de presos políticos em quase todo o País nesse período. Segundo Maria Helena Moreira Alves (2005), a Anistia Internacional havia constatado que, em 1976, 2 mil pessoas tinham sido presas em todo o Brasil pelas forças repressivas do regime civil-militar. Essa situação geral atingiu também a Igreja. Diversos padres, bispos, seminaristas, freiras e cristãos engajados em trabalhos pastorais foram presos, sequestrados, intimidados, ameaçados de morte e assassinados.<sup>3</sup>

A respeito dessa conjuntura em que a Igreja passou a desenvolver um trabalho mais sistemático no campo, Dom Tomás Balduino, bispo emérito da Diocese de Goiás e ex-presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), assim declarou:

Havia uma situação de sufoco geral. A repressão que já vinha pegando lavradores começou a atingir os próprios agentes de pastoral, inclusive bispos, como Dom Pedro Casaldáliga. A ditadura tinha uma política equivocada da terra, de favorecimento do grande capital na Amazônia, que foi comprando pelo mapa enormes extensões de terras na mão dos governadores. Em seguida, eram os conflitos com as populações indígenas e camponesas e a devastação da floresta para a criação de gado (POLLETO e CANUTO, 2002: 30).

---

3 Segundo José de Souza Martins, entre 1968 e 1978, 122 religiosos, padres, seminaristas e bispos foram detidos ou presos; e 273 cristãos engajados no trabalho pastoral foram presos, a maioria deles lavradores. Durante esse período, também 34 padres, religiosos e seminaristas foram torturados, afora os sequestros, ameaças de morte e atos de intimidação. Seis padres e um seminarista foram assassinados; 21 processos e inquéritos militares contra religiosos, inclusive contra bispos, foram abertos e 30 bispos (incluindo arcebispos e cardeais) sofreram algum tipo de repressão. Cf. MARTINS, José de Souza. Op. Cit., 1989; MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso*. Ensaios de sociologia da história lenta. 2ª edição, São Paulo: Hucitec, 1999.

Em todo o Brasil, o processo era de concentração da terra. Entre 1970 e 1980, 94% das terras estavam ocupadas por grandes estabelecimentos agrícolas e apenas 6% por pequenos. Na Amazônia, esse processo se reproduziu de maneira mais ampla e mais agravante, onde efetivamente aconteceram os mais intensos e violentos conflitos por terras (MARTINS, 1989).

O propósito deste trabalho é analisar o envolvimento e a atuação da Igreja Católica, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia e de alguns aparelhos de Estado, como o Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT), o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Polícia Militar, nos conflitos de terra ocorridos no sul do Pará,<sup>4</sup> parte oriental da Amazônia brasileira, onde atuei, durante dez anos, como agente de pastoral, da Diocese de Conceição do Araguaia e da CPT. Ali, durante esse tempo, pude acompanhar diversas situações conflituosas envolvendo trabalhadores rurais, fazendeiros, policiais e membros da Igreja Católica e do GETAT/INCRA e recolhi informações procurando entender as sinuosidades da luta pela terra nessa parte do território amazônico, fazendo algumas anotações e, sobretudo, ouvindo atentamente as narrativas desses atores. Para construção deste texto, além das fontes bibliográficas, foram fundamentais as informações propiciadas por diversos documentos como cartas e bilhetes de trabalhadores rurais, ofícios, panfletos, abaixo-assinados, cartas pastorais, relatórios e memorandos da CPT, do INCRA e de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs). Foram indispensáveis ainda os relatos orais de posseiros, membros de partidos políticos, religiosos, advogados e de representantes de STRs, da CPT e do INCRA.

---

4 A área geográfica onde foi desenvolvida esta pesquisa compreende 11 municípios (Conceição do Araguaia, Floresta do Araguaia, Redenção, Pau D'Arco, Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Xinguara, Rio Maria, Sapucaia, São Geraldo do Araguaia e Piçarra), do lado esquerdo do rio Araguaia, no sul do Pará, compreendendo 52.569,07 km<sup>2</sup> e com uma população de 266.098 habitantes (IBGE, 2000). Estrema-se ao leste com o estado do Tocantins e ao sul com o estado do Mato Grosso. Até meados dos anos 80, essa área pertencia unicamente aos municípios de Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia os quais coincidiam com os limites atuais da Diocese de Conceição do Araguaia.

Esta documentação oral apresentou-se imprescindível. Ela não só revelou posicionamentos políticos ou pontos de vistas dos sujeitos envolvidos na temática estudada, como possibilitou colocar em relevo as práticas dos grupos sociais, com suas táticas e estratégias individuais e coletivas que dificilmente seriam encontrados nos documentos de outra natureza (ALBERTI, 2005; GUIMARÃES NETO, 2000; MONTENEGRO, 2007). Como escreveu Mercedes Vilanova: “uma história para ser bem feita, para a qual, necessariamente, devem-se utilizar fontes orais, além de números, imagens, textos e sons. Se não for assim, corremos o risco de escrever histórias incompletas que silenciem aspectos essenciais de nosso viver” (1998: 04). Assim como os documentos escritos, os relatos orais não foram tomados como comprovação do real, mas como “índice, sinal ou outras vezes signo daquilo que se nomeia real, realidade” (MONTENEGRO, 2011: 231). Eles não são espelhos do passado, portadores de significados evidentes que se encontram impressos e expressos no acontecido, mas narrativas que se encontram inseridas na rede das relações sociais e são, antes de tudo, articuladores de discursos que devem ser lidos “(...) como um texto onde se inscrevem desejos, reproduzem-se modelos, apreendem-se fugas” (GUIMARÃES NETO, 2006: 47). Esses relatos em diálogo com essas outras fontes possibilitaram perceber aspectos e detalhes até então não registrados e analisados a respeito da luta pela terra e atuação dos mediadores e dos aparelhos de Estado nessa luta, no sul do Pará. O enfoque será dado ao período que vai da segunda metade da década de 70 até o final dos anos 80 do século XX, quando ocorreu o processo de ocupações de imóveis titulados, sobretudo da grande empresa privada, por posseiros expulsos de suas terras e por trabalhadores rurais migrantes do Nordeste, do Centro-Oeste e do Sudeste do País.

Para melhor compreender o envolvimento do STR de Conceição do Araguaia, da Igreja Católica e dos aparelhos de Estado nos conflitos de terra, foram essenciais as análises que a antropóloga Regina Reys Novaes (1997) e a socióloga Leonilde Servólo Medeiros (1998) têm feito sobre a atuação de diversas instituições de mediação no meio rural. Segundo Regina Novaes, os mediadores se propõem a ser ponte, fazer meio de campo,

“mediar”, traduzir e/ou introduzir falas, linguagens, comportamentos, conhecimentos, podendo existir tanto para o bem quanto para o mal, isto é, tanto para a reprodução quanto para o questionamento da dominação. A mediação pode ser exercida por atores e entidades diversas como Organizações Não-Governamentais (ONGs), igrejas e órgãos do Estado (os mediadores “externos”) e por representantes e dirigentes de sindicatos, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) (os mediadores de “dentro”). A estes são conferidos representação e poder.

Neste trabalho, reservamos a designação “mediadores” para a Igreja Católica,<sup>5</sup> sobretudo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Conceição do Araguaia. As mediações dessas instituições, segundo Leonilde Servólo Medeiros e Neide Esterci, “podem ser pensadas como ações que tiram movimentos e grupos de sua dimensão local e particular e os relacionam a outras instâncias e grupos” (1994: 19). São ações que potencializam as possibilidades de atuação política dos trabalhadores rurais. Elas estão presentes na constituição de novas identidades desses trabalhadores, na visibilidade de seus movimentos e na estruturação de suas demandas. Os desdobramentos das ações dessas instituições não se esgotam no âmbito das relações locais, mas se potencializam numa rede regional, estadual e nacional, permitindo que questões locais possam ser tratadas em espaços que envolvem interesses mais globais (MEDEIROS, 1998).

Assim é possível entender as mediações no espaço agrário brasileiro, sobretudo no sul do Pará, como as ações das entidades de apoio e de representação, que fazem e refazem no próprio acontecer dos movimentos. Elas estão presentes em alguns momentos e não em outros. A compreensão

---

5 Estou referindo-me a um setor da Igreja Católica adepto da teologia da libertação formado por agentes de pastoral, padres, freiras e bispos portadores de uma concepção sobre a relação fé e vida que não é, necessariamente, compartilhada pelo conjunto da Igreja. Cf. MEDEIROS, Leonilde Servólo de. *História dos Movimentos Sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989, p. 112; BOFF, Leonardo & BOFF, Clodovis. *Como fazer Teologia da Libertação*. 8ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001.

de seu perfil ocorre no aspecto das relações em que surgem e atuam e não em outro (MEDEIROS, 1994). Elas influenciam nas organizações dos grupos, conformando a maneira como esses grupos se expressam e passam a ser reconhecidos, pois estão presentes na constituição de suas identidades e de suas linguagens, mas, ao “fazer movimentos”, os fazem impulsionadas por fatores econômicos e forças políticas e também pelas disputas com outros mediadores.

### **A questão da terra na pastoral da Igreja Católica. O lugar da mediação**

A situação em que passavam os posseiros – perseguidos, explorados, expropriados, expulsos, surrados – fez com que a Igreja Católica, que, desde o início da década de 1970, vinha se constituindo como mediadora nos conflitos de terra na Amazônia, criasse, em 1975, a CPT,<sup>6</sup> vinculada à CNBB, com o propósito de interligar, assessorar e dinamizar as atividades de apoio aos trabalhadores rurais (POLLETO, 1997). O trabalho realizado diretamente nas comunidades de posseiros e as constantes denúncias dos conflitos e da violência no campo que essa nova instituição da Igreja Católica passou a realizar, fortaleceram a resistência desses trabalhadores em suas posses e estimularam outros, sobretudo migrantes do Nordeste e do Centro-Sul do País, a ocuparem diversos imóveis improdutivos com títulos definitivos ou de aforamentos,<sup>7</sup> fatos que geraram violentos e prolongados confrontos. Até julho de 1981, por exemplo, a CPT havia registrado 916

---

6 Atualmente, a CPT é composta por padres, bispos, pastores, freiras, leigos e trabalhadores rurais. Cada equipe de CPT ultrapassa os marcos divisórios dos municípios, das paróquias e, às vezes, de dioceses, conformando, no caso da Amazônia, muito mais com as zonas críticas de conflitos agrários, pois estes não se restringem a um município, a uma mesorregião ou mesmo a um Estado da federação. Isso possibilita maior mobilidade da estrutura operacional das entidades religiosas e acompanhamento, mais de perto, das tensões sociais e dos conflitos pela posse da terra.

7 Título de aforamento é uma modalidade jurídica que o estado do Pará adotou para conceder, perpetuamente, a outrem (foreiro) o direito de uso sobre grandes extensões de terras. Em troca recebia um pagamento fixo e anual. Cf. Lei Estadual nº 913, de 04/12/1954; EMMI, Marília. *A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém: CFCH/NAEA/UFPA, 1987.

conflitos fundiários em todas as regiões do País, envolvendo nada mais, nada menos que 261.791 famílias, um total de quase 2 milhões de pessoas. Somente no Pará ,ocorreram 151 conflitos envolvendo 208.272 pessoas, numa área com mais de 13 milhões de hectares de terra (CPT, 1983).

Para José de Souza Martins, (MARTINS, 1989) a posição da Igreja Católica quanto à questão fundiária não partiu do problema da propriedade, mas de questões éticas, sociais, políticas e pastorais, passando pelo problema da propriedade para terminar na dimensão do ético, do social, do político e da pastoral, ou seja, no problema da humanidade do homem. É na questão da compreensão do humano, da pessoa, que, segundo Martins, se pode decifrar a concepção da propriedade que orienta a pastoral da Igreja. Na visão da Igreja, segundo esse autor, a propriedade privada impede o desenvolvimento do homem. Ela brutaliza, marginaliza e empobrece o ser humano, desumaniza a pessoa, e é justamente nessa questão que transparece a negação da sua humanidade. Nesse sentido, para a Igreja, a questão agrária não é apenas uma questão econômica, mas também moral. E é justamente por ser uma questão moral que vai transformar-se numa questão política, levando o confronto da Igreja com o Estado a partir do início da década de 1970. Enquanto ela se aproxima do trabalhador rural, condição direta de sua sobrevivência, entra em conflito com o Estado e o capital.

Ainda segundo José de Souza Martins, expulsar o trabalhador rural de sua terra, que quase sempre foi de maneira violenta, compromete a sua sobrevivência, porque o priva não só de seu trabalho, mas de seu meio e instrumento de sua dignidade e de sua condição como pessoa. É nesse plano que se dá o encontro moral e, muitas vezes, religioso entre o trabalhador rural e a Igreja. A concepção de pessoa está na doutrina social da Igreja (MARTINS, 1980) e na “ideologia camponesa”.

Para Alfredo Wagner Berno de Almeida (1993), na Amazônia brasileira, com o golpe civil-militar de 1964, as organizações políticas e sindicais foram reprimidas e desorganizadas. Ao contrário, a Igreja Católica, não obstante algumas perdas, manteve quase que intocada a sua estrutura de atuação no campo. Assim, a mediação externa, que contribuía para quebrar

a dominação local e auxiliava os movimentos camponeses a se contrapor aos atos coercitivos dos aparelhos do Estado e dos proprietários de terra ora exercida por essas organizações, passou a ser efetivada pela Igreja. Segundo esse autor, os conflitos agrários “impuseram a necessidade de intermediações” e a Igreja Católica, que vinha desenvolvendo a sua pastoral nas comunidades de posseiros, acabou suprimindo a lacuna deixada pela não-atuação e até não-existência dessas organizações no campo.

A atuação das instituições religiosas desenvolveu-se a partir do que estava à margem da cena política e sem possibilidades imediatas de representação. É por esta brecha que se insinua a ação mediadora, quando as reivindicações dos trabalhadores, quaisquer que fossem, não eram facilmente assimiladas por aparelhos de poder que se impuseram tão só pela repressão e que tinham sua legitimidade contestada (IDEM, IBIDEM).

O acirramento da violência e a multiplicação dos antagonismos entre trabalhadores e proprietários rurais, segundo Alfredo Wagner de Almeida, impuseram a necessidade de intermediações. Aqui também a Igreja acaba suprimindo a lacuna, significando, de certa forma, a institucionalização dos conflitos agrários que não eram, até então, reconhecidos como tais pelos aparelhos de poder. Mas, no sul do Pará, a Igreja passou a ser vista muito mais como um problema para o Estado e não como um interlocutor entre este e os posseiros. O seu credenciamento nas comunidades de posseiros desencadeou, durante as décadas de 1970 e 1980, um acirrado confronto com o Estado em torno da problemática da posse da terra. O Estado não aceitava o trabalho político da Igreja no campo. Ele a considerava subversiva e incitadora da luta de classe. Segundo José de Souza Martins (1996), para o Estado, o problema não estaria na existência dos conflitos de terra na Amazônia, mas na sua manipulação por “subversivos”, pessoas “estranhas” à realidade do campo. Assim, é possível entender por que o governo fechou a rádio da Diocese de Conceição do Araguaia (Rádio Educadora do

Araguaia), prendeu e torturou padres e freiras e, por várias vezes, implementou, nessa parte do território amazônico operações cívico-assistenciais, denominadas ACISO (Ação Cívico-Social), com comboios de carros, máquinas e helicópteros, fazendo estradas, consultas médicas e distribuindo remédios.

A mediação da Igreja Católica se “insinuaria em circunstâncias históricas que, objetivamente, a favoreceu, seja do prisma dos aparelhos de poder ou dos camponeses, seja mesmo em razão das necessidades intrínsecas à própria ação religiosa”(1993: 46). A prática política da Igreja deu-se em virtude de fatores de ordem social, política e interna à própria Igreja. Ela não é uma ilha. O seu corporativismo foi-se mantendo, modificando-se ou redefinindo-se pela mediação de processos da sociedade da qual ela faz parte.

O trabalho pastoral da Igreja foi, dessa forma, impondo-se com os trabalhadores rurais de regiões de tensão social da Amazônia, na medida em que se confrontava com os aparelhos de poder e com os detentores do capital. Essa era a condição necessária para se manter como “confiável” aos olhos dos trabalhadores rurais. O documento *O Problema dos Posseiros nos Municípios de Conceição do Araguaia e Sant’Ana do Araguaia*, de 20.11.1970, da Diocese de Conceição do Araguaia, a Carta Pastoral de Dom Pedro Casaldáliga, *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*, de 10.10.1971 e os documentos de 1973 – *Ouvi os Clamores do Meu Povo*, do Nordeste; *Marginalização de um Povo, o Grito das Igrejas*, do Centro-Oeste e depois para a área indígena *Y-Juca-Pirama – O Índio, aquele que Deve Morrer* – reconhecem, explicitamente, a condição de confronto da Igreja com relação aos proprietários rurais e ao Estado, a respeito da situação dos trabalhadores rurais, ao mesmo tempo em que politiza os conflitos agrários. Além do mais, agentes de pastorais, padres, freiras e bispos estavam desenvolvendo os chamados “trabalhos de base” junto às famílias de trabalhadores rurais, como educação sindical, saúde popular, legislação, reuniões, cursos, assembleias, missas, celebrações e outros serviços político-pedagógicos: como melhor se organizarem em suas comunidades e exigir os seus direitos, partindo sempre da visão de que era

possível que esses trabalhadores rurais se organizassem e, a partir de seus próprios problemas e dificuldades, buscassem alternativas para superar a situação de opressão e exclusão em que estavam vivendo (BOFF, 2001).

Nesse ínterim, os membros da Igreja Católica passaram a incorporar objetos e modos da “cultura camponesa”, que simbolizavam a “íntima ligação” com os camponeses, como, por exemplo, sandálias, bebidas, comidas, bancos e mesas toscas, pilão de socar arroz, tronco e casca de madeira, tipiti,<sup>8</sup> painço,<sup>9</sup> chapéus de palha, mesmo que fossem para enfeites de suas casas e capelas, e certas palavras e expressões e outros, alçados à condição de vestes litúrgicas etc.; além de ocorrer a politização dos rituais como “missa da terra”, “romaria da terra”, as “caminhadas” e as “santas missões populares”, em que as leituras bíblicas, os cânticos, o Credo, o Glória, o Ofertório, a Ladainha e outros momentos nas liturgias faziam referência à cultura e à luta dos trabalhadores rurais. Canções e poesias destes passaram também a ser incorporadas às celebrações, missas, reuniões e assembleias da Igreja, sobretudo nas comunidades de camponeses. Os ritos integravam o religioso e o político, momentos em que invocavam a proteção de Deus para participar da luta. Se sacralizava a luta e se materializava o sagrado. Em algumas regiões na Amazônia, nesse período, nas ordenações sacerdotais, recitava-se a chamada Ladainha dos mártires da terra. Os instrumentos de trabalho dos trabalhadores rurais como foice, machado, enxada e os frutos da terra (colheitas dos camponeses) faziam parte do ritual litúrgico. Ricardo Rezende Figueira, sobre a sua ordenação sacerdotal, em 1980, em Conceição do Araguaia assim escreveu:

Deito-me de bruços no piso frio da igreja, enquanto se reza a ladainha preparada por Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Felix do Araguaia: “Índios, peões, vaqueiros e garimpeiros, pais

---

8 Utensílio no formato de cesto cilíndrico extensível, de palha, com uma abertura na parte superior e duas alças, muito usado entre os povos indígenas e trabalhadores rurais da Amazônia para extrair, por pressão, o ácido hidrocianico da mandioca brava na fabricação da farinha.

9 Cesto de tala de palmeira com trançado largo, geralmente forrado de folhas.

e mães de família, jovens e crianças que morrestes na paz do Senhor por estes sertões e matas; João Bosco, Rodolfo, Simão Borro, Raimundo, o Gringo, Dom Romero, Santo Dias, e todos os mártires da causa do Povo, que soubestes enfrentar a injustiça e amar os irmãos até a morte”. (...) A procissão do ofertório começa com os representantes das comunidades que vivem um compromisso religioso e social. João Canuto traz um mamão, Manuel Gago, de São Geraldo, a enxada, Belchior, o machado, Sinhozinho, uma chave de fenda. Instrumentos de trabalho e frutos da terra. Outros trazem a Bíblia, telha, esquadro, remo de pescador, livro, giz, candeia, pão e vinho. O índio Cantídio, tapirapé, que veio em nome da Prelazia de São Felix do Araguaia, carregava uma maracá e um pequeno banco de madeira, com valor ritual. Enquanto isso, Expedito, poeta mineiro, negro, magro, declama um longo poema feito para a ocasião.<sup>10</sup>

Nesse período, também os espaços da Igreja (capelas, salões, barracões, casas paroquiais e a casa episcopal) foram utilizados para reuniões, cursos e treinamento sindical, numa reapropriação e redefinição dos espaços sagrados. Os seus veículos contribuíam para o deslocamento de trabalhadores das áreas em litígios para acompanhar o desdobramento jurídico em questão nas cidades e para transportar sindicalistas para reuniões nas regiões de conflitos.

Segundo José de Souza Martins, sempre existiu no campo um acordo tácito entre a Igreja e o “povo”. Para ele, um se apropria da fala e da força do outro. “De ambos os lados, da Igreja e ‘do povo’, existe a tentativa recíproca de apropriação da fala do outro e da força do outro” (1989:59). Assim, ao mesmo tempo em que eram influenciados pelos trabalhadores, incorporando os modos da “cultura camponesa” para dessa forma se aproximar de

---

10 João Canuto, Manoel Gago, Belchior Martins da Costa, Francisco Jacinto de Oliveira, o Sinhozinho e Expedito Ribeiro de Souza foram assassinados por pistoleiros a serviço de proprietários e empresários rurais devido às suas lutas pela posse da terra. Cf. FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Rio Maria: Canto da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 26-27.

suas maneiras de viver, compreender e denunciar, a partir de um serviço pastoral “engajado”, a marginalização dos trabalhadores rurais, influenciava, conforme Leonilde Medeiros e Neide Esterci (1994), nas organizações dos trabalhadores rurais, conformando a maneira de expressarem e serem reconhecidos, bem como na constituição de novas identidades. Segundo Inácio Gaiger (1987), a pedagogia da CPT provoca a imbricação entre os conteúdos religiosos e políticos. Nas reflexões sobre a Bíblia, por exemplo, segundo ele, a história do povo hebreu é transposta analogicamente para a situação presente. As lutas atuais são apreciadas à luz dos julgamentos manifestados por Deus sobre as condutas do povo hebreu. A expressão “povo oprimido” refere-se não somente ao povo apresentado na Bíblia, mas também ao conjunto de trabalhadores despossuídos. A redenção dos pobres teria iniciado na história humana e deveria continuar na ação dos oprimidos de hoje. Assim, muitas comunidades de posseiros passaram a fazer uma releitura de suas situações à luz do trabalho bíblico-pastoral dos agentes de mediação da CPT. O senhor João do Motor, um dos posseiros da Fazenda Bela Vista, na década de 80, por exemplo, ao rememorar a luta deles pela posse da terra naquela área, assim falou:

A gente tinha que encontrar alguma alternativa. Até eu lembro que na luta de Moisés era em procura de uma terra prometida e aqui nós não teria uma outra alternativa a não ser também o mesmo caso de procurar conquistar a terra para a libertação de um povo que precisava trabalhar e tirar o sustento para os seus filhos, porque naquele tempo existia Moisés, que nasceu de um povo e lutou para a libertação do mesmo povo, e aqui não seria um Moisés, mas seria todos Moisés em procura da libertação. Porque, se dissesse que alguém era o cabeça, aquele iria morrer. Assim nós era todas as pessoas a procura de uma só alternativa que era conquista da terra pra libertação de um povo que precisava de tirar o seu sustento.<sup>11</sup>

---

11 Entrevista concedida ao autor em 01.08.2003.

De modo geral, os trabalhadores rurais tiveram um papel fundamental na “conversão” da Igreja à sua causa, a começar por suas comunidades. Assim escreve Alfredo Wagner de Almeida: “A estrutura hierárquica começa a ser pressionada de baixo para cima, das paróquias que compõem as prelazias e dioceses para os centros de decisão, do localizado para o mais abrangente e superior circuito de poder eclesiástico” (1993:58). Quanto mais a Igreja passou a ter conhecimentos localizados e detalhados da problemática em que estavam envolvidos os trabalhadores rurais, coagidos, ameaçados e expulsos de suas terras, mais ela foi questionada e “convertida” por esses trabalhadores e mais se acirrou o confronto com o poder local, com as empresas privadas e com o Estado. Quer dizer, na medida em que a Igreja se credenciava como mediação confiável aos olhos dos trabalhadores que viam o Estado e a classe patronal com desconfiança e apreensão, confrontava-se com uma poderosa coalizão de interesses que tanto abrangia os detentores do poder local, quanto das empresas privadas do Centro-Sul do País na região.

A mediação da Igreja, principalmente por meio da CPT, efetivou-se não no sentido de negociação, mas como canal de expressão, direção e significado mais amplo da luta dos posseiros no sul do Pará. Os conflitos ora localizados passaram a ter dimensões políticas mais amplas. Segundo Leonilde Medeiros e Neide Esterci (1994), a mediação de instituições, como a Igreja e o STR, permite que questões de âmbito local sejam tratadas como algo mais amplo, envolvendo interesses globais. Assim, mesmo não sendo uma organização política, a CPT, nas áreas de tensões sociais, localizava politicamente aquele conflito, seja em relação aos aparelhos de Estado, sobretudo àqueles responsáveis pelas questões agrárias, seja no que se refere à sociedade como um todo, por meio da imprensa e por intermédio de seus próprios canais, como cartas, panfletos, boletins, assembleias, conferências, missas, romarias, novenas, círculos bíblicos e outros. Dessa forma, a atuação dos mediadores propiciou maior visibilidade aos conflitos e à luta dos posseiros. Por esse motivo, é mais fácil entender o porquê do envolvimento de aparelhos do Estado nos conflitos pela posse da terra em determinado momento da história.

## **A atuação da Igreja Católica, do STR e do Estado no sul do Pará: mediação e conflitos**

No sul do Pará, a CPT e alguns párocos passaram, cada vez mais, a registrar e a relatar de forma mais detalhada os conflitos e a violência entorno da luta pela posse da terra. Assessorias especializadas de advogados, agrônomos, técnicos agrícolas e cientistas sociais foram acionadas, além das práticas localizadas e do acervo documental, rivalizando, muitas vezes, com “especialistas” dos órgãos públicos. Registros dos conflitos contendo fichas, tabelas e relatórios com os nomes dos imóveis, de proprietários, datas, nomes de trabalhadores assassinados, de executores, de mandantes e o número de famílias envolvidas eram elaborados, sobretudo sob a lógica da denúncia. O aparato de “especialistas” visava também desenvolver um trabalho eficiente nas comunidades de posseiros, com objetivo de qualificar os trabalhadores a reivindicar os seus direitos à terra e ao trabalho. Além da formação religiosa que se efetivava por meio de cursos bíblicos (o êxodo, os profetas e os evangelhos etc.), missas e celebrações, havia ainda a formação política (estudo sobre a estrutura sindical e agrária, participação das mulheres e dos jovens, a organização etc.) sobre os direitos dos trabalhadores (os direitos garantidos no Estatuto da Terra, no Código de Processo Civil, na Constituição etc.) e sobre diversos temas ligados à situação vivenciada pelos posseiros.

Embora os dados e as informações acerca dos levantamentos dos conflitos agrários feitos pela CPT sejam incompletos, eles revelam a dramaticidade desses antagonismos na região amazônica e, de certa forma, contribuíram para que representantes de órgãos do Estado se pronunciassem e implementassem medidas em relação a eles. Por exemplo, o INCRA instituiu, em 29.9.1981, o Cadastro de Áreas de Tensão Social; no mês seguinte, o seu presidente Paulo Yokota foi à imprensa contestar os resultados que a CPT tinha levado a público a respeito dos conflitos e da violência pela posse da terra.<sup>12</sup> Por outro lado, o governo já havia criado, no ano anterior, para

---

<sup>12</sup> Jornal do Brasil, 25.10.81.

o Bico do Papagaio, para atuar numa área de 40 mil km<sup>2</sup> (parte do Mato Grosso, do Pará, de Goiás e do Maranhão), o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT),<sup>13</sup> justamente quatro dias antes do início da 18ª Assembleia da CNBB, quando esta divulgou o documento Igreja e Problemas da Terra (MARTINS, 1984).

Segundo Alfredo Wagner Berno de Almeida, objetivava-se com a criação do GETAT assegurar condições mínimas à implantação de projetos vinculados ao Programa Grande Carajás e neutralizar a luta dos trabalhadores rurais e dos povos indígenas. Por essa razão, esse órgão criou, nesse período, um Cadastro das Áreas Problemas em suas várias unidades executivas. Para José de Souza Martins (1989), a criação do GETAT fazia parte da estratégia do governo da ditadura civil-militar de “militarização da questão agrária”, para desmobilizar e desmoralizar a atuação da Igreja no campo e proteger os interesses dos grandes proprietários e das grandes empresas. O GETAT não só distribuiu títulos de terras, a maioria, aos grandes proprietários, mas também ofereceu as suas instalações como cárcere de trabalhadores e membros da Igreja, como foi o caso em São Geraldo do Araguaia, em 1981, além de interferir diretamente nas eleições sindicais em Conceição do Araguaia, na década de 80 (FIGUEIRA, 1986; CHINEM, 1983).

A partir dos confrontos entre os aparelhos de poder e a Igreja, a consciência da generalização dos conflitos foi se consolidando e exigindo novos esforços institucionais em face da questão agrária. Ocorria, no plano institucional, um deslocamento no sentido da intermediação, a qual se transformou em disputa de poder. A Igreja enquanto mediação<sup>14</sup> transformou-se em antagonista, inclusive nos primeiros anos da Nova República. O Ministério da Justiça e a Polícia Federal, no governo José Sarney, chegaram

---

13 O GETAT passou a atuar, sobretudo, na área onde a CPT Araguaia-Tocantins desenvolvia os seus trabalhos, a partir da inserção de quatro equipes: norte do Mato Grosso, norte de Goiás (Tocantins), Araguaia Paraense (sul do Pará) e oeste do Maranhão, área esta com maior número de conflitos e tensão social em torno da posse da terra.

14 Vale lembrar que o STR de Conceição do Araguaia se encontrava sob intervenção militar, assim como grande parte dos sindicatos dos trabalhadores do estado do Pará, bem como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado (FETAGRI). Cf. Relatório das Oposições Sindicais do Pará, maio de 1987.

a denunciar que havia no campo, em áreas de conflitos e tensão social, uma inconveniente intervenção da Igreja. Paulo Brossard, ministro da Justiça, por exemplo, afirmou que a reforma agrária era um processo político de alçada do Estado e não da Igreja. Que esta “estaria querendo montar, cavalgar em cima do Estado”.<sup>15</sup> Um representante do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), ao entregar oficialmente, no sul do Pará, títulos de propriedade a um grupo de posseiros que ocupavam durante muitos anos aquelas terras, recomendou-lhes que se precavesses com relação aos “elementos subversivos”, isto é, os padres e os agentes de pastorais da Igreja católica. “Estes”, afirmou ele, “estão sempre prestes a meter minhoca na cabeça de vocês, mas que na hora do pau cantar (...) não ficam à frente para morrer, para sacrificar” (HÉBETTE, 1991: 208).

Em São Geraldo do Araguaia, área de grande concentração da terra e de intensos e violentos conflitos entre proprietários e posseiros, desdobrou-se forte acirramento entre a Igreja e o Estado. Em outubro de 1976, ocorreu um confronto entre posseiros da localidade de Perdidos, técnicos do INCRA e Polícia Militar. Estes últimos estavam a serviço da Fundação Brasil Central, para fazer os serviços de demarcação da área. No confronto, os soldados Ézio Araújo dos Santos e Claudomiro Rodrigues da Fonseca foram mortos, e outros dois, Máximo e Rui da Silva, saíram feridos. O seminarista Hilário Lopes e o padre Florentino Maboni, capelão militar, recém-chegado do Rio Grande do Sul à Diocese de Conceição do Araguaia foram presos e torturados juntamente com alguns posseiros, acusados de incitarem o tal confronto. Devido à gravidade da situação, os bispos de Conceição do Araguaia e de Marabá, o arcebispo de Belém e o presidente da CNBB intervieram e fizeram severas críticas contra o governo federal, deteriorando ainda mais as relações entre a Igreja e o Estado (FUGUEIRA, 1986). No início da década de 80, os padres Aristides Camio e Francisco Gouriou, ambos franceses, desenvolviam os seus trabalhos nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em São Geraldo do Araguaia. A presença desses padres fortaleceu a resistência de diversos grupos de posseiros

---

15 Folha de S. Paulo, 15.6.86.

e animou diversos migrantes a ocuparem imóveis improdutivos. Um dos episódios mais marcantes foi o do Cajueiro, em agosto de 1981, quando, num confronto armado, um pistoleiro foi morto e quatro agentes da Polícia Federal e um funcionário do GETAT saíram feridos. A ação conjunta do Exército, da Polícia Federal e do GETAT resultou em perseguição, prisões e interrogatório de diversos posseiros. O mesmo oficial do Exército, Sebastião Rodrigues Moura, o Curió,<sup>16</sup> que comandara as operações no aniquilamento dos militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), na chamada *Guerrilha do Araguaia*, entre 1972 e 1975, e que tratou de desmobilizar a presença da Igreja junto aos trabalhadores rurais sem terras no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, em 1981, (ROTHMAN, 1993) agora conduzia as ações contra os posseiros e a Igreja no sul do Pará. Os dois padres franceses e treze posseiros foram presos e torturados.<sup>17</sup> Nem o bispo da Diocese de Conceição do Araguaia, Dom José Patrick Hanrahan, foi poupado dos interrogatórios e das campanhas de difamação na imprensa (FIGUEIRA, 1986).

Conforme mencionado, na Amazônia houve proximidade entre a visão da Igreja Católica e os trabalhadores rurais em luta pela posse da terra. Estes sabiamente souberam conquistar apoio e “converter” a Igreja a seu favor. Quando Dom José Hanrahan, irlandês, da Ordem dos Redentoristas, chegou em Conceição do Araguaia, em 1979, para tomar posse da diocese, foi recebido em prantos por uma multidão de posseiros, do Lote 41, de Floresta do Araguaia, que acabava de ser despejada de sua terra por um grande proprietário, irmão do prefeito de Conceição do Araguaia, doutor Giovanni Queiroz.<sup>18</sup> Em 21 de outubro daquele mesmo ano, aconteceu em

---

16 Esse ex-oficial do Exército e ex-prefeito da cidade de Curionópolis (o nome dessa cidade é em sua homenagem), localizada a 30 quilômetros de Eldorado dos Carajás, no sudeste paraense.

17 Enquadrados pela Lei de Segurança Nacional, foram condenados: padre Aristides Camio, a 15 anos de reclusão; padre Francisco Gouriou, a 10 anos de reclusão; e os 13 posseiros, a 8 anos de reclusão.

18 Giovanni Queiroz é médico e proprietário de terras, no sul do Pará. Foi prefeito de Conceição do Araguaia (ARENA) e diversas vezes eleito deputado federal (PDT), assim como nas últimas eleições. Desde então, tem defendido os interesses dos proprietários e

Xinguara, organizado pela CPT e pelo Movimento de Educação de Base (MEB), uma grande manifestação motivada pelos violentos despejos de posseiros de três áreas, entre elas a Tupã-Ciretã. A PM e um oficial de justiça, com o auxílio de pistoleiros, queimaram casas e destruíram roças. O evento contou com a presença de seis mil pessoas, repercutindo na grande imprensa nacional (CPT, 1992).

Os STRs de todo o Brasil estavam submetidos aos critérios legais, regulados pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Com a criação do Prorural (Programa de Assistência ao Trabalhador Rural),<sup>19</sup> conferindo real existência ao Funrural (Fundo de Assistência do Trabalhador Rural), o governo acabou transformando vários sindicatos em núcleos de atendimento médico e odontológico. Por esse meio, os órgãos oficiais acabaram não só desmobilizando a atuação desses STRs, mas despolitizando os conflitos pela posse da terra em algumas regiões do Brasil. Em Conceição do Araguaia, ao transformar o STR em núcleo assistencialista, os aparelhos de Estado conseguiram torná-lo em organismo de delegação de políticos clientelistas detentores do poder local, além de tentar quebrar, com isso, as possíveis mediações da Igreja Católica (ALMEIDA, 1993; PEREIRA, 2004).

O STR de Conceição do Araguaia foi criado, em 1971, com 213 associados. Em 1972, contava com 900 filiados. Entre 1975 e 1985, esteve sob intervenção militar. O seu presidente, nesse período, foi Bertoldo Siqueira Lira,<sup>20</sup> oficial reformado do Exército nomeado pelo Governo Federal. O STR não se envolvia nos conflitos e, quando o fazia, nunca estava do lado dos posseiros. Assim, as reivindicações dos posseiros normalmente não passavam pelo sindicato, mas, às vezes, pelo bispo, pelo padre e pela CPT, os quais já vinham desenvolvendo trabalhos nas comunidades de posseiros.

---

empresários rurais na Câmara dos Deputados.

19 O Prorural foi criado pela Lei Complementar n. 11, de 25 de maio de 1971.

20 Bertoldo Siqueira Lira nasceu em 19.10.1922, no norte de Goiás [hoje estado do Tocantins] e faleceu em 10.06.2006, na cidade de São Felix do Xingu (PA). Ele foi um dos dirigentes da FETAGRI durante o mandato de Alberone Lobato, presidente da entidade. Cf. Relatório das Oposições Sindicais do Pará, maio de 1987.

Em 1979, com o apoio da CPT, foi iniciada a organização da oposição sindical em Conceição do Araguaia. Em uma das primeiras reuniões para esse intento, fez-se um levantamento das áreas de conflitos e de tensão social. Foram realizadas diversas reuniões e encontros de capacitação de posseiros para esse fim, inclusive com a assessoria do sociólogo José de Souza Martins (1986). Uma das estratégias da CPT era a criação de delegacias sindicais<sup>21</sup> em povoados e vilas localizadas nas zonas críticas de conflitos e a realização do “trabalho de base” com o objetivo de convencer os trabalhadores acerca da importância do sindicato e o seu controle. Esse trabalho ia desde estudos bíblicos e da legislação agrária a batizados e casamentos. Perguntado a um ex-presidente do STR de Conceição do Araguaia como a CPT, mesmo não sendo uma entidade de representação dos trabalhadores rurais, passou a ter tanta força e poder junto aos trabalhadores da região, ele respondeu:

Primeiro que o padre Ricardo era o coordenador da CPT. Além de ser padre era uma liderança que tinha um carisma muito grande. Ele fazia casamento, batizado, fazia reuniões, dava curso bíblico em tudo que era de comunidade nessa região aqui. Quer dizer, quando ele vem falar do sindicato aquilo caiu como uma coisa muito boa no meio de nós trabalhadores rurais, porque era o padre que estava falando, aí o mérito foi dele sim, fazia com que todos nós sindicalizássemos na época e, por isso, eu acho a força da CPT na região, porque o padre Ricardo fez um trabalho de base primeiro.<sup>22</sup>

Os obstáculos, porém, pareciam praticamente intransponíveis. Em 29 de maio de 1980, Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, que encabeça-

---

21 As delegacias sindicais eram prolongamentos das estruturas de poder internas aos STRs numa determinada área ou região, ocupadas por lideranças dos trabalhadores rurais daquelas localidades, os quais possibilitavam encaminhar as reivindicações dos posseiros daquelas áreas em luta pela terra.

22 Valter Peixoto, entrevista concedida em 28.7.2003.

va a chapa 2 (da oposição), foi assassinado. Suspeita-se que esse assassinato teria sido praticado por José Antônio, a mando da família do fazendeiro Fernão Leitão Dinis (FIGUEIRA, 1986). Davi, da comunidade dos Perdidos, em São Geraldo do Araguaia, substituiu Gringo, candidatando-se à Presidência do sindicato. A eleição foi então realizada em 29 de julho daquele mesmo ano, cheia de irregularidades, e contou com a intervenção da Polícia Militar, da Polícia Federal e do GETAT. Trabalhadores que viajaram quase 400 quilômetros não puderam votar, como ocorreu com os que vieram de São Geraldo do Araguaia. Os seus nomes não constavam na lista de votação do STR. No povoado de Xinguara, soldados da PM dispersaram votantes, ameaçaram fiscais e sequestraram urnas. Em Conceição do Araguaia, dezenas de soldados estavam de prontidão dentro e fora da sede do STR. A oposição teve a maioria dos votos, mas a Delegacia Regional do Trabalho, alegando não ter atingido o *quorum* mínimo por lei, anulou a eleição (IDEM, IBIDEM). A nova eleição só viria a acontecer em 25.5.1981. Novas irregularidades e novas intervenções do aparato legal. Trabalhadores das áreas das delegacias sindicais foram impedidos de quitar as suas mensalidades e não puderam votar no dia da eleição. Nessas eleições, o GETAT havia colocado a sua máquina administrativa a favor da chapa 1. Tratores limpavam estradas vicinais e caminhões transportaram eleitores. Pequenos comerciantes, pedreiros, garimpeiros e motoristas sindicalizados pela chapa 1 também votaram. O tenente-coronel Sebastião Rodrigues Moura, o Curió, realizou, em diversas regiões conflituosas, como Mata Geral, Rio Maria, Xinguara e Floresta do Araguaia, comícios prometendo títulos de terras e carteiras de garimpeiros para exploração de ouro em Serra Pelada para quem votasse na chapa 1 (ALMEIDA, 1993). No dia da eleição, em um helicóptero do Exército, percorreu todos os lugares onde existiam urnas de votação, pedindo voto para Bertoldo. As paredes da catedral de Conceição do Araguaia amanheceram revestidas de panfletos acusando a Igreja, a CPT, o Gringo e sua viúva de terroristas, subversivos e de pregarem a luta armada, além de acusações de aspecto moral. A chapa 1 saiu vitoriosa com 1.032 votos contra 684 (IDEM, IBIDEM). Bertoldo só deixou

a Presidência da entidade, em 1985, após o enfraquecimento do aparato que o sustentava, quando finalmente a oposição composta por lideranças de CEBs, tendo à frente Felipe Alves Macedo, o Filipinho, venceu a eleição:

Foi uma batalha muito grande. Já com nove anos que esse presidente [Bertoldo] estava no sindicato (...) e sempre a CPT, a Igreja batalhando para tirar essa pessoa. Eu fui o encabeçador da chapa, em 1984, não aconteceu, não registrou a nossa chapa, mas, quando foi no dia 28 de julho de 1985, a gente conseguiu a eleição, aonde eu fui eleito o presidente do sindicato (...). Eu entrei no sindicato em 18 de agosto de 1985, quando foi no dia 12 de setembro eu já estava lá em Brasília, vendo o problema da Pecosá, o conflito da Fazenda Pecosá.<sup>23</sup>

Os diversos STRs do Pará, apesar do “trabalho de base” da Igreja, com as chamadas oposições sindicais, as comissões Pró-Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a aproximação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) com essas oposições sindicais, só deixaram de ser órgãos de colaboração do governo e dos proprietários e empresários rurais depois de 1985, quando houve uma mudança político-institucional com o advento da Nova República. A chamada oposição sindical do Pará, com o apoio da CUT, só conseguiu ganhar a direção da FETAGRI em março de 1987, significando o fim dos 14 anos de mandato de Alberone Lobato, presidente da entidade.<sup>24</sup>

O confronto que ocorreu entre a Igreja e os aparelhos do Estado, com a realização das eleições do STR de Conceição do Araguaia, na década de 80, foi uma demonstração de choques de interesse e de disputa na condução dos conflitos pela posse da terra na Amazônia. A intervenção direta da burocracia militar nas eleições do STR de Conceição do Araguaia não foi um processo isolado, mas, como demonstrado por José de Souza Mar-

---

23 Entrevista concedida ao autor em 26.7.2003.

24 Cf. Relatório das Oposições Sindicais do Pará, maio de 1987.

tins, de “militarização da questão agrária”. Em face dos conflitos agrários, cada vez mais crescentes, eram “justificáveis” tais manobras para desmoralizar a Igreja quanto à sua atuação na questão agrária e desmobilizar os grupos de trabalhadores envolvidos na luta pela terra, com o propósito de concretizar o consórcio da terra com o capital e manter as bases conservadoras do Estado.

A transição do período autoritário para o regime democrático conferiu um novo contexto político e institucional para os mediadores do sul do Pará quanto aos encaminhamentos dos conflitos pela posse da terra. Os trabalhadores rurais contavam agora não só com o apoio da CPT, mas também do STR para encaminhar as suas reivindicações. As ocupações de terras com títulos definitivos, que vinham acontecendo desde a metade da década de 1970, foram realimentadas com a maior abertura política da Nova República, o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e a possibilidade de atendimento das demandas pelos organismos governamentais, mesmo porque representantes da Igreja e do movimento sindical passaram a ocupar diversos cargos no INCRA e no MIRAD (ALMEIDA, 1993). Se, antes, a conquista da terra passava, necessariamente, pela capacidade dos posseiros em resistir às pressões e à violência dos proprietários rurais e da polícia na área litigiosa, emergia agora a possibilidade de conquista da terra por “vias legais”. Foi nesse período que, de fato, se deu início, no sul do Pará, às desapropriações de terra por interesse social. Entre novembro de 1982 e fevereiro de 1985, o GETAT havia desapropriado apenas seis imóveis nos 40 mil quilômetros quadrados em seu domínio. Destes, três (Fundação Brasil Central, Tupã-Ciretã e Colônia Verde Brasileira) ficavam no sul do Pará. Antes dessa data, nenhum imóvel havia sido desapropriado (IDEM, IBIDEM).

A CPT, além de desenvolver um trabalho nas áreas de conflitos, passou a assessorar a nova Diretoria do sindicato, para que essa pudesse encaminhar as demandas dos posseiros, sobretudo das áreas ocupadas. Desde então, essa Diretoria passou a agir influenciada diretamente pelos trabalhos dos agentes da CPT. Não só os seus membros participavam dos

momentos de formação promovidos pela CPT, mas, às vezes, de diversas atividades desta com os posseiros, como visitas, reuniões e encontros.<sup>25</sup> Ana de Souza Pinto, agente da CPT, falando do trabalho dessa entidade no sindicato, logo após a vitória da oposição sindical, assim descreveu:

A CPT passou a assessorar a Diretoria eleita e havia uma ação conjunta ao apoio a essas áreas em conflito. Como era esse apoio? Era fazendo estudos com a Diretoria sob o ponto de vista legal, sob o ponto de vista organizativo, político e como acompanhar os conflitos. E também realizando junto o trabalho na base, fazendo encontros, reuniões, discutindo formas de pressão, discutindo com os trabalhadores as formas mais eficazes.<sup>26</sup>

A maior abertura política e a elaboração do PNRA trouxeram grandes expectativas, não só para os trabalhadores rurais, que intensificaram as ocupações de terras na região, mas também para os mediadores, agora CPT e STR, de que as reivindicações dos posseiros fossem atendidas e suas demandas transformadas em desapropriações. É possível também que estes apostassem no fim do antagonismo entre Igreja e Estado, mas a composição conservadora do novo Ministério de Assuntos Fundiários e a inviabilização do PNRA frustraram as expectativas dos mediadores. Ainda nos primeiros anos da Nova República, assim escrevia Martins: “O novo regime civil apenas deu continuidade à execução do modelo econômico implantado pela ditadura civil-militar, agravando enormemente os problemas sociais. Isso porque a elite política civil do País tem forte presença das velhas oligarquias rurais, cuja sobrevivência política se apóia no

---

25 Vale ressaltar que Felipe Macedo, o Filipinho, primeiro presidente do STR após a vitória da oposição sindical, era dirigente de uma CEB na localidade conhecida por Puçá, em Campos Altos, e Valter Peixoto, segundo presidente do STR após a vitória da oposição sindical, era dirigente de uma CEB, em Sítio Novo, também em Campos Altos. Ambos, assim como os demais membros da Diretoria, passaram pelo processo de formação da CPT.

26 Ana de Souza Pinto, entrevista concedida ao autor em 23.7.2003.

clientelismo, na corrupção, nas relações de dependência pessoal” (MARTINS, 1991: 164).

Segundo Alfredo Wagner de Almeida (1993), os segmentos da burocracia estatal do regime civil-militar, de 1964 a 1984, que haviam conduzido as ações fundiárias, foram racionados durante o governo de José Sarney. Os quadros especializados em “problemas agrários”, como advogados, agrônomos e oficiais militares do antigo Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários (MEAF) e do GETAT, encastelaram-se na Secretaria Geral do Conselho Nacional de Segurança, urdindo uma contra-estratégia conservadora e contrária à proposta de reforma agrária encetada pelo MIRAD. O PNRA, aprovado em outubro de 1985,<sup>27</sup> nada mais era do que a décima primeira versão apresentada pelo MIRAD ao presidente da República. Para cada versão, o presidente e seus assessores exigiam uma nova modificação. O Estado tornou-se um campo de disputa na orientação do plano de ação agrária. Para Alfredo Wagner de Almeida, “posições conflitantes passaram, desse modo, a permear os aparelhos de poder, revelando as próprias ambigüidades e níveis de contradição dos compromissos políticos que resultaram na chamada Nova República” (ALMEIDA, 1993: 260).

Para José de Souza Martins (1999), na medida em que a pressão pela reforma agrária crescia, entre 1985 e 1986, e o MIRAD encaminhava ao presidente da República as propostas de desapropriação, o Gabinete Civil estabelecia diretrizes, para evitar que decretos fossem assinados ou, mesmo, fossem colocados em prática. Não apenas diversas propriedades improdutivas foram evitadas do ato desapropriatório, mas decretos assinados pelo então presidente não foram publicados no *Diário Oficial*. Em consequência dos constantes boicotes, caíram o ministro e seus auxiliares, inclusive, do segundo escalão praticamente em todo o País. Com referência a essa questão, Ricardo Rezende Figueira, em entrevista para fins deste trabalho, assim mencionou:

---

27 Instituído pelo Decreto n. 91.766, de 10 de outubro de 1985.

O ministro era uma pessoa interessante, mas a máquina do Incra não ajudava e nem o presidente Sarney ajudava. O presidente boicotava o tempo inteiro. O ministro Nelson Ribeiro passava o maior aperto. Eu me lembro de uma audiência com o presidente, realizada no último dia de abril de 1986, para denunciar a tentativa de homicídio que o padre Josimo Moraes Tavares havia recebido e solicitar a sua proteção. Eram cinco bispos e eu. Perguntei ao presidente sobre os diversos processos de desapropriação de fazendas no Pará que o ministro tinha mandado para o presidente assinar e estavam parados em seu gabinete. O presidente José Sarney respondeu que estava com uma pilha de processos, mas não assinava nada sem ler. E precisava de tempo. Ao sair dali, fui ao ministro Nelson Ribeiro, que sempre nos recebia sem criar obstáculos. O padre Josimo era recebido qualquer hora e, muitas vezes, os lavradores também. Uma vez deixou um governador na porta e nos atendeu primeiro. E eu falei: “Ministro, quero sugerir que o senhor renuncie”. Ele falou: “Por quê?” “Eu estou vindo agora da sala do presidente da República e ele disse que não assina nada sem ler. Por isso não assinou as desapropriações.” E continuei: “Ministro, o presidente não vai ler aqueles processos. Ele não pode ler. Ele não tem tempo. Quem lê é o senhor e sua assessoria. Se ele está dizendo que não vai assinar sem ler, é porque outro vai ler para ele, talvez o ministro Marco Maciel ou algum assessor. Alguém vai dizer para ele: isso pode assinar, isso não pode. Na verdade, o senhor está funcionando como um simples amortecedor de conflito. Nós confiamos no senhor, mas o presidente segura os processos de desapropriação e não confia no senhor”. Dias depois, a mesma sugestão de renúncia foi feita em uma manifestação pública realizada em Tocantinópolis por ocasião do assassinato do padre Josimo, dez dias depois dessa audiência. Hamilton Pereira, conhecido como o poeta Pedro Tierra, que

era assessor da CPT Nacional, no alto de um palanque, dirigindo-se ao ministro Nelson Ribeiro, convidou-o também, pela mesma razão, a renunciar. Logo depois, de fato, Nelson Ribeiro renunciou<sup>28</sup>.

Mas isso não impediu que inúmeras manifestações e pressões fossem encaminhadas e algumas desapropriações concretizadas. A oposição sindical de Conceição do Araguaia, durante a campanha para tomada do sindicato, tinha como proposta apoiar os posseiros e a luta em favor da reforma agrária: “Quando nós estava fazendo a nossa campanha sindical”, conta Filipinho, “andando pelo município todo, nós dizia que o sindicato era para lutar a favor da reforma agrária. Era nosso primeiro ponto de pauta de discussão com os trabalhadores, era a reforma agrária”.<sup>29</sup> Desse modo, o STR, que até então não se envolvia nas questões de terra, passou a ser o interlocutor dos trabalhadores diante das investidas da classe patronal e do processo de negociação com os aparelhos de Estado. Além das visitas, reuniões e encontros com os posseiros de áreas litigiosas, a direção do STR passou a negociar diretamente com os aparelhos de Estado as demandas dos trabalhadores e, com a CPT, a denunciar os conflitos e a violência praticada pelos fazendeiros. De início, a nova diretoria contribuiu com os posseiros das fazendas Pecosa e Joncon, onde os conflitos se arrastavam durante anos, fazendo reuniões e animando-os para luta, e encaminhou as suas reivindicações ao MIRAD. “Eu entrei no sindicato em 18 de agosto de 1985”, conta Filipinho, “quando foi dia 12 de setembro eu já estava lá em Brasília, vendo o conflito da Pecosa (...). Então a gente conseguiu uma permuta e logo no final de 1985 também estourou o conflito da Joncon/ Três Irmãos com a desapropriação em 1986”.<sup>30</sup>

Desse processo, foram conspícuas as difamações, as agressões discursivas, as ameaças de morte e a violência física da classe patronal.<sup>31</sup> Se-

---

28 Ricardo Rezende Figueira, entrevista concedida ao autor em 26.9.2003.

29 Felipe Alves Macedo, o Filipinho, entrevista concedida ao autor em 26.7.2003.

30 Idem. Ibidem.

31 Jornal do Brasil, 18.9.85; Correio Brasiliense, 2.7.87; CPT- Arquivo.

gundo dados da CPT, de 1982 a 1992, na Diocese de Conceição do Araguaia, houve um total de 840 ameaças de mortes contra trabalhadores rurais e seus apoiadores; 1.647 trabalhadores rurais foram espancados e feridos; outros 870 foram detidos; 4.352 famílias foram expulsas de suas terras; 884 casas foram queimadas ou destruídas e 28.439 famílias foram ameaçadas de despejos.<sup>32</sup>

Se antes a resistência dos posseiros era, quase que somente, no meio da mata, até com trincheiras se fosse o caso, no enfrentamento direto aos fazendeiros, aos pistoleiros, aos policiais e até mesmo aos funcionários do GETAT, agora a tática, contando com assessoria e acompanhamento do STR e da CPT, passou a ser também de pressão direta aos órgãos do governo, encaminhando abaixo-assinados, ofícios, fazendo reuniões com os representantes dos órgãos e até ocupando prédios públicos. O primeiro acampamento, na Unidade Avançada do GETAT de Conceição do Araguaia, foi realizado em dezembro de 1985, com o objetivo de pressionar o governo a resolver o caso da Fazenda Joncon/Três Irmãos. Uma vez que o governo federal não havia cumprido o prazo acordado para a desapropriação dessa área, os trabalhadores ocuparam o prédio. A polícia interveio com violência, chegando a cortar a energia elétrica do prédio. A desapropriação e a emissão de posse foram concretizadas no início de 1986. O segundo acampamento aconteceu em junho de 1987, relacionado ao caso da Fazenda Bela Vista, também com assessoria direta do STR e da CPT. Trezentos posseiros ocuparam o prédio, exigindo a retirada da Polícia Militar de dentro da área litigiosa e a concretização do processo de desapropriação do imóvel.<sup>33</sup> A decisão de desapropriar essa área foi tomada numa reunião entre representantes do STR e do MIRAD, em Brasília, no início de 1986, quando foi apresentada uma série de reivindicações dos posseiros de diversas áreas da região. O STR passou a ter uma “ação para dentro”, isto é, a presença de seus diretores nas diversas comunidades e áreas de conflitos fazendo reuniões e discutindo os problemas com os posseiros, e uma “ação

---

32 CPT-Arquivos; CPT, *Conflitos no campo*, 1985-1992.

33 O Liberal, 17.6.87; O Globo, 18.6.87.

para fora”, que se constituía nas reuniões com diversas instâncias do poder público, em Conceição do Araguaia, e, sobretudo, em Belém e em Brasília, consolidando-se como interlocutor dos posseiros, especialmente aqueles que ocupavam grandes imóveis de empresários do Centro-Sul do País.

Isso, de certa forma, contribuiu para que os proprietários e empresários rurais se rearticulassem em torno de seus sindicatos e da UDR e passassem a pressionar os órgãos de Estado. O GETAT, em fase de adaptação à proposta do PNRA, que era ainda composto por funcionários do tempo da ditadura civil-militar, colaboradores da repressão e que viam os conflitos de terra como um problema de competência do Poder Judiciário e não como uma questão social, permaneceu conivente com a classe patronal e omissa às reivindicações dos trabalhadores rurais.

Se na esfera nacional os agentes de mediação conseguiam estabelecer certo diálogo com o GETAT e com o MIRAD, pelo menos ser atendidos em algumas questões, o mesmo não acontecia no sul do Pará. Na medida em que cresciam as ocupações de terras e colocava-se em xeque o poder econômico e político dos proprietários e empresários rurais, alicerçados na propriedade capitalista da terra, acirrava-se o conflito entre os aparelhos de poder da região e os mediadores. O advento da Nova República não fez cessar o conflito entre a Igreja e o Estado, por exemplo. A problemática da terra continuou sendo uma arena de disputas entre esses dois atores.

Para José de Souza Martins, na Amazônia brasileira, nas regiões pioneiras, a ordem pública estava frequentemente subordinada ao poder privado. Nomes de delegados de polícia, de soldados e de juízes têm sido, com frequência, apontados pelos seus envolvimento com grileiros de terras, jagunços, grandes proprietários e empresários rurais que chegavam, do Centro-Sul do País, realizando despejos ilegais e violentos, aterrorizando as populações camponesas, tanto os trabalhadores rurais recém-chegados quanto os mais antigos, que supunham ter direitos adquiridos de permanência na terra que lavravam com o trabalho, às vezes, de muitas gerações. Fatalmente, esses trabalhadores não tinham a quem recorrer senão à Igreja

Católica, talvez a única instituição, naquele momento, com respaldo político no Brasil e no exterior capaz de enfrentar as ações violentas do governo militar (MARTINS, 1984; 1989).

Na medida em que os aparelhos de Estado, na esfera local, se apresentavam como aliados dos grandes proprietários de terra quando qualquer imóvel era ocupado, o trabalho de mediação do padre, do agente de pastoral, do sindicalista destacava-se nas reuniões, nos encontros, nas assembleias, bem como no atendimento, em seus escritórios, aos trabalhadores rurais despejados, acossados e coagidos. Esses mediadores enfrentavam sob riscos, inclusive, físicos, os proprietários rurais e seus aliados, tentando estabelecer posições diferenciadas e divergentes quanto ao uso e posse da terra.

Pode-se dizer que o reconhecimento e a mediação da Igreja e do STR ocorreram como demonstrado, em razão das circunstâncias de marginalização dos trabalhadores rurais em face da violência em que foram submetidos e de seus investimentos político-pedagógicos nas comunidades de camponeses, ao mesmo tempo em que enfrentavam publicamente, os proprietários rurais e os aparelhos de Estado, assumindo uma posição contestatória, não somente no que concerne à objetivação de seus pontos de vista, como também ao processo de construção de um ator contestador, capaz de produzir a sua história mediante a defesa dos interesses dos trabalhadores rurais. Para isso, os agentes de mediação não só desqualificavam os proprietários rurais e os representantes dos aparelhos de Estado, sob a ótica da denúncia, mas também pressionavam estes últimos a atender as reivindicações e demandas dos trabalhadores.

Uma das estratégias adotadas pelos mediadores era a desmoralização pública dos proprietários de terra e dos representantes dos aparelhos de Estado na imprensa. Grandes proprietários de terra do sul do Pará eram políticos e, sobretudo, empresários no Centro-Sul do País. De repente poderiam aparecer os seus nomes na grande imprensa, associando-os às pistolas, aos massacres e aos assassinatos de posseiros na Amazônia. Os agentes de mediação acreditavam que, com essas ações, poderiam inibir a

violência dos proprietários e criar aliados em torno de uma luta mais ampla pela reforma agrária. Esse mecanismo legitimou as ações da Igreja e do STR enquanto mediadores e contribuiu para que a problemática da terra viesse para a esfera pública.

Por outro lado, os proprietários e empresários rurais procuraram desqualificar e desmoralizar, através dos meios de comunicação, a Igreja Católica, os trabalhadores rurais e a reforma agrária e, ao mesmo tempo, exaltar a figura do “produtor rural” (BRUNO, 1997). O presidente da UDR Ronaldo Caiado, por exemplo, ao argumentar que a Igreja não conhecia a realidade do campo, afirmou que não poderia “aceitar entidades que não sabem nem como se chama o homem do campo, colocando o apelido de sem-terra, isso não existe no setor rural”.<sup>34</sup> Para a UDR, a CNBB “não plantou e nem gerou riqueza. Não faz parte das classes produtoras”, portanto, “é incapaz de fabricar uma reforma agrária que venha responder aos anseios daqueles que estão diariamente ligados à produção”.<sup>35</sup> Já Fausto Ribeiro Marques, um dos fundadores da Associação dos Produtores Rurais do Sul do Pará, qualificou os posseiros de “invasores” de terras alheias que não têm “nenhum interesse em produzir e, sim, em obter ganho imediato roubando madeira e ocupando áreas para vender a terceiros”.<sup>36</sup>

Desse modo, no período da Nova República, no sul do Pará, enquanto os posseiros resistiam, nas áreas litigiosas, os pistoleiros e policiais a serviço dos proprietários e empresários rurais, conquistando o apoio do STR e da Igreja, travava-se um campo de batalha entre os agentes de mediação e os aparelhos de Estado, embora os trabalhadores rurais não fossem passivos diante dessas ações. Ocorreram disputas, provocações, acusações e agressões discursivas entre esses dois atores na condução dos conflitos pela posse da terra na região. Os confrontos eram cada vez mais polarizados e ideológicos. O STR e a CPT, ao mesmo tempo em que se firmavam enquanto mediação confiável aos olhos dos trabalhadores rurais,

---

34 *Zero Hora*, 30.11.87.

35 *Jornal do Brasil*, 7.8.87.

36 *O Estado de S. Paulo*, 5.6.85.

contribuíam para que estes colocassem em dificuldade a autoridade, o *status* e o prestígio dos grandes proprietários de terra (BRUNO, 1997), realimentando as ocupações de grandes imóveis improdutivos. Isso demandava sempre mais as ações do Estado com atos desapropriatórios, suscitando as reações dos proprietários e empresários rurais, recrudescendo assim a violência no campo. Não foi por acaso que o governo considerou, em 1982 e 1986, que o sul do Pará ficava dentro do polígono da “área prioritária” para fins de reforma agrária.<sup>37</sup>

Assim, a reforma agrária, no sul do Pará, durante o período que vai da segunda metade da década de 70 ao final da Nova República, deu-se dentro desse campo de disputa e de confrontos polarizados e ideológicos.

## **Conclusão**

Os múltiplos conflitos originários do confronto entre posseiros e proprietários rurais pela apropriação da terra eram localizados, heterogêneos e plurais, mas tomaram dimensões mais abrangentes, politizados, dado à frequência e à intensidade com que assumiram e, sobretudo, devido à mediação da Igreja Católica, principalmente através da CPT, e, mais tarde, também do STR. Esses mediadores tinham objetivos mais amplos – a reforma agrária –, que excediam os interesses locais e imediatos desses trabalhadores (HOTHMAN, 2001). Segundo Alfredo Wagner Berno de Almeida (1993), a intermediação da Igreja Católica nos conflitos agrários, na Amazônia brasileira, significou um certo grau de institucionalização desses conflitos que não eram até então reconhecidos como tais pelos aparelhos de poder.

Esses posseiros sabiamente conquistaram e negociaram o apoio da Igreja Católica, como refere José de Souza Martins (1989), atenta e vigilante aos direitos humanos, a qual desenvolvia um trabalho pastoral engajado por meio de seus agentes, portadores de uma concepção sobre a relação fé e vida, e, mais tarde, do STR. Os trabalhadores rurais do sul do Pará não só conquis-

---

37 Decretos-Lei n. 87.095, de 16 de abril de 1982, e n. 92. 623, de 2 de maio de 1986.

taram o apoio, mas também um espaço dentro da Igreja durante o período do regime civil-militar, de 1964 a 1984, e da Nova República, diante da hostilidade da classe patronal e dos aparelhos de Estado dessa parte do território amazônico. Espaço esse de manifestações religiosas e políticas em torno da problemática da terra. A Igreja era talvez, naquela época, a única instituição da sociedade civil com projeção política nacional. Desse modo, os posseiros despontaram na cena política dotados de capacidade de se fazer ouvir. Assim, a constituição dos trabalhadores rurais em sujeitos políticos deve ser vista também enquanto esforço destes pela constituição de entidades de representação e de apoio, afinadas com suas demandas e capazes de viabilizá-las.

Foi demonstrado, neste trabalho, a utilidade do conceito de mediação para explicar o papel dos mediadores nos conflitos pela posse da terra, ocorridos no sul do Pará. Os resultados empíricos do caso estudado confirmam as interpretações teóricas de Regina Novaes, Leonilde Medeiros e Neide Esterci (NOVAES, 1994; MEDEIROS, 1994). Os mediadores são portadores de recursos humanos, financeiros, materiais e ideológicos para os trabalhadores rurais, estruturam demandas, dão visibilidade e potencializam a luta dos trabalhadores. Conforme essas próprias autoras sugerem, o perfil das mediações das entidades de apoio e de representação só pode ser compreendido no aspecto das relações em que as mediações surgiram e atuaram e não em outro. A mediação da Igreja Católica e do STR de Conceição do Araguaia não foi no sentido de negociação, “fazer meio de campo”, “estar entre”, mas como apoio, meio de expressão e significado mais amplo da luta dos posseiros da região através de seu “trabalho de base” e exercício da denúncia. Essas instituições legitimaram os direitos dos posseiros, fortaleceram a sua resistência e os encorajaram para a luta, na medida em que desenvolveram um trabalho político-pedagógico nas áreas litigiosas e denunciaram a existência dos conflitos e da violência praticada pelos proprietários rurais e pela polícia. Igualmente denunciaram a conivência dos aparelhos de Estado com os proprietários, a omissão e lentidão desses órgãos na apuração dos crimes no campo e em dar respostas às demandas e às reivindicações dos trabalhadores.

Essas entidades, embora não sendo um partido político, localizavam politicamente aquele conflito e davam-lhe uma dimensão mais ampla, ou seja, tiravam os conflitos do isolamento e produziam denúncias sobre arbitrariedades e situavam-nos, conforme Leonilde Medeiros e Neide Esterici, em relação ao contexto mais geral em que se inseriam, potencializando a presença desse segmento dos trabalhadores rurais, os posseiros, no cenário político nacional.

A problemática da terra não foi só o lócus privilegiado do confronto entre posseiros e proprietários rurais, mas também entre as instituições de mediação e os aparelhos de Estado na condução dos conflitos pela posse da terra. Enquanto os mediadores apoiavam os trabalhadores rurais e defendiam a democratização das terras, sustentada nas pequenas unidades com trabalho familiar, os membros dos aparelhos de Estado defendiam o modelo de desenvolvimento para o sul do Pará assentado na grande propriedade privada da terra para a criação de gado bovino. Segundo Regina Bruno, o modelo de desenvolvimento no Brasil “casou numa única figura” o capitalista e a grande propriedade fundiária, e as relações e alianças que são estabelecidas entre o capital e a propriedade capitalista. Ainda segundo essa autora, a força política dos grandes proprietários de terra é parte dos processos que expressam a apologia da grande propriedade no País. As instituições políticas, as leis, os tribunais e o direito consubstanciam esse éthos da grande propriedade fundiária. “Hoje”, afirma Bruno, “a propriedade está mais protegida e cercada pelas leis, pela força, pelo capital territorializado e pelo Estado” (1997: 11). Para essa autora, “a integração de capitais gerou, ao nível dos dominantes interesses muito mais amplos, e assim os grandes proprietários de terra se sentem mais seguros porque não contam apenas com aliados potenciais, mas com parceiros que têm interesses em comum” (IDEM, IBIDEM).

Assim, de um modo geral, a mediação da Igreja Católica e do STR, nos conflitos pela posse da terra no sul do Pará, pode ser aqui entendida, conforme demonstrado ao longo do texto, enquanto contribuição e reafirmação de ideias, de valores e de modos de comportamentos e formas de

saberes propiciadores da construção de novas posições e identidades dos atores sociais, bem como relações que estabelecem conexões entre grupos sociais. Pode ser entendida ainda como o exercício que tiram grupos de suas dimensões particulares e locais, relacionando-os a outras instâncias e grupos, propiciando, assim, que questões localizadas adquiram amplas dimensões. Através dos grupos de mediação, a luta dos posseiros ganhou dimensão extralocal, política e histórica, possibilitando que estes despontassem na cena pública, com capacidade de se fazer ouvir, demandando acesso à terra. Em consequência, o debate da reforma agrária ganhou visibilidade no espaço público nacional e diversas áreas ocupadas em situações de conflitos foram desapropriadas e milhares de famílias foram assentadas. Áreas que estavam em conflito como as fazendas Colônia Verde Brasileira, Centro da Mata, Ingá, Lontra, Pecos, Flor da Mata, entre outras, foram transformadas em Projetos de Assentamentos (PAs), significando a redefinição do espaço agrário regional. Não deixando de considerar que existem entraves que atrapalham a permanência do trabalhador na terra (BRUNO, 2001) e que as políticas de criação de assentamentos pelo governo federal devem ser vistas de maneira crítica, podemos de certa forma afirmar que as ocupações de terras e a transformação de maioria dessas áreas ocupadas em PAs significaram, pelo menos em parte, a redefinição da posse e do uso da terra na região. Entre 1975 e 1998, os trabalhadores rurais efetuaram 265 ocupações de terras: 122 entre 1975 e 1984 (média de 13,55% ocupações por ano), 89 entre 1985 e 1990 (média de 17,8% ocupações por ano) e 54 entre 1991 e 1998 (média de 7,71% ocupações por ano). Quase todas as áreas ocupadas foram transformadas em PAs. Até a data em que este artigo foi escrito, segundo o INCRA, a região contava com 155 PAs criados, beneficiando um total de 26.209 famílias em uma área de 1.202.588,4971 hectares.

## Bibliografia

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. 1993. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Museu Nacional da UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. *Como fazer teologia da libertação*, 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRUNO, Regina Ângela Landin. *Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, UFRRJ, 1997.

\_\_\_\_\_; MEDEIROS, Leonilde Servólo. *Percentuais e causas de evasão nos assentamentos rurais*. Brasília: MDA/Incra, 2001.

CHINEM, Rivaldo. *Sentença: padres e posseiros do Araguaia*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Igreja e Problemas da Terra. In: *Reforma Agrária*, Campinas, ano X, n. 2, mar./abr., 1980, p. 4-20.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *CPT: pastoral e compromisso*. Petrópolis: Vozes, 1983.

\_\_\_\_\_. *Conflitos no campo*. Goiânia, 1985-1992.

EMMI, Marília. *A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém: CFCH/NAEA/UFGA, 1987.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia*. Petrópolis: Vozes, 1986.

\_\_\_\_\_. *Rio Maria: Canto da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GAIGER, Luiz Inácio German. A participação da Igreja católica nos conflitos sociais pela terra. In: *Agentes religiosos e camponeses sem terra no Sul do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 29-125.

HÉBETTE, Jean. A luta sindical em resposta às agressões dos grandes projetos. In: HÉBETTE, Jean (Org.). *O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, Fase, Naea, 1991, p. 199-214.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Artes da memória, fontes orais e relato histórico. *História & Perspectivas*, Uberlândia-MG, (23): 99-114, jul./dez., 2000.

\_\_\_\_\_. *A lenda Do Ouro Verde: política de colonização no Brasil contemporâneo*. Cuiabá: UNICEN, 2002.

\_\_\_\_\_. *Cidades da mineração: memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do Século XX*. Cuiabá-MT: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2006.

\_\_\_\_\_. Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas. In: LAVERDI, Robson; FROTSCHER, Méri; DUARTE, Geni Rosa; MONTYSUMA, Marcos F. Freire; MONTENEGRO, Antônio Torres.. (Orgs.). *História Oral, desigualdades e diferenças*. 1ª edição. Florianópolis-SC; Recife-PE: EdUFSC; Ed. Universitária UFPE, 2012

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2000*. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em 10 nov. 2011.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec, 1989.

\_\_\_\_\_. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. *O poder do atraso. Ensaios de sociologia da história lenta*, 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MEDEIROS, Leonilde Servólo. *História dos Movimentos Sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

\_\_\_\_\_; ESTERCI, Neide. Introdução. In: MEDEIROS, Leonilde Servólo de et al. (Org.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Edunesp, 1994, p. 11-26.

\_\_\_\_\_. MEDEIROS, Leonilde Servólo de 1994 \_\_\_\_\_. Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões. *Riad Cadernos Temáticos*, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 01-64, 1994;

\_\_\_\_\_; LEITE, Sergio Pereira. Perspectivas para a análise das relações entre assentamentos rurais e região. In: DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira; SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho (Orgs.). *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus, 1998, p. 152-176.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História Oral e Memória*. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. Ação trabalhista, repressão policial e assassinato em tempos de regime militar. *Topoi*, v. 12, n. 22, jan./jun. 2011.

NOVAES, Regina Reys. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: MEDEIROS, Leonilde Servólo de; BARBOSA, Maria Valéria; FRANCO, Mariana; ESTERCI, Neide; LEITE, Sergio (Orgs.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: EDUNESP, 1994 p. 177-183.

\_\_\_\_\_. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

\_\_\_\_\_. Crenças religiosas e convicções políticas: fronteiras e passagens. In:FRIDMAN, Luiz Carlos (Org.). *Política e Cultura: século XXI*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ALERJ, 2002, p. 63-98.

PEREIRA, Airton dos Reis. *O papel dos mediadores nos conflitos pela posse da terra na região Araguaia Paraense: o caso da Fazenda Bela Vista*. 2004. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2004.

\_\_\_\_\_; ROTHMAN, Franklin Daniel. Ocupações espontâneas, conflitos e violência pela posse da terra no Araguaia. *Cadernos do CEAS*, Salvador-BA, nº. 220, nov./dez., 2005, p.59-87.

\_\_\_\_\_. Conflitos de terra e violência no sul do Pará (1975-1990). X Encontro Nacional de História Oral. Associação Brasileira de História Oral, Recife (PE). *Anais...* Recife (PE), 2010.

POLETTO, Ivo. A terra e a vida em tempos neoliberais: uma releitura da história da CPT. In: Secretariado Nacional da CPT. *A luta pela terra: a Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois*. São Paulo: Paulus, 1997.

\_\_\_\_\_; CANUTO, Antônio. *Nas pegadas do povo da terra: 25 anos da Comissão Pastoral da Terra*. São Paulo: Loyola, 2002.

REZENDE, Antônio Paulo. Octavio Paz: história, solidão e labirintos ou a construção dos labirintos e as histórias nômade. *Tempo Tróbio*, v.1, n.1, Recife, 2006.

ROTHMAN, Franklin Daniel. *Political process and peasant opposition to large hydroelectric dams: the case of the rio Uruguai Movement in Southern Brazil, 1979 to 1992*. 1993. Tese (Doutorado em Sociologia), University of Wisconsin-Madison, 1992.

\_\_\_\_\_. A comparative study of dam-resistance campaigns and environmental policy in Brazil. *Journal of Environmental & Development*, v. 10, n. 4, dez. 2001, p. 317-334.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. *Contested frontiers in Amazonia*. Nova York: Columbia University Press, 1992.

VILANOVA, Mercedes. A história presente e a história oral. Relações, balanço e perspectivas. *Páginas de História*. Belém, Laboratório de História/UFPB, v. 11, n. 2, 1998, p. 1-15.

# História e transgressão: devires possíveis

Ana Maria de Souza.<sup>1</sup>

A pesquisa histórica é, muito frequentemente, renovada em decorrência de problemas que obrigam o historiador a se questionar sobre os procedimentos e os conceitos com os quais explica os acontecimentos. Uma das práticas relevantes da pesquisa histórica hoje, como assinala o historiador Reinhart Koselleck (2006: 97-118), é o tratamento crítico e histórico dos conceitos, dos vocabulários e das categorias utilizadas na construção da narrativa histórica. Considerar que as categorias utilizadas pela historiografia possuem uma historicidade implica perceber o momento em que os conceitos passam ser empregados como indicadores de transformações políticas e sociais de profundidade histórica. A historicidade dos conceitos orienta também o trabalho minucioso com a base documental que sustenta as pesquisas. Compreender que os documentos não estão isentos de formulações conceituais, implica não naturalizar o vocabulário e, sobretudo, exige questionar as categorias que constroem os acontecimentos indicados pelos documentos pesquisados.

Na história do mundo ocidental, a experiência política que se destaca de grande parte dos séculos XIX e XX, encontra-se fortemente marcada pelo discurso da revolução. Este conceito ganhou expressão a partir de categorias como classes sociais, sindicalismo, vanguardismo, marxismo, socialismo, comunismo. Esse universo discursivo, inspirado na ideia de revolução, exerce significativa influência nas práticas, nas análises e nas

---

<sup>1</sup> Professora Doutoranda vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História – UFPE e-mail: lalunaana@hotmail.com.

narrativas que orientam as pesquisas históricas. Contudo, no decorrer dos anos setenta do século XX, o conceito de revolução passa a ser questionado como horizonte histórico das resistências e das lutas políticas (LAZZARATO, 2006).

No que diz respeito à prática historiográfica, os anos sessenta e setenta do século XX marcam um momento de redefinição dos métodos e objetos da história. A emergência de novos problemas, novas abordagens e novos objetos no campo historiográfico promoveu o questionamento dos procedimentos de uma história totalizante (BOUTIER, JULIA: 27), e construiu um território de análise favorável à tornar mais complexa a noção de revolução.

Somando-se a isso, acontecimentos como maio de 1968 em Paris e, mais recentemente, a queda do muro de Berlim<sup>2</sup> favoreceram a expressão de novas formas de resistências e lutas políticas, configurando o que Lazzarato (2006) denomina como “movimentos pós-socialistas”. Inerente às lutas e resistências que delineiam a histórica do tempo presente, assinala-se a crescente influência que adquire a noção de transgressão para a compreensão do pensamento e da prática política contemporânea.

Este texto busca apresentar uma reflexão preliminar sobre o sentido dessa mudança no cenário político atual e indicar alguns pontos de repercussão para a historiografia. Tomando como ponto de partida a suposição de que “a revolução acabou” (DE DECCA, 1990) coloca-se a indagação: quais as implicações, para a historiografia, do declínio de uma concepção de revolução e da emergência da noção de transgressão como horizonte político contemporâneo?

Para refletir sobre essa questão privilegio a abordagem das relações de forças que habitam os acontecimentos históricos. Tal perspectiva remete diretamente, nesta abordagem, à análise das relações entre o tempo, o acontecimento e a escrita da história.

---

<sup>2</sup> Especialmente a queda do Muro de Berlim simboliza, para todos os contemporâneos, a queda do socialismo. Conforme escreve Bruno Latour, “(...) o Ocidente liberal não se contém de tanta alegria. Ele ganhou a guerra fria” (1994, p.14)

## REVOLUÇÃO E HISTÓRIA

O estatuto semântico dos conceitos que constituem os acontecimentos e os nomeiam ocupa um lugar central no entendimento das experiências e dos debates historiográficos contemporâneos (KOSELLECK, 2006). Podemos pensar na mudança de significado e do papel que envolve o conceito de revolução, que, na origem, apresentava o possível retorno dos acontecimentos. A palavra *revolução* surgiu no contexto das ciências naturais e foi originalmente um termo advindo da astronomia, utilizado para designar uma recorrência relativa ao movimento cíclico das estrelas:

Se era usado nos assuntos humanos sobre a terra, só poderia significar que as poucas formas conhecidas de governo giram entre os mortais em eterna recorrência e com a mesma força irresistível que faz com que as estrelas sigam suas trajetórias preestabelecidas no espaço (ARENDDT, 1990:34).

Nesta acepção originária da palavra revolução, as mudanças não interrompem o curso daquilo que a época moderna passou a chamar de história. Assim, perspectiva, revolução configurava um movimento circular que remetia ao movimento cíclico dos astros, onde os homens não podiam interferir no curso do tempo.

É na modernidade, mais precisamente com o iluminismo, que o conceito de revolução passa a assumir a dimensão de emancipação política. A significação política que o sentido moderno do termo revolução assume no final do século XVIII envolve fundamentalmente três aspectos: a violência, a instauração de uma nova ordem com um novo corpo político e a liberdade. Como escreve Hanna Arendt:

(...) somente onde ocorrer mudança, no sentido de um novo princípio, onde a violência for utilizada para constituir uma forma de governo completamente diferente, para dar origem à formação de um novo corpo político, onde a libertação da opressão

almeje, pelo menos, a constituição da liberdade, é que podemos falar de revolução (ARENDDT, 1994: 28).

A palavra revolução passa a ser utilizada como sinônimo de inauguração de uma nova ordem política, que orienta as práticas, as análises e as construções narrativas da história ocidental. O conceito moderno de revolução tem como pressuposto a experiência de um novo começo em que o curso de uma história inteiramente nova, até então desconhecida está para se desenrolar. Essa concepção de revolução funda uma nova percepção do tempo “histórico” que passa a ser pensado como um movimento linear, que não mais retorna ao que já era conhecido anteriormente (cíclico), mas se desenrola em direção a um futuro desconhecido. Os movimentos revolucionários dos séculos XIX e XX são inspirados pela novidade que, associada à ideia de liberdade, confere uma positividade ao termo revolução.

Após a experiência da revolução francesa, o termo revolução traduz-se num princípio regulador tanto das práticas quanto do conhecimento das pessoas envolvidas na revolução, configurando-se, na designação de Koselleck, como um “coletivo singular”. Constrói todo um vocabulário que influencia as análises, as práticas, as pesquisas e a escrita da história de grande parte dos séculos XIX e XX (KOSELLECK, 2006: 62).

## **CONDIÇÕES HISTÓRICAS DE EMERGÊNCIA DA TRANSGRESSÃO**

A influência do conceito de revolução como princípio regulador das práticas políticas, das análises e das pesquisas históricas passa a ser problematizada de forma diferente no decorrer da década de sessenta do século XX.

As condições de possibilidade que impulsionam o pensamento relativo à noção de transgressão remetem aos acontecimentos de maio de 1968 na França. Historicamente esse deslocamento de expectativa adquire maior visibilidade a partir das mobilizações que emergiram após os acontecimentos de maio de 1968 na França, que Maurizio Lazzarato (2006) designa como “movimentos pós socialistas”. Segundo este autor, “os movi-

mentos políticos, depois de maio de 1968, romperam radicalmente com a tradição socialista e comunista. Romperam radicalmente com a visão unificadora da política ocidental que funcionou no século XX como repressão, bloqueio da potência e da multiplicidade” (LAZZARATO, 2006:206).

No domínio da historiografia, as implicações dos eventos de maio de 1968 envolvem um deslocamento temático da revolução para a temática da transgressão. Outras práticas e manifestações do pensamento pouco consideradas, são trazidas para o campo de visibilidade histórico: as festas, a loucura, a doença, a sexualidade, passam a ser alojadas sob a temática da transgressão.<sup>3</sup>

As novas forças que atuam nas diferentes formas de manifestação do campo social incidem sobre a historiografia, tanto no âmbito da pesquisa como da construção narrativa. O historiador Jacques Revel assinala que a atividade historiográfica dos últimos anos (REVEL, 2009)<sup>4</sup> foi marcada por deslocamentos caracterizados pelo declínio dos grandes modelos teóricos que concebiam a sociedade como uma totalidade ou um sistema. O tema da revolução inscreve-se nesse modelo teórico universal, que passa a ser problematizado.

Importante ressaltar que a progressiva perda de força do conceito de revolução como referência explicativa do social não ocorre homogeneamente em todas as sociedades. Um sugestivo artigo do historiador Edgard De Decca, intitulado *A Revolução Acabou*, aprofunda o debate e problematiza a temática da revolução na produção historiográfica brasileira. Neste texto, o autor discute o imaginário da revolução na historiografia brasileira e aponta a década de oitenta do século XX como o momento em que a revolução perde sua força de atração. Ao mesmo tempo sugere a rebeldia como um horizonte norteador das tendências historiográficas:

---

3 Essa vertente temática, serviu de fio condutor aos estudos realizados no curso ministrado pelo professor Duval Muniz de Albuquerque Júnior. Cf. programa do Curso **A Palavra da Meia-Noite: História – Revolução e/ou Transgressão**. Recife, UFPE- Programa de Pós-Graduação em História, segundo semestre de 2011.

4 O texto “cultura, culturas: uma perspectiva historiográfica” foi escrito por Jacques Revel em 1984.

(...) a revolução passou por uma profunda revisão e as questões pertinentes ao contexto dos anos sessenta perderam sua força de atração. Daquele imaginário que empolgou setores significativos das sociedades em escala mundial, talvez os ideais da revolta e da rebelião ainda permaneçam vivos (DE DECCA, 1990: 73).

As leituras realizadas, focalizando as práticas políticas e culturais com ênfase na transgressão, autorizam a argumentação de que a concepção de poder é uma referência importante para se compreender o sentido desse deslocamento temático (revolução-transgressão) na pesquisa e na escrita da história. A noção de poder como instrumento de análise dos acontecimentos encontra-se no centro das mudanças que envolvem a passagem da dinâmica da revolução para a transgressão.

## **TRANSGRESSÃO – OS DEVIRES DAS FORÇAS**

Como assinalado acima, o universo discursivo criado pela concepção moderna de revolução influenciou significativamente as práticas e as interpretações político-sociais que orientaram as pesquisas históricas. Um aspecto comum a esse campo discursivo é a clássica ideia de que o poder é alguma coisa que o Estado possui, ou alguma coisa que alguns possuem. Na ciência política clássica, o poder é pensado como uma substância, ele é alguma coisa que se possui ou não. Dessa forma, as lutas políticas em torno da bandeira da revolução adquirem uma expressão global e unitária. Como escreve Foucault,

(...) revolução designa uma luta global e unitária de toda uma nação, de todo um povo, de toda uma classe, no sentido em que revolução designa uma luta que promete subverter de alto a baixo o poder estabelecido, anunciá-lo em seu princípio, no sentido em que revolução significaria uma luta que garante uma libertação total, e uma luta imperativa já que ela em suma, exige que todas as outras lutas lhe sejam subordinadas e permaneçam dependentes dela (FOUCAULT, 2004: 51).

No que concerne às relações de poder, os estudos realizados por Michel Foucault produzem uma ruptura com o pensamento político clássico, envolvendo importantes repercussões nas pesquisas e análises no campo das lutas políticas e sociais. Opera-se um deslocamento em relação aos princípios da revolução: os sentidos das mobilizações não têm como princípio uma reivindicação global, nem a esperança de um tempo futuro de libertação, de desaparecimento das classes e da decadência do Estado. É outro o caráter das lutas políticas contemporâneas: são descentralizadas e se inscrevem “no interior de uma história imediata, que se aceita e se reconhece como perpetuamente aberta” (FOUCAULT, 2004: 51).

Dessa maneira, o ponto que busco argumentar, mediante os estudos desse autor, é que a noção de poder, entendida como relação de forças, indica um caminho de pesquisa que leva a considerar as múltiplas possibilidades que habitam um acontecimento. Pensar o acontecimento no campo das possibilidades significa considerar que a *forma* como determinado acontecimento atualizou-se ou individualizou-se historicamente não é a única possível. Isso implica, simultaneamente, um ponto de vista sobre a concepção dos acontecimentos históricos, que permite colocar em questão noções como identidade, essência e universalidade.

Para Foucault, o poder é pensado como resultado de relações entre forças. Essa ideia de “relações de forças” na constituição do social tem como princípio a primazia das *forças* em relação às *formas*. Isto quer dizer que a configuração que assume as diferentes *formas* constitutivas de um corpo social, — por exemplo a forma estado, a forma partido político, a forma polícia, a forma discurso, a forma homem— é resultado da relação, da combinação e do conflito entre *forças*. Isso marca uma diferença no entendimento e na prática das pesquisas: nenhuma forma — na medida em que é resultado de relação entre forças que são móveis e mutáveis —, pode se constituir como uma unidade cristalizada numa identidade. Essa perspectiva de análise, aplicada à pesquisa histórica, adquire grande relevância também no tratamento com a documentação: considerar as forças que atuaram, e atuam, na produção do (da forma) documento.

Essa concepção das forças habitando os acontecimentos configura-se como um ponto de vista indispensável para se pensar o campo da transgressão. Ressalta-se a dimensão política da transgressão. Colocar o acontecimento no campo das forças significa desnaturalizar o acontecimento e, portanto, abrir a possibilidade de transgredir/ultrapassar os limites das formas estabelecidas: conceber a ideia de que as formas que configuram esse mundo, não são as únicas possíveis. No âmbito dessas reflexões pode-se pensar a inserção da temática da transgressão nas práticas e nas análises do campo social.

A afirmação de que o poder só pode ser pensado como relação de forças, pressupõe a dimensão de mobilidade das relações de poder. Nessa perspectiva, a mudança nas concepções acerca das relações de poder no campo social (revolução – transgressão) expressa as relações de forças que atuam não apenas no campo macro das lutas políticas, mas no campo micro das relações cotidianas.

### **TRANSGRESSÃO: uma atitude crítica**

A transgressão, nesse sentido, pode ser associada a uma atitude crítica que, seguindo ainda o pensamento de Michel Foucault, configura-se como uma “diferença” para se pensar a modernidade. Uma atitude crítica que incide “(...) não mais na pesquisa das estruturas formais que têm valor universal, mas como pesquisa histórica através dos acontecimentos que nos levaram a nos constituir e a nos reconhecer como sujeitos do que fazemos, pensamos, dizemos”(FOUCAULT, 2000:347-8).

Nos desdobramentos de suas análises, Foucault assinala que assumir a atitude crítica não é de um comportamento de rejeição. Nem, tampouco, de se estabelecer a polêmica<sup>5</sup>, deve-se escapar da alternativa do fora e do dentro e situar-se nas fronteiras. A crítica trata fundamentalmente da análise dos limites e da reflexão sobre eles:

---

5 Em contraponto com a problematização, Foucault considera a polêmica como “uma figura parasitária da discussão”. Para um aprofundamento sobre esses pontos, ver: FOUCAULT, 2004: 225-33.

Mas, se a questão Kantiana era saber a que limites o conhecimento deve renunciar a transpor, parece-me que, atualmente, a questão crítica deve ser revertida em uma questão positiva: no que nos é apresentado como universal, necessário, obrigatório, qual é a parte do que é singular, contingente e fruto de imposições arbitrárias. Trata-se, em suma, de transformar a crítica exercida sob a forma da limitação necessária em uma crítica prática sob a forma de ultrapassagem possível ( FOUCAULT, 2000:347).

Dessa maneira, a experiência que fazemos dos nossos limites e das possibilidades de ultrapassagem é sempre parcial: “a experiência teórica e prática que fazemos de nossos limites e de sua ultrapassagem possível é sempre limitada, determinada e, portanto, a ser recomeçada” (FOUCAULT, 2000:349). Por isso a atitude crítica — ligada ao procedimento de colocar continuamente em questão os limites de nossa forma histórica e inventar as possibilidades de sua ultrapassagem —, liga-se diretamente à experiência da transgressão.

Nessa linha de pensamento, as análises de Maurice Blanchot sugerem pensar sobre a potência problematizadora da “experiência limite” no campo da pesquisa: situar as análises em pontos específicos *para que a experiência limite* “não se dê apenas como um fenômeno estranho, a singularidade de um espírito extraordinário, mas guarde para nós seu poder de interrogação” (BLANCHOT, 2007:185). Para este autor a experiência limite envolve a prática do questionamento contínuo:

A experiência limite é a resposta que encontra o homem quando decidiu se pôr radicalmente em questão. Essa decisão que compromete todo ser exprime a impossibilidade de jamais deter-se em qualquer consolação ou em qualquer verdade que seja, nem nos interesses ou resultados da ação, nem nas certezas do saber e da crença. (BLANCHOT, 2007:185).

Essas reflexões articulam-se ao sentido da palavra transgressão que não se detém na afirmação de um limite alcançado, e cristalizado. Ao contrário, remete à afirmação do movimento contínuo de transitividade, de ultrapassamento e de ir além.<sup>6</sup> Num texto instigante intitulado “prefácio à transgressão”, Michel Foucault aponta alguns traços que indicam a dimensão efêmera que caracteriza a transgressão:

A transgressão é um gesto relativo ao limite; é aí, na tênue espessura da linha, que se manifesta o fulgor de sua passagem, mas também sua trajetória na totalidade, sua própria origem. A linha que ela cruza poderia também ser todo o seu espaço. O jogo dos limites e da transgressão parece ser regido por uma obstinação simples: a transgressão transpõe (a linha, a fronteira, o limite) e não cessa de recomençar a transpor uma linha que, atrás dela, imediatamente, se fecha de novo em um movimento de tênue memória, recuando então novamente para o horizonte do intransponível (FOUCAULT, 2001: 32).

No entanto, essa condição de efemeridade não neutraliza a potência da transgressão como instrumento de pesquisa e análise histórica. Ao contrário, é aí que reside sua força de afirmação. Nesse sentido, ressalta-se duas precauções: primeiramente, considerar que nada é negativo na transgressão e “(...) libertá-la do que é escandaloso ou subversivo, ou seja, daquilo que é animado pela potência do negativo. A transgressão não opõe nada a nada, não faz nada deslizar no jogo da ironia, não procura abalar a solidez dos fundamentos.” Em segundo lugar, “(...) seria também necessário aliviar essa palavra de tudo que pode lembrar o gesto corte, ou o estabelecimento de uma separação ou a medida de um afastamento e lhe deixar apenas o que nela pode designar o ser da diferença” (FOUCAULT, 2001: 32).

---

<sup>6</sup> **Trans** – prefixo do latim *trans*. Derivado da preposição *trans* ‘através de, para além de’. **Transgressão**: século XVI, infração, violação. Do latim *trānsgressiō-ōnis*. **Transgredir**: passar além de, violar (CUNHA, 2010).

O que está em jogo nessas observações é, de uma parte, o afastamento do pensamento da oposição e da contradição dialética e, de outra, a afirmação da simultaneidade de múltiplas possibilidades de combinações que envolvem a atualização de um acontecimento. Pensando no campo da historiografia, mais particularmente o que diz respeito à pesquisa e à composição narrativa, o problema que se coloca para o historiador é, primeiramente, romper com os dualismos dialéticos que fundamentam uma visão binária do mundo. Em segundo lugar, operar com referências conceituais que deixem entrever essa atmosfera de possibilidades decorrentes da combinação das forças que constituem os acontecimentos.

Isso implica eleger uma referência narrativa que preserve o sentido de transitoriedade que afirma o ser da transgressão. Penso que a noção de narrativa, colocada por Maurice Blanchot, entendida como um acontecimento “*sempre por vir*”, cumpre essa exigência. Blanchot não toma o acontecimento como dado ou pré-existindo à narrativa:

(...) o caráter da narrativa não é percebido quando nele se vê o relato verdadeiro de um acontecimento excepcional, que ocorreu e que alguém tenta contar. A narrativa não é o relato do acontecimento, mas o próprio acontecimento, o acesso a esse acontecimento, o lugar aonde ele é chamado para acontecer, acontecimento ainda por vir e cujo poder de atração permite que a narrativa possa esperar, também ela, realizar-se.

Essa é uma relação muito delicada, sem dúvida uma espécie de extravagância, mas é a lei secreta da narrativa. A narrativa é o movimento em direção a um ponto, não apenas desconhecido, ignorado, estranho, mas tal que parece não haver, de antemão e fora desse movimento, nenhuma espécie de realidade, e tão imperioso que é só dele que a narrativa extrai sua atração, de modo que ela não pode nem mesmo “começar” antes de o haver alcançado; e no entanto, é somente a narrativa e seu movimento imprevisível que fornecem o espaço onde o ponto se torna real, poderoso e atraente. (BLANCHOT, 2005: 8)

Interessa notar nesta concepção de narrativa uma dada percepção do mundo em movimento. Uma composição narrativa fundamentada não na descrição das formas que assumem o acontecimento, mas na combinação das forças que expressam o acontecimento.

Nesse ponto, uma analogia entre o trabalho de composição narrativa com o processo de criação artística, pode ser oportuna para os procedimentos da escrita da história. No texto intitulado “confissão criadora” o pintor Paul Klee (1879-1040) expõe suas reflexões e ideias sobre o processo criativo. Para este pintor, o ponto de vista que atravessa todo o processo criativo é a afirmação de que “A arte não reproduz o visível, mas torna visível” (KLEE, 2001:43). Para Klee, a força do processo criativo da arte não é atribuída à representação das formas finais. No processo de criação importam mais as forças formadoras do que as formas finais. Assim como na arte, no trabalho da escrita trata-se não de representar o visível, mas tornar visível, de expressar as forças constitutivas daquilo que denominamos real.

Essa configuração em termos do devir requer um deslocamento da linearidade do tempo uniforme e absoluto para um tempo da simultaneidade e da coexistência de forças. Um tempo que opera por infinitas bifurcações, rumo aos futuros inumeráveis, como no conto de Jorge Luis Borges, onde todos os possíveis coexistem formando “(...) infinitas séries de tempos, numa rede crescente e vertiginosa de tempos divergentes, convergentes e paralelos. Essa trama de tempos que se aproximam, se bifurcam, se cortam, ou que circularmente se ignoram, abrangem *todas* as possibilidades” (BORGES, 2008:92).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hanna. **Da Revolução**. Brasília: Ed. UNB, 1990.

BLANCHOT, Maurice. **A Conversa Infinita 2: a experiência limite**. São Paulo: Escuta, 2007.

BLANCHOT, Maurice. **O livro por vir**. São Paulo, Martins Fontes, 2005.

BORGES, Jorge Luís. O jardim dos caminhos que se bifurcam. In: **Ficções**. São Paulo: Companhia das Letras: 2008.

CUNHA, Antonio Geraldo da. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. 4. ed. Revista pela nova ortografia. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DECCA, Edgar de. A Revolução Acabou. In: **Revista Brasileira de História**, n. 20 (Reforma e Revolução). São Paulo: ANPUH/Marco Zero, mar/ago de 1990, p.73.

DECCA, Edgar de. **O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DELEUZE, Gilles. Sobre a morte do homem e o super-homem. In: **Foucault**. São Paulo, Brasiliense, 1988.

FOUCAULT, Michel. A Filosofia Analítica da Política. In: **Ética, sexualidade, política**. Ditos e Escritos, volume V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. O que são as luzes. In: **Ditos e Escritos**, vol. II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, Michel. “Polêmica, política e problematizações”. In: **Ditos e Escritos**, vol.V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. Prefácio à Transgressão. In: **Ditos e Escritos**, vol. III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Perspectiva, 1985.

KLEE, Paul. A confissão criadora. In: **Sobre a arte moderna e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 43.

KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e história social. In: **Futuro Passado**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC Rio, 2006.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LAZZARATO, Maurizio. Resistência e criação nos movimentos pós-socialistas. In: **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. Em que pensam os historiadores? In: **Passados Recompuestos: campos e canteiros da história**.

REVEL, Jacques. Cultura, culturas: uma perspectiva historiográfica. In: **Proposições: ensaios de história e historiografia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

# Festas juninas no Recife: silenciamentos, narrativas e interpretações na escrita de novas histórias (1920-1970)

Mario Ribeiro dos Santos<sup>1</sup>

## Primeiras Abordagens

Assim como os homens, os livros estão ligados ao seu tempo. Quando este texto for publicado, certamente estaremos em outro estágio da pesquisa e escrita da tese. Novos argumentos, releitura de fontes, interpretações reavaliadas, problemas não tratados inicialmente, vários elementos irão conspirar para uma nova escrita diferente da original. Para esse momento, apresentamos a relação inicial entre o objeto de pesquisa, a análise de algumas fontes e a sistematização das primeiras ideias traduzida na escrita das páginas que seguem.

Iniciamos o trabalho com a reflexão sobre a emergência de novos temas e modos de escrita da História que trouxeram outras estratégias de abordagens, as quais valorizam assuntos antes considerados de menor importância, a exemplo das festas populares. Debruçamo-nos na análise das celebrações juninas como um problema histórico relevante, considerando as especificidades como cada grupo social se apropria dessas práticas culturais e as representam, reorganizando-as de acordo com os seus interesses particulares. Chamamos atenção para a polissemia das festas que vigoram no Recife entre as três primeiras décadas do século XX. Essa fase constitui-se num tempo de intensos processos de mudanças da sociedade brasileira. Durante esse período, a festa de São João na cidade passa por significativas transformações, ocasionadas, entre outras questões, pela necessidade dos

---

<sup>1</sup> Professor Doutorando em História pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

moradores da capital em consumir novas formas de divertimento. Cada época cria e projeta novas formas de vivenciar a data, estabelecendo novas relações, novas incompletudes, que atribuem a cada temporalidade novos sentidos de existência. Esse debate chega até o presente, mediado pela imprensa, fotografia, música e uma bibliografia interdisciplinar, e se abre para novas possibilidades, ampliando o leque de abordagem da produção historiográfica e a redescoberta do estudo dos fenômenos festivos.

## **Introdução**

A ideia de estudar as festas juninas nasceu quando o trabalho *Trombones, tambores, repiques e ganzás: a festa das agremiações carnavalescas nas ruas do Recife (1930-1945)*, ainda estava em andamento (SANTOS, 2010). Durante as pesquisas nos periódicos, percebia que o interesse do Estado em atuar como organizador das festas carnavalescas, sobretudo, das formas de expressões populares, instituindo medidas normatizantes e punições constantes, distanciava-se da relação com as celebrações vivenciadas no Recife, no período junino, no mesmo recorte temporal pesquisado.

Na segunda metade de 2009, a Fundação de Cultura Cidade do Recife contrata os meus serviços para coordenar a pesquisa que resultou no trabalho *Nos Arraiais da Memória: as quadrilhas juninas escrevem diferentes histórias* (IDEM, IBIDEM). O objetivo da publicação estava voltado para a salvaguarda da expressão cultural quadrilha junina e do concurso desse segmento, efusivamente vivenciado na cidade nos últimos quarenta anos<sup>2</sup>. Para isso, recorreremos à documentação do Diário Oficial do Município (1970-1980) e fizemos uso da metodologia da história oral com antigos representantes das quadrilhas, organizadores de arraiais e do concurso

---

2 De acordo com a documentação pesquisada – jornais, sobretudo –, os concursos de quadrilhas juninas passam a acontecer de maneira sistemática, a partir da década de 1970, promovidos pela Prefeitura do Recife. Isso não significa dizer que não houve concurso nas décadas anteriores, até porque, nos relatos orais de antigos recifenses, os bairros afastados do centro da cidade realizavam festas juninas com arraiais montados nas ruas dos organizadores dos eventos e premiava as melhores quadrilhas juninas e outros grupos de dança que melhor se apresentassem para a vizinhança.

institucional propriamente dito, na intenção de ouvir seus ecos em busca de outras sonoridades que pudessem falar mais sobre essa expressão e as relações sociais que se teciam no seu interior<sup>3</sup>.

Aos poucos percebia que em torno da alegria barulhenta da festa produzia-se uma relação contrastante, ou seja, um silêncio intelectual a respeito do assunto. Diante dessa realidade paradoxal, questionamos por que os historiadores hesitam em tornar a festa de São João um problema de pesquisa relevante?

A historiadora Martha Abreu, num dos seus trabalhos, chama-nos atenção para a lacuna que existe no estudo das festas juninas no Brasil. Para a autora, esse tipo de história “ainda está por ser feita [...] e apesar dos esforços de muitas autoridades e de muitos intelectuais de aprisioná-las na prática e nos seus significados, elas são polissêmicas” (ABREU, 2003: 97). Esse pensamento da autora de inserção das festas na história projeta o desejo de entender o São João em toda sua complexidade, e não em busca de uma unidade ou continuidade, que condena as mudanças, que desqualifica toda e qualquer invenção, talvez por ameaçar uma pretensa tradição. Compartilho com a pesquisadora quando afirma a importância de estudar os “novos sentidos e possibilidades” que as festas ganham a cada nova temporalidade, mesmo no caso daquelas celebrações que dão a impressão de serem mais genuínas que outras, como é o caso das festas de São João. Esse conjunto de fatores desafiadores levou-me a definir as festas juninas como objeto de investigação sistemática, com o qual passo a utilizar diferentes fontes com a mesma disposição de crítica e de reflexão que se têm demonstrado sobre outros aspectos.

Partindo desse pressuposto, a intenção desse estudo é procurar construir uma narrativa que problematize as dinâmicas de mudanças nas formas de celebrar e vivenciar as festas juninas, considerando os modos particulares com os quais os diferentes grupos sociais se valem para per-

---

3 Neste estudo, empregaremos a expressão “Festas Juninas” no sentido de um conjunto de manifestações festivas associadas aos santos católicos Antônio, João e Pedro. Às vezes empregaremos o termo festas de São João, ciclo junino ou simplesmente São João, com o mesmo sentido da expressão Festas Juninas.

correr e apropriar-se dos espaços públicos da cidade nas noites de São João; quais as práticas cotidianas empreendidas pelos sujeitos, entre outras invenções, símbolos e significados, que contribuem para evidenciar microdiferenças culturais, nas quais tantos outros apenas percebem uniformização e conformismo. A ideia é encontrar caminhos que desnaturalizem a autenticidade e a pretensa origem dos signos de ruralidade presentes nas roupas, músicas, danças, entre outros elementos culturalmente associados às festas juninas. É refletir sobre as diferentes possibilidades de vivenciar essas festas, buscando compreender quando essa celebração passou a ser representada por um contexto caipira ou matuto.

Esse interesse em reconhecer e calibrar, na sua justa medida, o estudo dos diferentes contextos dessa celebração, leva-nos à comprovação de que efetivamente não existe uma única versão para a história do São João no Brasil. Outros discursos existem e são possíveis de proporcionar outros contornos, revelar novos sujeitos, novas falas e experiências possíveis de desenhar uma nova trama sobre o acontecimento em foco. Nesse sentido, é importante sairmos do nível de generalidade do tratamento dado ao tema e ir mais fundo nesses deslocamentos de sentidos dados à festa nas abordagens e pesquisas históricas.

É no intuito de ampliar o panorama de produções sobre as expressões festivas do São João que apresentamos a nossa contribuição, com o desejo de somar à pluralidade de opiniões e à multiplicidade de conceitos que colaboram para que a pesquisa dessa temática ganhe uma nova abordagem, distanciando de um único pensamento norteador da sua escrita.

## **O RECIFE E SEUS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE NAS NOITES FESTIVAS DE JUNHO (1900-1930)**

Nas páginas que seguem, buscaremos compreender a variedade dos significados que os diferentes grupos sociais emitiam nas noites de junho do Recife, nas três primeiras décadas do século XX. A intenção é apresentar ao leitor a movimentação na forma de celebrar a festa nesses trinta anos. Onde se reuniam? Como se divertiam? O que comiam e bebiam? São

questões, cujas tentativas de respostas nos levará a entender por dentro os múltiplos significados das festas, distanciando-se da ideia possuidora de sentido único.

Para melhor organizar a análise, dividimos o conteúdo em dois momentos: o primeiro diz respeito às festas de largo em homenagem a Santo Antônio e São Pedro, que aconteciam no centro da cidade. No segundo momento, direcionamos nossos olhares para as festas nos clubes, como principal espaço de sociabilidade das elites nessa época do ano.

As práticas religiosas nos chamaram atenção pelo fato de aparecer constantemente nos periódicos do mês de junho, durante as décadas de 1910 e 1920; e no período que segue (anos 1930 e 1940), surgem praticamente isoladas, em meio à programação profana dos clubes e associações, que ocupava cada vez mais o espaço da imprensa, quase diariamente. Entretanto, isso não significa que não houvesse mais solenidades nas igrejas para os santos no mês de junho. Havia sim, mas os ares cosmopolitas da cidade e os desejos de consumo das elites direcionavam seus interesses para outros espaços de sociabilidade, bem mais animados do que as sagradas salas dos templos com cheiro de velas, incensos, angélica, cravo e outras flores vindos dos andores dos santos.

Em geral, a programação dessas festas contava com missas solenes, ladainhas, novenas, te-déuns, sermões, além das esperadas ornamentações pomposas preparadas pelos irmãos da ordem, da iluminação a gás, dos fogos de artifício e das apresentações musicais das orquestras ou bandas militares no coreto armado no largo da igreja. O horário para iniciar as solenidades não se tinha ao certo. Alguns templos iniciavam suas atividades nas primeiras horas da manhã; em outros, reservava-se o final da tarde, estendia-se pela noite, encerrando aproximadamente às 21 horas.

Um dos locais mais frequentados nessa época do ano era o Arco da Ponte Sete de Setembro ou o Arco de Santo Antônio, como também era conhecido. O Arco ficava na cabeceira dessa ponte (atual Maurício de Nassau), voltado para a rua Primeiro de Março, no bairro de Santo Antônio. Na outra extremidade, ficava o Arco da Conceição, dedicado a Nossa

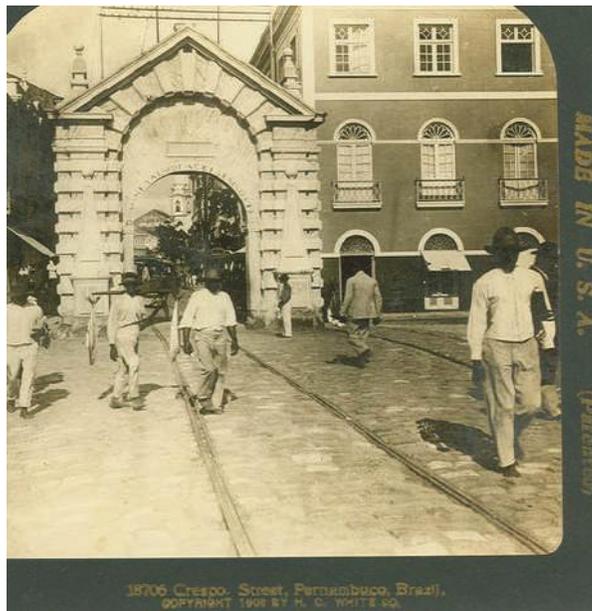
Senhora e voltado para o bairro do Recife (atual av. Marquês de Olinda)<sup>4</sup>. A partir do dia 1 de junho, quando se iniciava a trezena para o santo, até o dia 13 as expectativas da população eram intensas nesse local.

A Festa do Arco ou a Festa de Santo Antônio do Arco da Ponte do Recife, como também era chamada, tinha uma pompa tradicionalmente conhecida pela população. O nicho era artisticamente decorado; o trecho da rua compreendido entre a subida da ponte e a Praça da Independência era “galhardamente empavesado de folhagens e bandeirolas” e uma iluminação de gás, cuidadosamente preparada pelos comerciantes da rua Primeiro de Março, era distribuída pelo entorno<sup>5</sup>. Essa festa alterava a rotina do centro da cidade, principalmente nas proximidades da ponte. O comércio fechava as portas mais cedo, o bonde tinha o seu caminho desviado e o tráfego pela Ponte Sete de Setembro era interrompido a partir das 17h30, por determinação da Companhia de Ferro Carril.

---

4 Os arcos ou portais, como também são chamados, marcaram o cenário do Recife nos tempos de Colônia e Império. Eles tinham a função de proteger a cidade dos invasores, uma espécie de defesa. A expressão “fora de portas” designava a região para além das entradas do espaço fortificado. Os arcos desaparecem desse cenário em meados da década de 1910, fruto do processo devastador de modernização que se estendeu pelas principais capitais nacionais nesse período. Ver: REZENDE, Antônio Paulo. **O Recife**: histórias de uma cidade. 2. ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2005. p. 152.

5 Cf. JORNAL PEQUENO. Recife, 14 de junho de 1902 e 12 de junho de 1905.



Arco de Santo Antônio. Fonte: Acervo Museu da Cidade do Recife.

Num intervalo de nove anos (1901 a 1910), a festa da capela do Arco teve praticamente o mesmo formato: iniciava-se entre 16 e 17 horas. Os devotos que chegavam integravam-se com outros que largavam do trabalho e todos se aglomeravam para assistir às apresentações que se realizariam no coreto armado na cabeceira da ponte. Em geral, as bandas de música da Polícia Militar e do 4º Batalhão da Infantaria do Exército apareciam com frequência na programação. Por volta das 19 horas, havia uma parada nas músicas para o momento das ladainhas, voltando em seguida até às 9 horas. O encerramento das solenidades era marcado por variados fogos de artifício<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Sobre a programação da festa do Arco consultar as edições do Jornal PEQUENO e Jornal do RECIFE (1901-1910). Sobre o repertório dessas bandas, os indícios não nos possibilita conhecer; porém, os estudiosos da área, registram que nessas ocasiões era comum executar marchas, criadas especialmente para as procissões, diferentes da marcha militar e do dobrado.

A documentação não revela explicitamente, mas os indícios nos leva a inferir que a ocasião, certamente, reunia pessoas de diferentes estratificações sociais, considerando ser um evento público, num dos bairros mais populosos do centro, e acontecer no principal caminho por onde passavam os trabalhadores do porto após um dia exaustivo de trabalho. Será que todos que estavam ali eram devotos do santo? Será que o principal atrativo para a parada do público, a desaceleração dos pedestres, era o som das bandas militares e das orquestras convidadas para o evento? Ao término das solenidades proferidas pelos sacerdotes, será que todos os fiéis ficavam para a festa ou iam embora?

A presença das bandas de música na programação das festas dos santos traduz outro sentido para as solenidades católicas de junho. Constitui “um elemento de enfeite nas festas de religião, um elemento de socialização” (ANDRADE, 1975: 22-23), segundo Mário de Andrade. Elas ultrapassam o significado de ser simplesmente o “exercício público de piedade”, mas, sim, transforma-se “numa ocasião propícia aos divertimentos e à interligação entre o sagrado e o profano” (COUTO, 2010: 71). A banda permite ampliar o tempo de duração da festa e dos fiéis no largo. Ela transfigura, temporariamente, em profano, o que antes era sagrado. Ao fazer a leitura interpretativa dos signos, o devoto “toma conhecimento do sagrado porque este se manifesta, se mostra como algo absolutamente diferente do profano” (ELIADE, 2008: 17). Para Mircea Eliade, o espaço sagrado é “por consequência forte e significativo, e há outros espaços não sagrados, e por consequência sem estrutura nem consistência, em suma, amorfos” (ELIADE, 2008: 25). Essa ideia de ordem diferente, de integrar outra realidade distinta do cotidiano, no culto a Santo Antônio, pode ser identificada, entre outras ocasiões, nas novenas, nas missas e nas procissões.

---

Eram marcadas pelas pancadas cadenciadas do surdo e o retinir dos pratos. Algumas bandas utilizavam flautas, fagotes, clarinetes, bombos e trompas, num total de aproximadamente 12 integrantes, num formato acompanhado desde o século XIX. Cf. BINDER, Fernando Pereira. **Bandas Militares no Brasil: difusão e organização entre 1808-1889**. Dissertação (Mestrado em Música) – Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo, 2006. v. 1. BRUSCKY, Paulo. **Marchas de Procissão**. Recife: Sette, 1998.

As homenagens aos santos de junho na cidade não se resumiam à festa do Arco. Elas se estendiam ao interior dos templos católicos, onde as irmandades dedicavam-se para celebrar, cada uma a seu estilo, os santos da época. No convento de São Francisco, por exemplo, na Rua do Imperador, a solenidade tinha início às 9 horas e se estendia até às 17 horas. Os mais nobres nomes do clero se faziam presente no evento, que sempre terminava com a parte musical realizada pela orquestra do Círculo Católico<sup>7</sup>. Na Igreja do Divino Espírito Santo, também no bairro de Santo Antônio, missas solenes eram presididas por padres carmelitas, diáconos e sub-diáconos; girândolas em profusão iluminavam os ares; no interior do templo, ornamentação caprichosa iluminada com eletricidade, totalizando 30 mil vela; no pátio e adjacências, bandeiras e festões patrocinados pela loja “Gallo Preto” marcavam a noite de festa e ficava nas lembranças dos que ali se encontravam. Mantendo a tradição, os organizadores do evento armaram um coreto na praça, onde o som da banda militar do 2º Corpo da Polícia se fazia ouvir nas principais ruas do centro. Os comerciantes do bairro deveriam estar satisfeitos com o brilhantismo da festa que organizaram para o santo, cujo bairro tem especial devoção.

No bairro vizinho a Santo Antônio, em São José, 16 dias depois das celebrações para o santo que inicia os festejos de junho, os devotos organizavam a festa de São Pedro. No Pátio da igreja do apóstolo, as solenidades que aconteciam no dia 29 de junho alteravam a rotina do centro da cidade e provocavam mudança de comportamento. Nos Pátios de São Pedro e do Livramento, na Praça da Independência, Rua Nova, Concórdia, Carmo e das Hortas (itinerário da procissão), as pessoas se arrumavam e as ruas recebiam atenção especial das autoridades e dos comerciantes locais. Nas calçadas e esquinas, os devotos se espremiavam para ver o santo no andor conduzido nos ombros dos homens da Igreja. Braços erguidos pedindo bênçãos, momento de preces e adoração, mas também propícios para aumentar os boatos, para namorar, paquerar, mostrar as roupas, sapatos, bolsas, entre outras novidades que vinham da capital – Rio de Janeiro.

---

<sup>7</sup> JORNAL do Recife. Recife, 14 de junho de 1913.

As solenidades para São Pedro, como de costume, tinham início às 5 horas, com missas celebradas a cada hora, e contava com a presença de nomes importantes do clero secular e regular, a exemplo do Monsenhor Dr. Fernando Rangel de Melo, vindo do Rio de Janeiro, e religiosos do Seminário de Olinda, das Ordens Terceiras, confrarias e irmandades do Recife. O ponto alto da celebração, com exceção da “vistosa ornamentação a estilo romano, iluminada a eletricidade”, acontecia à tarde, por volta das 16 horas, quando se tinha a saída da procissão do Pátio de São Pedro, seguindo pelas ruas estreitas dos bairros irmãos São José e Santo Antônio<sup>8</sup>.

As ruas por onde passava a procissão se localizavam na área central do Recife – lugares que constituíam o foco das festividades públicas no período estudado. As solenidades do mês de junho, que aconteciam nesses espaços, apareciam na imprensa com mais frequência. Isso não significa dizer que nos bairros afastados do centro não existissem celebrações saojouanescas com caráter religioso. Pensar dessa forma seria reduzir a complexidade dessa festa. No entanto, as artérias centrais da cidade constituíam os espaços mais procurados para a realização dos acontecimentos, em virtude de concentrar a movimentação da vida social do Recife, os principais templos católicos, o comércio elegante, os bancos, as casas de negócios, a Faculdade de Direito, a Escola de Engenharia, as redações dos jornais, os teatros, os cinemas, entre outros espaços de sociabilidade.

Nesse trânsito da década de 1920, as celebrações religiosas organizadas pelos templos do centro da cidade não constituíam a totalidade da festa. Ela incluía a realização de outros acontecimentos (práticas), que se estendiam pelas proximidades do entorno da igreja e que, aos poucos, tornar-se-ia, o principal atrativo. Como exemplo, podemos destacar as festas realizadas pelos devotos no interior de suas residências. Cada um a seu modo, reuniam vizinhos, familiares, padres amigos, todos convidados com antecedência para o grande evento da rua.

Os preparativos para a noite do dia 12 de junho de 1923, no trecho da residência de Dona Laurentina Silva, começaram cedo na Rua Padre

---

8 DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife, 29 de junho de 1929. p. 3.

Florianópolis, número 11, bairro de São José. Às 18 horas teria que estar tudo pronto, com “uma vistosa ornamentação”, para o hasteamento da bandeira de Santo Antônio<sup>9</sup>. A promotora dos festejos havia preparado tudo com antecedência: convites às senhoritas do bairro para cantar as ladainhas, uma banda de música para animar a noite e, como não há festa sem comida, preparou um farto banquete para a ocasião<sup>10</sup>.

Acreditamos que a iniciativa de Dona Laurentina em organizar a festa para Santo Antônio tenha nascido de alguma promessa alcançada sob a intercessão do santo, por sinal, um dos mais populares da Igreja Católica e homenageado do ciclo junino. Essa expressão de devoção é fruto de uma relação contratual entre o santo e o devoto, onde se localiza a maioria das festividades religiosas católicas. Novenas, procissões, foguetório, banquetes e até mesmo bailes populares são exemplos concretos desse “acordo”, como “se ambos conseguissem cumprir suas obrigações a contento”, e a devota comemorou o fim do acordo com exuberante festa (COUTO, 2010: 71).

A popularidade dos santos celebrados nesse período aumentava a cada ano devido a grande quantidade de milagres que seus devotos lhes atribuíam: o fim do *caritô* para as moças com idades avançadas ou as jovens temendo a solidão da velhice era o motivo mais comum para homenagear Santo Antônio, que, durante os treze primeiros dias de junho, recebia das moças orações para “arranjar um marido”. Segundo Gilberto Freyre, Santo

---

9 As irmandades religiosas têm seus estandartes assim como os santos padroeiros. O levantamento da bandeira, cerimônia realizada no início de certas festas votivas, consiste em içar o estandarte da irmandade religiosa ou do santo padroeiro até a extremidade de um mastro enfeitado, entre música e salva de foguetes. O arreamento da bandeira ocorre com solenidade idêntica, assinalando o fim da festividade religiosa. Cf. CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. p. 45. Dessas festividades religiosas com seus desdobramentos profanos, foram célebres, no Recife, as bandeiras do Poço da Panela, de Santo Amaro, além das bandeiras do Carmo (Olinda) e outros arrabaldes. As bandeiras saíam das residências das juízas e eram conduzidas processionalmente até a frente do templo, levadas por moças entre cânticos. Houve no Recife do século passado bandeiras carregadas por via fluvial: lindos cortejos noturnos pelo Capibaribe afora, entre balõezinhos, fogos de bengala, foguetes e música. Cf. MORAIS FILHO, Melo. **Festas e Tradições Populares do Brasil**. Op. Cit. p. 164.

10 DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 13 de junho de 1923. p. 2.

Antônio é mais indicado para “as afeições perdidas, ou seja, os noivos, maridos ou amantes desaparecidos. Os amores frios ou mortos” (FREYRE, 2006: 326). O sociólogo chega a classificar as “funções” de São João como “afrodisíacas”, sendo o seu “culto ligado a práticas e cantigas sensuais”. Para o autor, é o santo casamenteiro por excelência. “Dai-me noivo, São João, dai-me noivo, dai-me noivo, que me quero casar” (FREYRE, 2006: 326). Até mesmo São Pedro tem suas orações relacionadas aos assuntos do coração. A ele, cabe a especialidade de “arrumar marido ou amante para as velhas e de casar as viúvas” (FREYRE, 2006: 326).

Nesse sentido, pensamos que o episódio do hasteamento da bandeira de Santo Antônio, da casa de Dona Laurentina, e as simpatias praticadas nas noites de junho surgem como um bom pretexto para reforçar a ideia do significado diverso e multifacetado das solenidades nas noites de junho. Reproduzíamos as tradições religiosas herdadas do tempo de Colônia. Uma espécie de teatralização do sagrado, com a participação dos diferentes atores, das diversas classes sociais, incluindo traços e signos festivos próprios de cada grupo, impregnando a celebração de múltiplos sentidos.

Essas múltiplas apropriações que constituem as celebrações em homenagem aos santos juninos aproximam-se da concepção de festa defendida por Guy Debord em *A Sociedade do Espetáculo*. Para o autor, “a festa não é um conjunto ordenado de imagens, mas uma relação social entre participantes mediada por imagens” (DEBORD, 1997: 14). Essa mediação formadora de metáforas, que produzem efeitos de sentidos variados entre os devotos, subverte as regras de existência de uma única maneira de interpretar e vivenciar a festa.

Partindo desse pressuposto, chamamos atenção do leitor para o modo de como as elites celebravam essas datas nas décadas de 1920 e 1930. Os espaços de diversão nesse período festivo se ampliaram e os clubes sociais se popularizaram entre as elites, passando a constituir um dos principais espaços de vivência das festas. No bairro do Recife, na av. Rio Branco, por exemplo, um dos lugares mais frequentados era o *Britshi Club*;

na rua do Imperador, bairro de Santo Antônio, o *Club Brasil* e o *Cavalheiros da Época* dividiam a preferência da clientela. Nas áreas afastadas do centro da cidade, merecia destaque o *Country Club* e o *Club Alemão*, ambos na av. Rui Barbosa, que disputavam entre si as mais pomposas decorações nas noites de festa. O *Jockey Club*, o *Internacional* e o *Português* eram os clubes mais evidenciados pela imprensa da época, atraindo políticos, jornalistas, filhos da “açucarocracia”, entre outros representantes da alta sociedade pernambucana, que ali se encontravam para conversar, ouvir música, dançar, tratar de negócios, falar e fazer política e até mesmo namorar e ensaiar (concretizar) traições conjugais. Esses novos espaços de divertimento, em geral noturnos e aos finais de semana, contrastavam com os formatos primeiros de festas de largo (pátio), organizadas pelas igrejas e fiéis para celebrar o ciclo junino<sup>11</sup>.

Esse tipo de festa em ambientes fechados, organizado para as elites, que ganhou mais espaço no Recife na segunda metade dos anos 1920, trouxe uma maneira de celebrar o nascimento do Batista inovadora e atraente para uma parcela da sociedade antenada com as novidades da Capital Nacional. Um dos propósitos era combater “velhos hábitos” considerados desviantes diante do novo parâmetro de diversão moderna, interferindo, assim, na dinâmica e na forma de celebrar o São João.

No entanto, é importante frisar que o aparecimento de novos espaços de sociabilidade não anula as outras práticas festivas já existentes. Uma coisa não encerra a outra. As mudanças aconteciam em paralelo com as permanências. Não há uma hierarquização temporal nos modos de celebrar o São João, o formato religioso da festa não é um capítulo introdutório que desapareceu com as festas nos clubes.

De acordo com as fontes pesquisadas, no decorrer de uma década, o formato de celebrar o São João nos clubes passou por mudanças significativas, desde a programação ao tipo de traje dos associados e à

---

11 Sobre a funcionalidade dos clubes sociais e a sua localização geográfica na cidade, ver CAVALCANTI, Carlos Bezerra. **O Recife e seus bairros**. Recife: Câmara Municipal do Recife, 1998.

organização do espaço. A fotografia publicada na *Revista da Cidade*, em 1929, de “um grupo que tomou parte nas festas de São João do Club Alemão”<sup>12</sup>, possibilita-nos identificar que os participantes do baile estão todos trajados a rigor – importante marcador de distinção social. Os homens (todos brancos), aproximando-se do modo de vestir dos ingleses e norte-americanos, usavam paletó (a maioria na cor branca com gravata borboleta preta) e sapatos fechados pretos e envernizados. As mulheres, elegantemente trajadas com vestidos em tons claros (das 29, apenas 4 com tons escuros), cabelos cortados *à lá garçon* e joias. A única criança que aparece na imagem também veste traje a rigor apropriado para a idade.

Grupo que tomou parte das festas de São João no Club Alemão.

Fonte: Revista da Cidade. n. 162. Ano IV. 29/06/1929

Observamos que os tipos rurais não eram associados, ainda nesse momento, ao tipo de traje das festas juninas (pelo menos os registros imagéticos não nos possibilita identificar). Fato que difere, entretanto, com a realidade da década seguinte, quando a festa revestiu-se, completamente, de um caráter caipira. A ruralização traduziu-se, principalmente, na ambientação criada para a ocasião, o tipo de traje dos participantes e as atrações artísticas. Os fogos de artifício, a fogueira, o balão e as comidas à base do milho são elementos comuns a essa celebração desde as primeiras referências no século XIX.

A programação dançante também atendia aos padrões de modernidade da época. As orquestras ficavam responsáveis pelas danças, que, em geral, começavam entre 21 e 22 horas. A Jazz do Grande Hotel, a Amadores do Recife, a Barreto Andrade, o Bando Acadêmico, a Huracab,

---

12 REVISTA DA CIDADE. Recife, n. 162, 1929. Ver também a n. 110 da mesma revista, ano 1928. Acervo Fundação Joaquim Nabuco. Esse periódico, como o próprio subtítulo anuncia, é o semanário da vida mundana do Recife. Circula em todo o norte do país e se dedica a registrar fatos sociais da semana, a exemplo de festas em ambientes fechados, novidades da moda, aniversários, casamentos, espetáculos teatrais, o “footing”, entre outras formas de entretenimento das elites recifenses. A oficina do magazine, onde se realizava a redação e os serviços de arte gráfica, ficava localizada na rua Imperador Pedro II, 207.

entre outras orquestras Jazz que se apresentavam nos clubes constituíam o surto jazzístico que se espalhou pelo país, principalmente entre os integrantes da classe média, em geral estudantes de cursos universitários antenados com as novidades culturais do eixo sul do país e as notícias norte-americanas<sup>13</sup>. Esses grupos eram formados com o intuito de negar todo e qualquer elemento que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante.

Na mentalidade das elites, saber dançar e cantar músicas no estilo norte-americano era sentir-se e perceber-se como pessoas modernas, as quais condenavam hábitos e costumes que remetessem à memória das sociedades colonial e imperial. Nesse sentido, parece contraditório que os organizadores dos bailes de São João dos clubes contratassem para a mesma festa grupos de violeiros e Jazz Band. Será mesmo uma única festa ou eram duas festas em uma? É importante destacar que, enquanto as atrações dividiam a programação da festa, o mesmo não acontecia com os espaços de apresentação. As bandas realizavam seus shows nos salões oficiais pomposamente decorados para a ocasião, enquanto os violeiros e repentistas ocupavam os arraiais armados na área externa (terreiro) do clube, conforme registra a *Folha da Manhã* de 1939. Na programação do *Clube Internacional*, por exemplo, três atrações de sucesso foram pensadas para a noite de festa, entre elas a presença de violeiros interpretando músicas “tipicamente” nordestinas: “o Bando Acadêmico, o Grupo Pernambucano

---

13 É importante frisar que a cultura do jazz nos Estados Unidos está relacionada às práticas de lazer e entretenimento das crescentes massas urbanas das classes média e baixa, desde o final do século XIX. A difusão da música negra norte-americana está relacionada à tecnologia do rádio, que em poucos anos espalhou grupos em turnês pela Europa, América do Sul e outras localidades do globo, sobretudo, nas áreas urbanas da sociedade industrial do ocidente. Não demorou, e rapidamente foi absorvido pelos intelectuais, aristocratas e artistas letrados não apenas como música exótica e não burguesa, mas principalmente como símbolo da modernidade. Sobre o assunto ver: HOBBSAWM, Eric. **Pessoas Extraordinárias: resistência, rebelião e jazz**. São Paulo: Paz e Terra, 1998. Sobre esse processo de mudança da mentalidade da sociedade brasileira com a chegada dos tempos modernos, conferir o trabalho de SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, entre outros.

e os violeiros, representados pelos repentistas sertanejos contratados para apresentar cantigas e desafios à viola”<sup>14</sup>.

Essa relação da festa com o universo do campo, pensada pelos diretores dos clubes para atrair públicos cada vez maiores, vai além da escolha das atrações artísticas. Uma arquitetura efêmera era projetada por artistas reconhecidos no estado e até mesmo no país, de modo que despertasse na sociedade a curiosidade e atraísse um número significativo de associados. A decoração reunia aspectos típicos da cultura caipira com o que havia de mais moderno na época. A fachada, o dancing e o jardim apresentavam vistosa iluminação com luzes distribuídas por todo o espaço<sup>15</sup>.

O Clube Internacional, por exemplo, preparou uma programação que reunia desde elementos da nossa “broadcasting” até “autênticos cantadores sertanejos”, apresentando “interessantes números regionais com desafios e emboladas”<sup>16</sup>. Na área externa, uma reconstituição dos “terreiros matutos” fora projetado para reunir outros símbolos regionais e algumas performances, a exemplo das “três fogueiras monumentais que seriam tomadas de assalto por um grupo armado de bacamartes”. Balões, fogos, uma fonte para adivinhações e a montagem de três cabanas: uma para Pai Joaquim, outra para Mãe Preta e outra para o Rancho Fundo também contribuíram para a ambientação regional. Dos atrativos da noite, ganhou destaque na imprensa, a performance do casal de negros velhos: Pai Joaquim e Mãe Preta. Os personagens, sedimentados no imaginário do Nordeste colonial, despertaram a curiosidade dos convidados, que estendiam as mãos para serem lidas e escutarem prognósticos relacionados à vida amorosa, trabalho, dinheiro, felicidades, saúde.

Essas festas eram esperadas com ansiedade pelas elites. Os ingressos eram vendidos e as mesas reservadas cerca de um mês antes do evento. A imprensa contribuía com a divulgação semanal, chegando a publicar

---

14 FOLHA DA MANHÃ. Recife, 20 de junho de 1939.

15 Idem. Recife, 15 de junho de 1939.

16 Idem. Recife, 18 de junho de 1939.

diariamente a programação, quando da proximidade do São João. A ideia era que os associados se organizassem para reservar os melhores lugares e providenciar o traje mais original. Essas reuniões festivas reafirmavam a condição socioeconômica dos seus associados e referendava para toda a sociedade recifense que o seu espaço dos clubes era um “ambiente de ordem”. Fazer exigências quanto ao traje, típico ou passeio, também impedia que pessoas de outros grupos sociais não desejadas pelos organizadores entrassem, participassem e se ficassem à vontade no evento, até porque o preço do ingresso era proibitivo para boa parcela da população que não tinha como pagar pelo ingresso.

A análise das fontes possibilita-nos identificar, cada vez mais, o distanciamento de uma possível interação social. No ambiente festivo dos clubes, mesmo representando elementos das expressões populares, as diferenças sociais e econômicas se repetiam, tendo em vista que o evento não era um movimento de unificação coletiva. O pobre, o negro, o trabalhador enquadravam-se no mesmo patamar de caricatura do matuto, do brejeiro, do supersticioso. O período de comemoração do São João não anulava a rígida estratificação que vigora no convívio social no resto do ano.

Diante dessas circunstâncias, que nos levaram por diferentes caminhos a analisar momentos específicos nos contextos da festa, as reflexões tecidas sinalizaram para as diferentes formas de abordagem do tema, afastando-nos da possibilidade da existência de uma única versão para a história do São João no Brasil. Por intermédio de diferentes indicadores, as mudanças na forma de celebração e vivência da festa foram evidenciadas, possibilitando-nos distanciar da ideia de um único pensamento norteador da sua escrita. Outros discursos existem e são possíveis de proporcionar outros contornos, revelar novos sujeitos, novas falas e experiências possíveis de desenhar uma nova trama sobre o acontecimento em foco.

É nesse sentido que concordamos com Michel de Certeau, quando diz que “a festa não se reduz aos registros e aos restos que ela deixa” (2012: 243). Interpretá-la é sairmos do nível de generalidade do tratamento dado ao tema e ir mais fundo nos deslocamentos dos sentidos; é exercitar o olhar

para os sinais festivos que a cerca e para o conjunto de práticas dispersas diariamente reinventadas pelos seus atores.

Nessa trama de símbolos, gestos e representações localizamos o São João; celebração, cujas práticas culturais estão em constante movimento. Essas transformações refletem as múltiplas perspectivas do comportamento individual e coletivo, que são alteradas pelas novas condições socio-culturais, pelo novo contexto/realidade.

Nas primeiras décadas do século XX, chegaram as procissões e as festas religiosas, constituindo “os acontecimentos culminantes da vida social de nossas cidades” (PEREZ, 2002: 36). Entretanto, a partir dos anos 1930-1940, sua importância decresce e outras formas de expressão, menos institucionalizadas, a exemplo dos bailes dançantes, ganham cada vez mais espaço na festa.

Essa realidade ressalta o caráter subversivo da festa – espaço ideal para os grupos expressarem as suas necessidades e desejos de mudança; “cada uma delas preenche uma função precisa num meio preciso” (CAILLOIS, 1989: 18). É importante frisar, que o crescimento da programação profana das festas juninas não decreta a morte das celebrações religiosas. De acordo com Pierre Sanchis, “por uma que desaparece, reforçam-se dez, quantas novas festas surgem um pouco por toda parte! [...] e se desaparecem algumas particularidades, criam-se outras e estabelece-se nova diversificação” (SANCHIS, 1983: 16).

Nesse sentido, estudar a festa é muito mais que descrevê-la simplesmente. A sua análise permite-nos “pensar a sociedade, sobretudo, em suas instâncias de transição, de osmose, de vaivém, de ruptura, de continuidade” (PEREZ, 2002: 52) /descontinuidade. Constitui um campo fecundo para redimensionar a discussão de um fenômeno que atravessou diferentes temporalidades e que se revigora a cada nova energia apreendida pelo social. E viva a festa!

## **Fontes:**

### **Jornais**

DIARIO DE PERNAMBUCO: jun. 1923; jun. 1929.

FOLHA DA MANHÃ: jun. 1939.

JORNAL PEQUENO: jun. 1901/1910

JORNAL DO RECIFE: jun. 1901/1913

### **Periódicos:**

REVISTA DA CIDADE. Recife, n. 110, 1928.

REVISTA DA CIDADE. Recife, n. 162, 1929.

## **Referências**

ABREU, Martha. **O Império do Divino**: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ABREU, Martha; SOIHET, Raquel. Podemos tocar funk na festa junina? Uma oportunidade para se discutir identidade, tradição e cultura popular na escola. In: ABREU, Martha; SOIHET, Raquel (org). **Ensino de História**: conceitos, temáticas e metodologias. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

ALMEIDA, Magdalena. **Quadrilhas juninas**: história e atualidades. Um movimento que não é só imagem. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2000.

ANDRADE, Mário. **Aspectos da Música Brasileira**. 2. ed. São Paulo: Livraria Martins, 1975.

ALVES, Elder Patrick Maia. **A economia simbólica da cultura popular sertanejo-**

**nordestina.** Maceió: EDUFAL, 2011.

ARAÚJO, Alceu Maynard. **Cultura Popular Brasileira.** 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

BINDER, Fernando Pereira. **Bandas Militares no Brasil:** difusão e organização entre 1808-1889. Dissertação (Mestrado em Música) – Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo, 2006. v. 1.

BRUSCKY, Paulo. **Marchas de Procissão.** Recife: Sette, 1998.

CARNEIRO, Edison. **Folgedos Tradicionais.** Rio de Janeiro: Conquista, 1974.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro.** 10. ed. São Paulo: Global, 2001.

CAVALCANTI, Carlos Bezerra. **O Recife e seus bairros.** Recife: Câmara Municipal do Recife, 1998.

COUTO, Edilece Souza. **Tempo de festas:** homenagens a Santa Bárbara, Nossa Senhora da Conceição e Sant'Ana em Salvador (1860-1940). Salvador: EDUFBA, 2010.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo.** Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEL PRIORE, Mary. **Festas e utopias no Brasil Colonial.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano:** a essência das religiões. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

HOBSBAWM, Eric. **Pessoas Extraordinárias**: resistência, rebelião e jazz. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

JANCSÓ, István; KANTOR, Íris. (Org.). **Festa**: cultura e sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: Hucitec; Edusc; FAPESP; Imprensa Oficial, 2001.

LUCENA FILHO, Severino Alves de. **A Festa Junina em Campina Grande-PB**: uma estratégia de *folkmarketing*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

MORAIS FILHO, Melo. **Festas e Tradições Populares do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1946.

MORIGI, Valdir José. **Imagens Recortadas, Tradições Reinventadas**: as narrativas da festa junina em Campina Grande – Paraíba. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ORTIZ, Renato. **Cultura Popular**: românticos e folcloristas. São Paulo: Olho D'Água, 1992.

PASSOS, Mauro (Org.). **A Festa na Vida**: significado e imagens. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

REZENDE, Antônio Paulo. **O Recife**: histórias de uma cidade. 2. ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2005.

SANCHIS, Pierre. **Arraial**: festa de um povo. As Romarias Portuguesas. Lisboa: Dom Quixote, 1983.

SANTOS, Mário Ribeiro dos (Org.). **Quadrilhas Juninas**: continuidades e (des) continuidades nos caminhos da festa. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2008.

\_\_\_\_\_. **Trombones, Tambores, Repiques e Ganzás**: a festa das agremiações carnavalescas nas ruas do Recife (1930-1945). Recife: SESC, 2010.

\_\_\_\_\_. **Nos Arraiais da Memória**: as quadrilhas juninas escrevem diferentes histórias. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2010.

SERRA, Ordep. A festa de largo e seus horizontes: uma breve reflexão. **Revista Eparrei, Bárbara**: Fé e festas de largo em São Salvador. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2005. Série Encontros e Estudos.

\_\_\_\_\_. **Rumores de Festa**: o sagrado e o profano a Bahia. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2009.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e Missão**: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964). Rio de Janeiro: FUNARTE; Fundação Getúlio Vargas, 1997.

“... Você diz que dá no nêgo, no nêgo você não dá...”  
As táticas dos capoeiristas para afirmação do jogo da capoeira em recife construídas a partir da década de 1980.

Izabel Cristina de Araújo Cordeiro<sup>1</sup>

## PREÂMBULO

Em estudos anteriores sobre a capoeira do Recife, identifiquei nos documentos pesquisados e na observação participante dessa prática, que sua historiografia pode ser compreendida em três momentos significativos, que apesar de dialogarem entre si, mantêm muitas singularidades. O primeiro momento estaria relacionado ao final do século XIX, em sua última década; nele os capoeiras aparecem ligados a “capoeiragem”, como era conhecida em todo o Brasil, a prática de destreza corporal dos capoeiras. Apelidados de brabos e valentões, assemelhavam-se aos outros capoeiras do Brasil e se faziam presentes nos festejos populares, oportunidades em que expressavam corporalmente seus anseios e inquietudes e influenciavam as práticas do lugar .

O segundo momento está relacionado à década de 1910 e 1920, nas quais a prática dos capoeiras (a capoeiragem), criminalizada pelo Código Penal de 1890, sofre perseguições policiais e aparece associada à construção da expressão coreográfica do frevo: o passo. O terceiro momento, identificado a partir de meados da década de 1960, relaciona à prática dos capoeiras a outra expressão: a roda de capoeira. Essa relação vai se construindo com a presença de alguns mestres e as organizações dos grupos de capoeira na cidade, que se afirmam a partir da década de 1980. É sobre este terceiro momento que tenho dedicado minhas últimas pesquisas.

---

<sup>1</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação da UFPE. Professora Assistente da ESEF-UPE. A temática deste texto faz parte da pesquisa de tese que venho desenvolvendo neste programa.

## AS TRILHAS ABERTAS A PARTIR DOS RELICÁRIOS

Na experiência preliminar com os procedimentos metodológicos que compõe o ofício do historiador, saí em busca de indícios que pudessem me ajudar a compor uma narrativa sobre as histórias vividas pelos capoeiristas, na construção e consolidação do jogo da capoeira em Recife, na década de 1980. Manuseando documentos presentes nos acervos pessoais de alguns capoeiristas<sup>2</sup>, verdadeiros “relicários”, guardados com carinho, ora pelos próprios capoeiristas, ora por seus familiares e alunos, identifiquei alguns rastros que me abriram trilhas por onde seguir para compor uma possível historiografia da capoeira do Recife, nesse período.

Nos documentos observei especificidades interessantes de serem destacadas e investigadas. Uma delas, que será abordada neste texto, é que na maioria das reportagens arquivadas pelos capoeiristas, que foram veiculadas no Diário de Pernambuco na década de 1980, a capoeira esteve hegemonicamente associada a uma prática esportiva. Sendo referendada como uma luta e se apresentando como uma prática de performance atlética.

O esporte moderno, segundo os estudos de Bracht (1997), é uma das práticas sociais de maior unanimidade quanto a sua legitimidade social, porque ele entra em sintonia com princípios orientadores das sociedades capitalistas. As práticas corporais de movimento para se legitimarem nestas sociedades frente às instituições oficiais, tendem a se esportivizar. Para González:

São diversos os fatores que concorrem para que os agentes de uma prática corporal procurem sua esportivização, que vão desde supostas virtudes que uma prática informal ganha ao se converter em esporte (sistematização, organização, regulamen-

---

2 Foram participantes desse estudo cedendo seus relatos de memória e disponibilizando seu acervo pessoal para pesquisa, os capoeiristas: João Ferreira Mulatinho (Mestre Mulatinho), Ricardo Dias de Sousa Pires (Mestre Mago), Maria Daniela Carneiro Gouveia de Melo (Contramestra Dani) e Carlos Antonio Verçosa Sant’Anna (Formado Mão). Também foi usado o depoimento de Raimundo Cesar Alves de Almeida (Mestre Itapoan), colhido em outro estudo.

tação) e que permita seu reconhecimento como uma prática valiosa, até os interesses pela mercantilização e profissionalização de seus agentes. Esse processo de esportivização da cultura corporal de movimento tem produzido posicionamentos e disputas pela não esportivização dentro de diversas manifestações (a capoeira, por exemplo) e os movimentos que tem tentado revitalizar jogos e práticas motoras lúdicas populares com seu 'sentido original (GONZÁLEZ, 2005:172).

Apesar dessas perspectivas contundentes a respeito dos sentidos do esporte, ele tem se mostrado como um espaço ambíguo para construção de outras possibilidades para a vivência das práticas culturais, principalmente aquelas que ainda resguardam princípios diversos nas suas formas de expressão.

Dialogando com Michael de Certeau (1995), em sua obra *A Invenção do Cotidiano*, podemos afirmar que o esporte pode ser considerado uma estratégia política de organizar as práticas corporais de movimento. Sobretudo, porque esportivizadas essas práticas ganhariam espaços sociais ainda não ocupados. Contudo é interessante ressaltar, que essas estratégias que tomam dimensões largas na vida cotidiana, mexendo com nossas formas de olhar e sentir o mundo, não deixam de ser confrontadas pela criatividade e inventividade dos sujeitos que a vivem.

No cotidiano dos capoeiristas do Recife, que participaram de competições esportivas dentro e fora do estado, vislumbramos, através de seus relatos de memória, que várias táticas se construíram e acabaram por ressignificar os princípios do esporte na cidade. Esse trabalho tem como objetivo central encontrar fios que compõe a grande teia de relações construídas pelos capoeiristas na consolidação do jogo da capoeira em Recife, na década de 1980.

## SEGUINDO OS RASTROS

Para Ricoeur (1994) os rastros são marcas da existência de um passado. Através deles é que orientamos nossa investigação para compor uma narrativa da temática estudada.

No dia 23 de setembro de 1982, numa matéria divulgada no Diário de Pernambuco, na página de capa da sessão Viver, intitulada *CAPOEIRA: DOS QUILOMBOS PARA OS SALÕES, CAMINHOS DE UMA ARTE* encontramos alguns desses rastros que podem nos conduzir a considerações preliminares sobre a capoeira do Recife, na década de 1980. Nas palavras da jornalista Fernanda D'Oliveira as indicações aparecem.

Criado em agosto de 1979, quando João Ferreira Mulatinho voltou a morar no Recife, o grupo Malei (irradiação que brota do mato, em nagô), surgiu para incentivar a capoeira, essa dança esporte marcial. Mulatinho trouxe de Brasília o sistema de organização, graduação, indumentária, enfim todo ritual que deve ser praticado nessa luta, que no Recife já existia, mas que era praticada de uma forma intuitiva. Antes da criação do grupo Malei e de outros, na Capital, os capoeiristas não passavam do número de vinte. Hoje, são mais de três mil.

As palavras que fazem a chamada da reportagem já anunciavam mudanças que se instalavam na prática da capoeira na cidade. As formas de organização induziam para uma relação da capoeira com as outras lutas esportivas, absorvendo muitos dos códigos culturais destas expressões: suas formas de organização institucional, indumentária, graduação, etc.

Este ideário construído desde o início do século XX, com as tentativas de tornar a prática da capoeira regularizada e homogeneizada, encontrou um momento significativo em 1972, quando a capoeira foi reconhecida como esporte nacional pelo CND (Conselho Nacional de Desportos) e por falta de uma confederação específica é vinculada a Confederação Brasileira de Pugilismo, criando-se para tal um departamento de capoeira em cada federação de pugilismo dos estados. Pra muitos estudiosos essa foi uma estratégia de cooptação da capoeira, prática multifacetada e de difícil homogeneização (VIEIRA, 1989).

Em Pernambuco encontramos desdobramentos dessa política nos registros do Diário de Pernambuco, que trazem o Departamento de Capoeira da Federação Pernambucana de Pugilismo, fazendo chamadas para os campeonatos de capoeira estaduais, regionais e nacionais. Essa nos parece que se apresentou como uma alternativa para afirmação do jogo da capoeira na cidade. Isso porque foi através das ações oriundas e relacionadas à participação em campeonatos de capoeira que os capoeiristas de várias localidades começaram a se conhecer e se relacionar.

Essas competições serviram para aglutinar os capoeiristas nas primeiras décadas dos anos oitenta, conseguindo unir para o propósito esportivo, diferentes escolas e perspectivas com a Capoeira. João Ferreira Mulatinho (Mestre Mulatinho), conta em entrevista cedida para este estudo, que os capoeiristas vinham principalmente das cidades de: Olinda, Recife e Jaboatão e se encontravam para treinar geralmente na Associação dos Ex-Alunos do Colégio Marista (Rua Gervásio Pires), no SESC de Santo Amaro ou mesmo no Geraldão (Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães). Além de terem na garagem da sua casa em Boa Viagem (Rua Maria Carolina, 185), um ponto de apoio; local onde até o mês de abril deste ano funcionou o Albergue Maracatus do Recife e a Federação Pernambucana de Capoeira.

Mestre Mulatinho se tornou uma figura de destaque nesse momento histórico de consolidação do jogo da capoeira em Recife, pois a frente do Departamento de Capoeira da Federação Pernambucana de Pugilismo colaborou para aglutinar os capoeiristas nos eventos que organizava desde 1979. Esses eventos apesar de relacionados aos esportes tratavam também de temas gerais de interesse dos capoeiristas e da capoeira, como, por exemplo, as ligações da capoeira com outras expressões da cultura pernambucana.

Os capoeiristas que participavam das competições se encontravam para treinar e faziam uma preparação corporal, com corridas, exercícios de flexibilidade e força, além de treinar bastante os golpes próprios da capoeira, do tipo traumatizantes (que visam à aplicação de pancadas) e desequilibrantes (que visam retirar o equilíbrio do parceiro de jogo). Eram também momentos para se tocar os instrumentos da capoeira, cantar e tro-

car experiências de luta. Nesses espaços muitas histórias de capoeira foram contadas e recontadas, firmando os sujeitos em seus “pedaços”, territórios de atuação.

Incorporando os aspectos fundamentais da prática esportiva, a capoeira em Recife mereceu destaque nos jornais pela performance dos seus atletas, principalmente nos campeonatos nacionais. O Diário de Pernambuco de 10 de julho de 1983, na sessão de esportes, registrou a participação dos atletas pernambucanos no Campeonato Brasileiro de Capoeira, organizado pela Confederação Brasileira de Pugilismo. Nessa competição Mario Szpak Furtado (Birilo), conquistou o segundo lugar na competição e José Olympio Ferreira da Silva (Corisco), consagrou-se campeão, recebendo a premiação de destaque técnico da mesma.

Nesse íterim os capoeiristas começaram a se reunir também para fazer rodas de divulgação da capoeira. Mestre Mulatinho contou que nos anos de 1981 e 1982, fazia rodas itinerantes as sextas feiras, no final da tarde e início da noite, em vários locais do centro do Recife. Saíam fazendo as rodas em locais de grande aglomeração de pessoas, aproveitando para entregar panfletos que divulgava onde poderia se encontrar aulas de capoeira.

Interessante ressaltar que, segundo o Mestre Mulatinho, os panfletos nesse período divulgavam em conjunto as aulas de capoeira, não havia ainda a perspectiva de identidades de grupos. Essa realidade vai se tornar mais concreta somente a partir da segunda metade da década de 1980. Nesse momento se divulgavam a capoeira, os mestres e os capoeiristas, realçando a perspectiva da capoeira como prática esportiva. O que muitas vezes tinha um apelo nacionalista, pois se falava da capoeira como um esporte genuinamente brasileiro.

Como desdobramento dessas rodas itinerantes surgiu à roda de rua que se tornou uma referência da capoeira do Recife: a da Praça do Diário. Esta roda era formada por capoeiristas de vários lugares e durava quase todo o dia do sábado. Muitos deles não se conheciam. Como é comum até hoje na capoeira, alguns deles ganhavam apelidos para serem identificados no grupo, que surgia do seu próprio nome, do lugar onde moravam, do jei-

to de jogar, cantar, ou mesmo como se faziam presentes no espaço. Exemplos desses apelidos são: Marco Surpresa, Ti jé re ré, Bico Roxo, Falcon, Geo, Paulo Xampu, Teté, entre tantos outros.

As rodas tinham momentos chaves, em que além dos jogos, parava-se para falar da história da capoeira, apresentavam-se seus principais golpes, os tipos de usos que se podia fazer destes e também um pouco dos toques de berimbau, apesar da musicalidade não ser tão enfatizada nesse momento. Tudo era apresentado com um pouco de teatralidade para chamar atenção do público para os aspectos inerentes a essa prática.

A roda da Praça do Diário se assemelhava a uma espécie de aula informal para os transeuntes que passavam por aquela região aos sábados, indo fazer compras ou se divertir no mercado São José, nas famosas, Rua Nova e Rua da Palma e seus arredores. Ao final de cada apresentação se passava o pandeiro para arrecadar dinheiro, que era dividido entre os participantes e servia para pagar a passagem e o lanche dos capoeiristas. Essa ainda é uma prática bastante conhecida dos artistas populares, que fazem das ruas o palco de suas exhibições.

O Mestre Mulatinho nos conta que no Carnaval de 1981, os capoeiristas participantes da roda do Diário foram convidados para desfilarem na ala de um Clube Carnavalesco, que ele não recordou o nome<sup>7</sup>. Eles desfilaram no final do clube e que segundo o mestre, foi o que decidiu o campeonato daquele ano para o clube. Um dos críticos que julgava a competição, Rubem Rocha Filho (hoje já falecido), verbalizou para o mesmo que viu no final do clube uma ala inovadora com homens aguerridos que exaltavam em seus corpos a força da nossa terra.

A roda do Diário aos poucos foi se tornando um espaço de referência para a capoeira em Pernambuco. Hoje muitos grupos de capoeira da cidade, seguem em suas apresentações públicas, uma sistemática que se assemelha aquela usada na roda do Diário, com apresentação dos golpes, da história, etc. Um capoeirista de nome João (Prof. Pernã), revivendo a memória dessa roda, apresentou uma cantiga no Campeonato Pernambu-

cano de Capoeira<sup>3</sup> de 2010, que retrata um sentimento coletivo que se tem para com a roda da Pracinha do Diário:

Atabaque e pandeiro  
Berimbau, caxixi, cabaça  
Vamos embora pra ver  
Hoje tem capoeira na praça.

Personagens de outrora  
Pulando em cima da hora  
Vingativa, negaça,  
Aú, negativa, rolê.  
Vamos embora pra ver  
Hoje tem capoeira na praça.

Outra cantiga de autoria de Ricardo Dias de Sousa Pires (Mestre Mago) também participante do campeonato mencionado acima homenageia e rememora a roda do Diário, que foi a primeira roda de capoeira que ele presenciou.

Embola, embola o emboladô                      REFRAÃO  
Na Pracinha do Diário onde tudo começou.

Dia de sábado levado por Geo  
Conheci a capoeira e o Negão Teté  
Jogava Sapo, Todo-Duro e Barrão  
Russo, Casco, Bico-Roxo  
Paulo Xampu e Chorão  
REFRAÃO  
Ano de 80 Seu Mulato quem criou

---

3 O Campeonato Pernambucano de Capoeira organizado pela Federação Pernambucana de Capoeira divide as disputas por modalidades, durante os meses do ano. Sendo elas: melhor jogador, melhor tocador de berimbau, melhor cantiga inédita, melhor trabalho escrito (com temática divulgada antecipadamente), melhor dupla e melhor apresentação solo.

Na Pracinha do Diário  
Uma roda de valor  
Pra divulgar a arte da Capoeira  
Lá no centro do Recife  
A Veneza brasileira  
REFRÃO  
Jogo bonito, jogo de apresentação,  
Também rolava porrada, jogo a vera meu irmão  
Desafios, lorotas de capoeira  
Na Pracinha do Diário nossa arte verdadeira

REFRÃO  
Misturada ao comércio, vendedores ambulantes,  
Ao homem que come vidro,  
Emboladores e feirantes.  
Do peixe-elétrico que tudo pode curar,  
A capoeira minha gente procurava o seu lugar.  
Tanta saudade desse tempo que passou,  
Lá na Praça do Diário onde tudo começou.  
Refrão.

Viva na memória de seus participantes, a Roda do Diário serviu para divulgar a capoeira e os capoeiristas no Recife, tornando-os famosos pelas suas possibilidades como lutadores e artistas. A partir dela muitos capoeiristas foram convidados para dar aulas de capoeira nas academias de ginástica que começavam a se fazer presente na cidade. Outros tantos, mesmo não participando da Roda do Diário, foram beneficiados com a divulgação da capoeira advinda desse espaço, sendo convidados a participar de grupos artísticos.

Um capoeirista que participou ativamente da roda da Praça do Diário e se tornou famoso em outra luta, o Boxe, foi Luciano Torres (Todo Duro). Ele se destacou em várias competições estaduais e nacionais na década de

1980 e 1990, e afirmou em entrevistas cedidas nas redes de TV, da contribuição do treinamento da capoeira como facilitador de sua técnica. Nessa época era comum aos capoeiristas também experimentarem outras lutas em seus treinamentos, mas nem sempre eles se profissionalizavam nelas.

As possibilidades de trabalho e lazer que se apresentaram aos capoeiristas nesse período desafiavam o que se reservava as pessoas pobres e de pouca escolaridade na cidade. Muitos começaram a aliar suas profissões de baixa remuneração e de pouco status social, pedreiro, jardineiro, vigia, entre outras, com a de artistas e professores de capoeira. As zonas norte e sul da cidade do Recife, mapeadas e definidas pelo poder econômico, começavam a dialogar estabelecendo novos espaços de convivência e produção cultural.

Outro aspecto que se destaca nas entrevistas e nas reportagens encontradas, é que a roda de capoeira do Diário, assim como muitas outras desse período, a da Feirinha de Boa Viagem, do Alto de Fátima em Casa Amarela, a da Sé de Olinda ou mesmo a da Sereia em Piedade, eram essencialmente masculinas. As mulheres capoeiristas que muitas vezes namoravam os capoeiristas participantes, quando muito, apenas assistiam aquelas exibições de virilidade.

A perspectiva situada nas rodas de rua era ligada somente ao uso da capoeira como uma luta e essa, ainda nesse período, estava apartada de uma participação efetiva das mulheres, principalmente em exibições públicas. O preconceito para com as mulheres praticantes de lutas na década de 1980, ainda era muito grande, afirma Isa Mulatinho (Mestra Ouberém Obá), no Dossiê do Inventário da Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil (BARBOSA, 2009)

Essa ênfase esportiva para as práticas corporais nas sociedades capitalistas, estabelecendo códigos disciplinares para os corpos, espaços e tempos, vai dialogar com aspectos da capoeira e criar um ambiente esportivo singular em Recife. Apesar de existirem regulamentos que passaram a fazer parte das competições estaduais, seguindo os moldes das competições nacionais, aqui eles nunca foram seguidos à risca, sempre foram recriados e adaptados ao seu público.

Segundo o Mestre Mulatinho nenhum capoeirista deixou de participar dos campeonatos de capoeira organizados pelo Departamento de Capoeira da Federação de Pugilismo, por não estarem vestidos segundo o regulamento, por não possuírem a taxa de inscrição ou por chegarem mais tarde do que o horário estabelecido. Reconhecia-se a dificuldade dos capoeiristas de se deslocarem para os lugares da competição e valorizava a sua presença no evento, o que dificilmente aconteceria numa competição oficial de qualquer esporte.

#### OUTROS RASTROS - O CASO DOS JOGOS ESCOLARES PERNAMBUCANOS E BRASILEIROS

A partir de meados da década de oitenta, outro tipo de competição traz a capoeira, novamente com destaque, para as folhas esportivas do Diário de Pernambuco. São as competições dos JEP'S e JEB'S (Jogos Escolares Pernambucanos e Jogos Escolares Brasileiros, respectivamente).

Os Jogos Escolares criados em 1966, em plena ditadura civil militar no Brasil, são competições que envolvem modalidades esportivas ligadas às escolas formais de ensino. Possuem modalidades que se dividem em esportes coletivos e individuais. Seus objetivos foram ao longo de sua existência sendo ressignificados pelas discussões sobre sua influência maior do esporte de alto rendimento e a busca de talentos esportivos para defender os estados e o país em competições oficiais. A sobrepunjança esportiva do Brasil frente a outros países nascia a partir dessa competição escolar. (Bracht, 1988)

A década de 1980 foi decisiva para a capoeira, com o crescimento visível dos seus praticantes dentro e fora do Brasil. Esse crescimento contribuiu para a capoeira participar como modalidade esportiva dos JEB'S. Em 1985, em São Paulo, ela entra como modalidade competitiva através de um regulamento adaptado daquele dos campeonatos nacionais, organizados pela Confederação Brasileira de Pugilismo. Esses campeonatos foram organizados com critérios e regras de competição semelhantes às outras lutas. Por isso neles se estabeleciam somente pontuação para os gestos técnicos (golpes), ficando desprivilegiados nesse contexto os outros aspectos da capoeira: rituais, musicalidade, histórias, etc. (Barbieri, 1995)

Em meados da década de 1980 muitas discussões e críticas sobre as dimensões sociais dos esportes estabeleceram-se no Brasil, principalmente protagonizada pelos professores de Educação Física, que começavam a tomar contato com estudos nas áreas das ciências humanas e sociais (CASTELANNI FILHO, 1988).

Essa formação advinda das ciências sociais e humanas promoveu na área de Educação Física, até então fundamentada nos conhecimentos das ciências da saúde, espaços para discutir os sentidos do esporte no Brasil. Vários eventos aconteceram a partir dessas discussões. Muitos desaguararam nas mudanças curriculares dos cursos de formação em Educação Física das IES (Instituições de Ensino Superior) e numa participação política mais efetiva de seus sujeitos, frente às políticas públicas de esporte e lazer no Brasil.

Como se percebe dois blocos de tendências distintos e antagônicos, se configuraram. Um, composto pela Biologização e pela Psico-pedagogização da Educação Física; outro, por uma proposta transformadora de sua prática. Análises de conjuntura demonstram-nos que a tendência que trabalha a concepção transformadora da prática da Educação Física, vem conquistando e ocupando espaços cada vez maiores na busca do estabelecimento de uma correlação de forças que permita desestabilizar o quadro hegemônico mantido pelas outras tendências. (CASTELANNI FILHO, 1988:221)

No dia 08 de novembro em 1985, em Brasília, segundo Mestre Tabosa (MORAES, 2009), realizou-se uma reunião de especialistas para avaliar as políticas para a capoeira que unissem as ideias tanto dos capoeiristas, como dos pesquisadores. Como desdobramento dessa reunião surge um novo regulamento competitivo para os campeonatos de capoeira nos jogos escolares, diferente daqueles propostos até então que avaliavam o capoeirista apenas na aplicação e eficiência dos golpes (gestos técnicos). Era

um regulamento baseado na roda de capoeira. Foi com esse regulamento que a capoeira passou a ser avaliada na competição dos JEB'S, em 1986, que aconteceu em Vitória do Espírito Santo.

Segundo Ricardo Dias de Sousa Pires (Mestre Mago), que participou de todos os JEP'S e a partir de 1987, de todas as edições em que a capoeira se fez presente nos JEB'S, inicialmente como atleta, depois como auxiliar técnico, técnico e secretário desses jogos, a competição em 1986, experimentou o regulamento novo, com a disputa de duplas masculinas divididas por categorias de peso. Só em 1987, com a avaliação positiva da competição no ano anterior, foram incluídas as modalidades de melhor jogador, cantiga inédita, toques de berimbau, seminário e demonstração por equipe, desta vez com a participação feminina.

O JEB'S marcou um novo momento para a capoeira como prática esportiva. De 1985 a 1990 e depois em 1994, a capoeira apresentou-se como modalidade esportiva dessa competição. Uma modalidade que segundo seus participantes estava em constante modificação, porque a cada ano eram acrescentadas ou mesmo suprimidas regras que não colaboravam para a capoeira se apresentar em sua totalidade. Isso é possível de se visualizar nos regulamentos que a cada ano eram submetidos aos Congressos Técnicos que antecediam as competições.

Os JEP'S serviam como preparação e seleção para a competição nacional e era organizado pelo Departamento de Educação Física e Desportos da Secretaria de Educação do estado. Os alunos interessados em competir deveriam fazê-lo através de suas escolas. Essa burocracia nos primeiros anos dificultava a participação mais abrangente dos capoeiristas. Entretanto o sucesso de Pernambuco na competição nacional, veiculada nos jornais da cidade, trazem uma maior participação dos estudantes capoeiristas a partir de 1988.

Aos poucos o campeonato estadual, que acontecia em escolas, tornou-se local de reunião de diferentes grupos de capoeira da cidade. Por isso, além de selecionar a equipe que defenderia Pernambuco na competição nacional, ficou marcada por ser um espaço de afirmação de identidades, divulgação de eventos e de consolidação do jogo da capoeira.

Nos documentos visitados e nos depoimentos dos entrevistados observamos que as modificações das regras dos JEB'S em relação à capoeira, não aconteciam para deixá-la com mais competitividade, como acontece com outras modalidades esportivas que mudam as regras em função do tempo na mídia ou para definir melhor o ranque. Essas modificações seguiam outros caminhos. Algumas dessas regras apesar de dialogar com a perspectiva esportiva da competição, ressignificava muitas vezes os princípios do esporte de alto rendimento, com sua determinação temporal rígida, segregação por sexo, idade ou peso e a perspectiva de apresentar um bom espetáculo para o público assistir.

As modificações que surgiam em geral nos Congressos Técnicos realizados antes de cada competição, nos quais os mestres mais antigos da arte, convidados para serem os jurados da competição opinavam sobre os procedimentos da mesma, deslocando a perspectiva de confrontos mais diretos entre os atletas para uma idéia de se fazer apenas um bom jogo na roda. Assim os atletas que entravam na roda tinham em mente a idéia de construir um jogo, estabelecer uma parceria: jogar com e não contra. Raimundo Cesar Alves de Almeida (Mestre Itapoan), comenta que o julgamento dos árbitros/mestres era o diferencial da competição e acontecia:

... na análise, até da personalidade e educação esportivo capoeirística de cada um. A roda, o teatro da Capoeira, sendo visto através dos olhos dos Mestres que recebiam o reflexo vindo dos atletas/discípulos mantendo a troca necessária, às vezes sutil, que faz com que um e outro desempenhe suas funções sem serem notados como figuras pré-determinadas e alienadas de sua própria cultura (ALMEIDA, 2005:105).

Maria Daniela Carneiro Gouveia de Melo (Contramestra Dani), atleta pernambucana do JEP'S e JEB'S de 1987 a 1990, conta-nos em entrevista cedida para esse estudo, que muitas vezes os técnicos e atletas de outras modalidades esportivas, não entendiam porque as garotas e garotos da capoeira treinavam juntos, assistindo e participando na construção uns

da competição dos outros. Isso porque quando os atletas não estavam competindo, ajudavam cantando e tocando os instrumentos na roda para os outros que competiam naquele momento.

O livro *Capoeira nos JEB'S* organizado por Barbieri (1995) retrata histórias da participação da capoeira nessa competição. Nele encontramos depoimentos de atletas, técnicos e organizadores do evento, que exalta o quanto essa competição fugia aos moldes do esporte formal proposto no JEB'S como um todo. Eles apresentam em seus depoimentos que o diferencial dessa competição era a presença dos mestres antigos da capoeira<sup>11</sup>. Eles faziam a diferença nas histórias contadas e cantadas na roda e fora dela.

Em 1989, depois de muitas argumentações e embates, segundo Mestre Itapoan, o cartaz de divulgação do JEB'S foi representado por uma roda de capoeira, na qual sobressai o jogo de duas garotas. Para a época era um indício de que a modalidade mexia com a competição, trazendo aspectos dantes não cultivados nesse espaço. Seria a volta que a capoeira dava na perspectiva de sua esportivização? Para afirmar ou negar essa problemática será necessário adentrar ainda mais esse universo, o que não foi possível para esse estudo preliminar.

Contudo, torna-se curioso identificar que depois de tanto sucesso, a competição de 1990 foi reorganizada, dessa vez favorecendo um apelo de uma minoria de técnicos que acreditava que os mestres antigos não julgavam com tanta objetividade. Segundo Luís Carlos Tavares (Mestre Lucas) alguns mestres, técnicos de seleções dos estados, argumentavam que os árbitros da competição deveriam ser mestres jovens e ligados a uma capoeira mais moderna. Assim mestres reconhecidos e enaltecidos como João Pequeno e Paulo dos Anjos foram afastados da competição. Com isso muitos outros mestres se desvincularam do JEB'S em sinal de protesto, como foi o caso de Mestre Itapoan e Hélio Tabosa (do Mestre Tabosa) (BARBIERI, 1995).

Uma descoberta recente e que merece investigações posteriores é que muitos daqueles atletas de vários estados do Brasil, consagrados nos JEB'S pelo julgamento dos velhos mestres, hoje são responsáveis pela continuidade da prática da capoeira em seus estados. O que pode ser um grande argumento da importância da presença dos mestres nessa competição.

Em 1991, 1992 e 1993 a capoeira não aparece nos JEB'S como modalidade competitiva. Essa invisibilidade pode ter sido por motivo de disputas políticas internas da Secretaria de Esporte Educacional do Ministério de Educação e Cultura sobre qual perspectiva a capoeira deveria se apresentar. Era um momento de muitas discussões e embates teóricos metodológicos entre os intelectuais da área, que lutavam para uma reorganização das perspectivas da Educação Física Escolar e dos esportes na escola.

Em 1994 em Recife, eu pude participar da competição de capoeira do JEB'S, secretariando a mesma, que aconteceu em julho, no Teatro Barreto Junior, no bairro do Pina. A escolha do espaço foi algo inovador para os participantes acostumados com competições que aconteciam em ginásios esportivos. Esse espaço favoreceu novas relações na competição. Nos intervalos, por exemplo, colocávamos músicas que faziam atletas, técnicos, mestres e organizadores do evento dançar juntos. Independente do estado de origem e do lugar que ocupavam na competição, os participantes se divertiam juntos, quebrando o clima de disputa que se faziam presente em alguns momentos na competição.

Testemunhei muitas trocas de endereço e telefone entre os atletas. Além de muita emoção na despedida dos envolvidos na competição. Maria Daniela C. G. de Melo (Contramestra Dani), em depoimento cedido ao livro organizado por Barbieri, diz-nos que esse era sempre o tom das competições dos JEB'S. “Quando sentíamos que estava terminando o campeonato, aquele contato especial com pessoas especiais - que até hoje fazem parte da minha vida- batia uma dorzinha em nossos corações, e o voltar pra casa machucava” (BARBIERI, 1995:12)

O espaço do teatro também permitiu uma participação mais efetiva da comunidade, que torcia pelos atletas pernambucanos. Além de aproveitavam para ver mestres antigos da capoeira, de notoriedade nacional, que sempre quebravam o protocolo da competição e apresentavam seus pontos de vista sob algum aspecto ou entoava uma cantiga descontraindo os atletas e emocionando a todos.

Pernambuco se destacou em todos os anos que participou dos JEB'S, tendo seus atletas sempre nas primeiras colocações, nas diferentes categorias competitivas que se dividiam por peso e sexo. Consagrando-se em todos os anos entre os quatro primeiros colocados do país. Em 1988 foi vice-campeão geral da competição. Toda essa participação foi documentada pelo Diário de Pernambuco que dava destaque aos atletas que levavam o nome do estado.

Em 1986, o JEB'S aconteceu em Vitória do Espírito Santo; em 1987, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul; em 1988, em São Luiz do Maranhão; em 1989 e 1990 em Brasília, e em 1994, em Recife, Pernambuco. A coordenação da competição cabia a um grupo de mestres de capoeira, professores de Educação Física e alguns técnicos da Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério de Educação e Cultura. O grupo, em sua maioria, defendia os princípios de um esporte educacional, que para Barbieri (1998:118), podia ser compreendido como:

... um dos sentidos atribuídos ao esporte que, como atividade humana- mediante o desenvolvimento integral do ser humano, de sua individualidade e de sua socialização, da preservação de sua saúde, do desenvolvimento da auto-estima, do auto-conhecimento e do fazer-se no mundo- se manifesta no âmbito dos sistemas formais de ensino como fora deles, tendo como seus princípios constitutivos, a totalidade, a cooperação, a participação, a co-educação, o regionalismo e a emancipação, e como última finalidade a formação do homem e da cidadania.

Esses princípios do esporte educacional foram aos poucos sendo divulgados pelos capoeiristas participantes dos JEB'S em seus estados. Os eventos de batizados, encontros e rodas abertas, que envolviam vários grupos, passaram a priorizar um diálogo corporal, uma capoeira mais jogada, um respeito maior aos rituais dessa prática. Nesse período, segundo Ricardo Dias de Sousa Pires (Mestre Mago), houve no nordeste um grande

intercâmbio entre grupos de capoeira de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe e Bahia. Os participantes desses intercâmbios se encontravam duas a três vezes por ano. Estabeleciam uma troca de experiência entre seus saberes e fazeres, tendo como momentos especiais, o contato com os mestres antigos da capoeira.

Em Recife, o Grupo Chapéu de Couro, na época coordenado pelo Mestre Birilo e Mestre Corisco, protagonizou eventos, trazendo mestres de grupos importantes do Brasil e aqueles tradicionais, mais velhos, vindos da Bahia. Esses espaços ajudaram a divulgar e consolidar o jogo da capoeira no estado, introduzindo aspectos particulares para o entendimento das rodas de capoeira Angola e Regional.

Os eventos organizados pelo Chapéu de Couro aconteciam na quadra da UNICAP (Universidade Católica de Pernambuco), eram sempre momentos em que se faziam exposições de outras expressões da cultura do estado e se apresentavam a comunidade, que lotava esse espaço, os mestres locais e de renome nacional.

Muitos outros grupos na cidade também começaram a adotar esse formato de evento, que possibilitou um diálogo maior entre os capoeiristas de Recife com os dos demais estados do Brasil e de outros países.

#### DESDOBRAMENTOS E POSSIBILIDADES DE CAMINHOS

As estratégias das instituições oficiais brasileiras de tornar a capoeira uma prática esportiva, que encarnasse valores hegemônicos da cultura corporal de movimento, encontraram-se com as táticas dos capoeiristas que recriaram e recriam os sentidos dos esportes em seus territórios de atuação. Na cidade de Recife, na década de 1980, a participação em competições esportivas, ajudou a criar laços e práticas solidárias entre os capoeiristas, muito mais do que apartaram seus sujeitos devido aos desafios corporais a que se submetiam.

Mesmo sendo espaços de pouca participação das mulheres, de disputas de concepções e identidades da capoeira, as competições esportivas aglutinaram diferentes capoeiristas e escolas dessa prática, permitindo um intercâmbio de saberes e fazeres e uma ressignificação dessa prática na cidade.

Apesar da competição de capoeira nos campeonatos nacionais não ter mais a visibilidade que tinha e a dos jogos escolares ter sido extinta, muitos capoeiristas ainda participam de competições esportivas, procurando um intercâmbio nesse meio. Muitos recorrem às competições como espaços para apresentar suas identidades particulares e comungar com as identidades coletivas dessa prática cultural. Colaboram assim com a consolidação do jogo da capoeira, reinventando seus saberes, fazeres e espaços de convivência, imprimindo ao sentido oficial do esporte, outras possibilidades de vivê-lo e concebê-lo.

Em posteriores investigações, confrontando outros documentos produzidos no período estudado e dispondo de outros relatos de memória, procurarei identificar outros rastros, novos caminhos para entender as trilhas percorridas pelos capoeiristas na década de 1980, na construção e consolidação do jogo da capoeira em Recife.

A cantiga de domínio público, abaixo descrita, entoada nas rodas de capoeira, exalta as ambigüidades tratadas nesse texto, com as quais os capoeiristas se deparam no seu dia a dia. Ela é uma representação do sentimento de resistência e pertença que os capoeiras acabam imprimindo nessa prática.

Nas voltas que o mundo deu,  
Nas voltas que o mundo dá,  
Você diz que dá no nêgo,  
No nêgo você não dá...

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Raimundo Cesar Alves de. **Retalhos da Roda**. Salvador: Ginga Associação de Capoeira, 2005.

BARBIERI, Cesar. (Org) **Capoeira nos JEB'S**. Brasília: Centro de Informação e Documentação Sobre a Capoeira, 1995.

----- **Esporte Educacional: uma proposta de restauração do humano por intermédio da educação pelo esporte**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Mestrado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Brasília, 1998.

BARBOSA, Wallace. **Dossiê do Inventário da Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil**. Brasília, 2009.

- BELTRÃO, Monica. **A Capoeira dos Leões do Norte: A Herança de Pernambuco**. Recife: Nossa Livraria Editora, 2011.

- BRACHT, Valter. **Sociologia Crítica do Esporte: uma introdução**. Vitória: UFES, 1997.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: A história que não se conta**. Campinas: Papirus, 1988.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1995.

CORDEIRO, Izabel Cristina de Araújo. **Capoeiras Do Recife Entre O Novo e o Antigo: estudo comparativo entre os grupos da Abadá Capoeira e do Centro de Capoeira São Salomão**. 1999. Dissertação de Mestrado em Antropologia – Pós Graduação em Antropologia, da Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

DIAS, Cleber. Sociologia Figuracional E Os Estudos Do Esporte. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, v.31, n.2, janeiro de 2010, p. 155 a 169.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime. Esportivização. In: **Dicionário Crítico de Educação Física**. GONZÁLEZ, Fernando Jaime e FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo (Org) Jjuí: Editora UNIJUÍ, 2005, p.170 - 174.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Tomo III. Campinas: Papyrus, 1994.

REIS, Mariana. **Dia de Negro**. Recife: Do autor, 2012.

VIEIRA, Luiz Renato. **O Jogo da Capoeira - Cultura Popular no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Sprint, 1995.

MORAES, Helio Tabosa de. **Mestre Tabosa O Filho de Xangô**. Brasília: 2009.

# Sociabilidade, desígnios e subjetividades: novos lugares no Recife (2000-2014)

Vania Cavalcanti<sup>1</sup>

O olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando Tamara, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes. (CALVINO, 2003:20).

A cidade contemporânea tem sido tema para estudos em diversos campos do saber. Está sujeita a diferentes interpretações e re-significações uma vez que seu conceito é historicamente construído. No contexto da sociedade atual, parece difícil não alinhar aos estudos da ‘cidade líquido-moderna’ (BAUMAN, 2007: 87), noções sobre globalização, tecnologia, informação, comunicação, fluxos, ciberespaço, descontinuidades, identidade e cultura.

As práticas sócio-espaciais na atualidade configuram-se por mudanças rápidas que constantemente são reexaminadas, na medida em que, as informações são trocadas continuamente pelas redes sociais virtuais (HALL, 2011). Sendo assim, a complexidade<sup>2</sup> marca as relações que transparecem na cidade e não há definição que possa abranger, exclusivamente, a multiplicidade de visões que eclodem em virtude das dimensões que a cidade possui como espaço de comunicação, convivência, memórias, sonhos, saudades e tantas quantas referências possam dela suscitar.

Considerando-se o viver social uma condição humana (MUMFORD, 1998), conhecer as práticas de sociabilidade é essencial para se compreender a vida na cidade de hoje. A sociabilidade consiste em uma tendência que as pessoas têm para a vida em sociedade e aos modos de

quem vive em sociedade. Tudo o que envolva a vida humana e que dela derivem relações, mais ou menos duradouras, tornam-se condições essencialmente humanas. Atividades, comportamentos, modos de agir e produtos condicionam ‘a existência humana’(ARENDT, 2010:11).

Em um mundo globalizado, a cada momento, as mudanças interferem na identidade cultural das sociedades e nos nossos pontos de apoio, ou referências, que tradicionalmente ancoraram as convivências e a vida das pessoas, configurando relações complexas porque a existência das pessoas se funda em trocas, vivências, percepções e atitudes cujas bases encontram-se entrelaçadas em uma ampla teia de vinculações.

As redes urdidas ao longo do tempo podem ser observadas a partir do conhecimento de conexões que cercam a vida das pessoas, cotidianamente. Nesse contexto, práticas, relações sociais e espaços edificados, deixam de ter funções específicas. Passam a ser uma combinação subjetiva de fazeres, pensamentos e sentimentos que transparecem, entre imagens e formas, regidas por leis próprias, repletas de representatividade e intencionalidade (SANTOS, 1982).

A ambiência urbana<sup>3</sup> é resultado de convivências que se constroem em contextos culturais específicos e decorrem de múltiplas delimitações. Em uma sociedade diversificada como a da pós-modernidade<sup>4</sup>, as mudanças sociais atribuem valores e papéis diferenciados às representações que moldam a produção espacial. Portanto, novos desejos demandam outras práticas e representações. Aspectos permanentes e necessidades de transformação passam a coexistir em uma dialética gerada pela ligação entre aspirações e fenômenos vivenciados, visíveis no cotidiano das pessoas pelas relações nos ambientes urbano-arquitetônicos<sup>5</sup> (SANTOS, 1982).

Na contemporaneidade e no âmbito urbano as necessidades sociais, antigas e novas, configuram dinâmicas sócio-espaciais. Novas centralidades reelaboram modos de se relacionar, viver, produzir e reinterpretar os ambientes onde a vida cotidiana acontece e geram necessidades de transformação. As modificações resultam da mudança de paradigmas e visões de mundo, que alteram também os modelos de representação no

cenário urbano. Assim, a paisagem cultural<sup>6</sup>, reflexo da interação entre indivíduo e meio, modifica-se para se adaptar às exigências humanas (SANTOS, 1982).

No campo social, cotidianamente, é nos lugares que os seres humanos almejam dar sentido, identidade e significado as suas vidas. Contudo, nas cidades de hoje poderes globais atuam e levam a transformações de ordem político-econômicas que introduzem modificações significativas nos modos de viver, em que práticas culturais locais interagem com o mundo em conexões virtuais (BAUMAN, 2007).

A partir das últimas décadas do século XX configuram-se modelos de cidade que consideram a incerteza, o risco, a multiplicidade, a fragmentação e indeterminação marcas inerentes ao mundo globalizado. Esses modelos interligam sociedade, cultura, identidade, tecnologia e espaço. As cidades são o cenário para as mudanças em uma sociedade formada por pessoas conectadas a redes virtuais e em tempo real que trocam informações e comunicam vivências para todos os lugares do mundo (ARAÚJO, 2011).

Estas novas maneiras de se relacionar também moldam espaços e representações, uma vez que as relações humanas são mediadas em lugares e que dentre nossas práticas cotidianas incluem-se também a práticas no ciberespaço. Desse modo, as novas tecnologias de comunicação, informação, sensores, câmeras e defesa são forjadas para atender aos novos modelos para encontro e práticas de sociabilidade, quer sejam reais ou virtuais (ARAÚJO, 2011).

Assim, as práticas sócio-espaciais tornaram-se interativas, inclusivas, de exclusão, de permanência e de transformação. Continuidades e mudanças são partes da complexa trama resultante das ligações entre tempos, histórias e memórias nas sociedades e cidades atuais. Novas necessidades e práticas de sociabilidade demandam outras respostas, respostas estas que mudam as cidades na contemporaneidade. O Recife atual é uma das cidades em processo de transformação e tem sido tema para muitas discussões.

Considerando-se que as mudanças acontecem com intensidade percebi que, muitas vezes, não reconhecia muitos lugares na cidade. Eles

permaneciam na minha memória. Em mim havia muitos tempos, como na cidade. Com um olhar mais atento observei outros Recifes, cujas imagens me envolviam e cercavam.

Entre o ano de 1996 e 2012 foram criadas muitas leis para o Recife. A sociedade, a cidade e suas arquiteturas mudavam rapidamente. Em certa medida, as mudanças nos lugares causavam desconforto e falta. E também me sufocavam. Como observou Rezende (2003), sob a óptica capitalista de produção e reprodução do espaço, a cidade parece oprimida.

Novas configurações inseridas neste contexto são delineadas e alteram as relações de sociabilidade. No que concerne às questões urbanas, as transformações e os problemas dela resultantes atingem a todos. Em meio a um conjunto de relações antagônicas, a cidade parece mesmo um grande cenário em que discussões sobre antigo, novo, identidade, mudanças, permanências e relações sócio-espaciais dividem forças ou disputam espaço.

Tem sido corrente nas mídias notícias acerca dos projetos para um novo Recife<sup>7</sup>. As transformações são bastante significativas do ponto de vista sócio-espacial e motivam contestação entre arquitetos, urbanistas, historiadores, sociólogos, geólogos, dentre outros. São amplamente debatidas nas redes sociais pela internet. Mediante os paradigmas e paradoxos atuais, tornou-se difícil identificar e apreender o novo tal qual se anuncia para o Recife. Assim, a necessidade de (re)conhecer e refletir sobre práticas de sociabilidade<sup>8</sup> na cidade atual.

Desse modo, sem a pretensão de ser a única leitura possível sobre o tema, pretende-se trazer reflexões sobre práticas de sociabilidade e rebatimentos sobre a história urbana do Recife que se constrói no presente. Estas práticas interligam-se ao contexto que a modernidade tardia traz consigo, com modelos de representação que precisam ser investigados, para serem compreendidos (HALL, 2011). A relevância do tema consiste em pensar acerca das relações existentes entre práticas sociais e representações na cidade.

Para compreender este complexo de vinculações sedutoras em seus discursos e muitas vezes excludentes em suas práticas, em pouco tempo as leis e os livros tomaram muitos lugares da casa. As leis para compreender,

interpretar, emitir pareceres; elas existem para regulamentar as diversas práticas sócio-espaciais. Os livros, que entre teóricos, teorias e fontes, buscava compreender as práticas do historiador. E a síntese. Ou seja, a escrita desta história, porque 'a criação é flutuante e escreve os desfazer do tempo' (REZENDE, 2011).

Rezende (2003) vê na História possibilidades de refletir sobre a vida. No âmbito da História o método se organiza mediante delimitações. Relaciona-se o que se estuda com as fontes de pesquisa, com o contexto espaço-temporal e a construção da narrativa. Esta construção está carregada de subjetividades, posto que mediada a partir de um lugar social. Isto implica também em um posicionamento (CERTEAU, 2007).

Historiar sociedade e cidade contemporâneas é uma temática polêmica e atual. É problematizar e trazer reflexões importantes sobre a vida nas grandes cidades brasileiras. É pensar acerca de temas que constituem a razão de ser, de viver e de conviver no mundo de hoje, mediante as urgências do agora, as incompletudes humanas e as contingências de um mundo, que nem sempre reconhecemos, mas que se desvendam com velocidade e intensidade em nossas vidas. São práticas de sociabilidade.

Para lidar com os antagonismos presentes na sociedade e cidades contemporâneas, a História Cultural tem como escopo fundamental identificar como em um ambiente e período determinado, acontecimentos sociais são elaborados e construídos, passando a ser instrumentos de leitura de uma coletividade. A História Cultural alinha-se ao social porque coloca questionamentos e concentrações sobre as forças que delimitam situações, circunstâncias e conexões a ela pertinentes (CHARTIER, 2002)<sup>9</sup>.

Foi necessário, no entanto, pensar um pouco mais no momento em que os tempos são líquidos (BAUMAN, 2000) e em que somos, a todo instante, seduzidos pela mídia, pelos lugares que fomentam sonhos e nutrem ilusões. Este texto, portanto, é uma pequena parte de muitas idéias para estudar sociabilidade e subjetividades no Recife que está sendo pensado hoje e que se apresentará para o futuro em meio à complexidade do mundo atual.

Compreender tais fenômenos e seus objetos, enquanto representações de visão de mundo, requer também buscar novas estratégias para enriquecimento e apreensão das fontes documentais, necessárias e disponíveis para a pesquisa, e imprescindíveis à História (PINSKY, 2010).

Estudar sociabilidades a partir de fontes diversificadas que articulem o viver cotidiano aos ambientes e lugares nos quais as relações humanas são mediadas, é também um dos caminhos para compreendê-las. Para tal, as principais fontes de pesquisa foram as informações veiculadas pela mídia nos jornais, revistas e na internet, a legislação vigente para a cidade do Recife<sup>10</sup>, assim como nas informações de domínio público publicadas acerca dos documentos e processos da 1ª Regional do Recife<sup>11</sup>.

A diversidade dos processos que tramitam na instituição ampliou a noção dos movimentos na cidade e permitiu observar como se dão as relações entre o órgão responsável pelo controle urbano e a sociedade. Tornou também possível perceber que as práticas de sociabilidade transformavam-se, mesmo porque, a própria legislação em certos aspectos propicia estas mudanças.

Compreender a sociedade atual com seus anseios, necessidades, práticas, relações e modelos de representação que surgem como novos padrões, em meio aos formados ao longo do tempo, constituem-se num dos grandes problemas na atualidade, já que, é corrente saber-se que, os indivíduos possuem subjetividades as quais, conquistas materiais e científicas não respondem sozinhas, e adequadamente, aos anseios existenciais, conformando lacunas individuais e coletivas.

Segundo Milton Santos (1982), a compreensão das práticas e relações sociais nesse complexo de formas e representações presentes nas cidades, requer a contribuição de campos disciplinares diversos. Para tal, a interdisciplinaridade é indispensável à construção e compreensão de aspectos diferenciados, que organizam a sociedade contemporânea em meio às incompletudes humanas e antagonismos sociais.

O momento atual propicia a interdisciplinaridade como perspectiva de abordagem, maneira ou método de enfocar ou interpretar algo por-

que as antigas identidades estão em declínio, isso fragmenta os indivíduos na medida em que abalam modelos de referência que colaboravam para o equilíbrio das pessoas no mundo social (HALL, 2011).

Admite-se aqui que a significação cultural é testemunho do passado, do presente, e do futuro. Ela se impõe e se revela como documento de uma cultura, marco de que a ambiência urbana se realiza pela vitalidade social. Pode estar parcialmente oculta, muitas vezes, porque se desvenda quando interfere na maneira de o indivíduo agir, pensar, sentir e olhar os ambientes, e com eles se relacionar. Pode variar, de sociedade para sociedade, transformar-se de geração a geração, persistindo, porém, em ligações e comportamentos individuais ou coletivos da sociedade ao qual se liga<sup>12</sup> (HALL, 2005).

A cultura<sup>13</sup> é a base pela qual os indivíduos percebem o mundo, as relações e sensações que dele emanam (HALL, 2005). As formas criadas, especialmente as urbano-arquitetônicas, estão inevitavelmente interligadas à vida e à cultura da sociedade. Os contextos são apreendidos a partir do conhecimento da sociedade da época, que cria as condições ao estar no mundo entre os indivíduos (ARENDETT, 2010).

Em virtude dessas constatações, as pesquisas sobre maneiras de compreender e de estudar as representações que se materializam no cenário urbano<sup>14</sup> são importantes. Em se tratando de ambientes que se transformam cotidianamente, como no Recife, a complexidade transparece pelas especificidades, participam de uma construção permanente; desvendam e dimensionam significados diversos (PINSKY, 2009).

As formas espaciais são resultado de desejos e anseios sociais. Representam um conjunto cultural que se revela sob diferentes aspectos, mesmo quando não explicitamente visíveis. Reservam identidades cuja compreensão extrapola a apreensão da forma em si, com significações ou re-significações relacionadas à gradual articulação entre permanências, transformações, necessidades e representações sociais (ROSSI, 1998).

As estruturas materiais que instituem, ou que passam a constituir os ambientes construídos, tornam-se marcas impressas na paisagem local,

não apenas sob o ponto de vista da matéria construída, ou da transformação de paisagens culturais, porém, especificamente, do que significam para o viver social e ao desejo de ser feliz (SPONVILLE, 2001), considerados valores inerentes à condição humana.

A realidade que a sociedade atual vivencia, cotidianamente, é algo que se estende em um mundo em movimento, portanto, em transformação. Contudo, em meio às mudanças, há subjetividades humanas que permanecem. Todas são mediadas em lugares. Desse modo, a realidade atual descortina um universo de relações sócio-espaciais que se apresentam mediante a estrutura social.

Existem muitos caminhos possíveis para conhecer sociabilidades na cidade contemporânea. Tarefa não muito fácil quando se veem grupos protegidos por torres de vigilância e equipamentos de última geração para segurança 'e, ao mesmo tempo, nos terrenos baldios em volta, os pobres revirando os lixos em busca de qualquer coisa que possa ser comida' (EAGLETON, 2011:38 e 39).

É difícil compreender uma cidade em que pessoas dormem ou vivem nas praças e nas calçadas. Crianças brincam em canais a correr por cima de garrafas vazias de refrigerante 'pet', lixo das grandes cidades; adolescentes drogam-se ao longo de importantes vias de escoamento da cidade; idosos e mulheres jovens, com filhos pequenos, pedem dinheiro nos sinais dos cruzamentos de ruas. Tão complexo quanto isto é observar e conviver com o medo, a violência, a insegurança e a indiferença. Práticas nos muitos Recifes de hoje.

As mudanças são imperativas. Novos espaços estão sendo pensados pela lógica da privatização e da verticalização. Habitações multifamiliares e centros empresariais que se assemelham aos conhecidos clubes sociais, com quadras esportivas, ciclovias, parque infantil, piscinas, saunas, salão de jogos, de festas. E mais: viadutos, novos shoppings, igrejas com dimensões de estádios e sólidos edifícios-garagem, modelos pensados para o Recife do presente.

Contrariando as vertentes do planejamento atual, que se fortalece-

ram no Brasil a partir dos anos 80, do século XX, e embasadas em valores que, tradicionalmente, amparam os sonhos mais importantes na vida dos indivíduos, como o de ter a casa própria, segurança, proteção, conforto e qualidade de vida, essas tipologias têm sido a opção para a justificativa de trazer o novo como se apresenta atualmente (LOUREIRO E AMORIM, 2005).

Estas arquiteturas acarretam profundas transformações ao lugar, além de um conceito de morar, de viver e de se relacionar com as pessoas e com o bairro, diferenciadas. Isto porque se mostram à exterioridade como objetos para contemplação, porém, fechadas ao mundo exterior, voltadas ao interior, completamente resguardadas, sob restrições específicas, para quem os vivencia e para quem os observa (BAHIA, 2004), portanto, negam-se ao viver social e à sociabilidade.

Historicamente as cidades foram concebidas para proteger e dar segurança a seus habitantes. Paliçadas e muralhas nas cidades antigas e medievais garantiam a proteção de grupos sociais. Contudo, Bauman (2007) observou que, nos últimos anos, é constante associar a vida nas cidades aos medos urbanos, à insegurança e à violência. Desse modo, novos modelos de morar, e de trabalhar, existem mais para proteger grupos específicos e menos para integrar socialmente os cidadãos.

Esses exemplares são socialmente excludentes e segregadores. Tendem ao individualismo e à auto-suficiência, muito embora áreas destinadas ao lazer apareçam como diferenciais nas propagandas dos empreendimentos para venda e consumo. Estão em desacordo com o sentido do viver social e valores sociais como o respeito, a solidariedade, a identidade cultural e às práticas estabelecidas ao longo do tempo. Os excluídos desse sistema são vistos como ameaças (BAUMAN, 2007).

Assim, o atual panorama de muitas metrópoles brasileiras passa a desvelar um cenário no qual objetos arquitetônicos tendem cada vez mais a demonstrar egocentrismo<sup>15</sup> dominando a fragmentação. A cidade passa a ser vista como um espaço propício à produção de peças para venda e consumo, em que incorporadores atuam inserindo modelos arquitetônicos<sup>16</sup> em áreas valorizadas por paisagens culturais<sup>17</sup> (BAUMAN, 2007).

Sob a prerrogativa da construção do novo e utilizando-se de artifícios midiáticos e das novas tecnologias criou-se uma estética que altera o lugar, não dialoga com a sociedade local, e nem com a paisagem, elaborando-se um ideal que se afirma no meio social, com grande probabilidade de estarem produzindo, não apenas necessidades de uma sociedade em transformação, mas também, reproduzindo antigos modelos de relações culturais, que permanecem nos dias de hoje.

Introduzidos no ambiente construído, tendem à criação de lugares desérticos e sujeitos a diversos tipos de violência. Isso se rebate sobre a vida das pessoas, transparecendo através de sentimentos de medo, angústias e fobias, podendo levar ao isolamento, ao individualismo e a práticas como preconceitos e discriminações (BAHIA, 2004).

O Recife que se constrói hoje, em meio a diversas transformações espaciais e à velocidade com que se apresentam ensejam reflexões mais profundas acerca das relações sociais, culturais, políticas e econômicas a que estão interligadas. Fios entrelaçados ao tempo em uma teia de relações que se descortinam, envolvem, e se escondem.

As principais intervenções espaciais para o Recife localizam-se na região no qual se encontram os bairros mais antigos da cidade. Para estas áreas estão previstos adensamentos por meio da construção de torres condominiais multifamiliares e empresariais<sup>18</sup>, igrejas e edifícios garagem. Além disso, evidenciam-se profundas diferenças, disparidades e antagonismos sociais, posto que os grupos contemplados com estes planos não serão as comunidades carentes que residem e trabalham no local há muitos anos.

Do ponto de vista das práticas de sociabilidade e da mobilidade urbana<sup>19</sup> alguns segmentos sociais acham que o local não comporta as mudanças decorrentes dessas intervenções, considerando-se a dimensão das mesmas e o impacto sobre lugares historicamente constituídos. Contudo, os planos de renovação para a cidade parecem caber nos novos projetos para o Recife.

Os planos estão muito bem fundamentados por sedutoras lógicas propostas para a cidade. As novas arquiteturas irão alterar as maneiras e

os modos de relação que tradicionalmente marcaram a identidade desses lugares. Os novos empreendimentos trazem consigo rebatimentos diretos sobre a sociabilidade. Estão ligados ao fenômeno do crescimento acelerado das cidades brasileiras e à verticalização sob a proposta de estar fazendo, ou trazendo, o novo. A reabilitação<sup>20</sup> nesta área do Recife deverá acontecer urgentemente<sup>21</sup>.

O espaço construído é resultante do acúmulo de práticas sociais e culturais que se encontram intrinsecamente articuladas (SANTOS, 1982). No que se refere à verticalização, traduzem preconceitos e discriminações, permitindo atitudes e ações rotineiras como a restrição, a separação e a suspeição, quando utilizam soluções projetuais para segregar, delimitar, fragmentar e excluir, ou mesmo negar, as demais estruturas dos lugares historicamente constituídos (BAHIA, 2004).

Os projetos têm acarretado discussões entre segmentos da sociedade, porque propõem significativas alterações ao lugar. Rebatimentos reverterão sobre as práticas de sociabilidade. A partir de 2011 intensificaram-se os questionamento e movimentos sociais que buscam outro modelo de cidade, que certamente não é o mesmo que se pretende construir para o Recife<sup>22</sup>.

Estes Recifes de identidades em crise (HALL, 2011), multifacetadas, abrem caminho para o estudo das subjetividades, e como tais, invisíveis aos olhos. Por um lado, estes planos<sup>23</sup> são também objetos de representação social e de visões particulares de mundo, ou seja, conjunto de desejos, sentimentos e pensamentos partilhados por indivíduos de grupos ou categorias sociais (LUCKÁCS, apud CHARTIER, 2002:47), portanto, reconhecidos por segmentos da sociedade atual.

Um contraponto discute as subjetividades e rebatimentos sobre as pessoas, suas vidas, seus lugares de encontro e sociabilidade. Nesse contexto, a sociabilidade, ou seja, a tendência para a vida em sociedade ou os modos de quem vive em sociedade serão modificados. Quando processos segregadores desestabilizam a ordem social, entram em crise as identidades (HALL, 2011).

Não se realizando os encontros, ou, esgotando-se as possibilidades do viver e do estar no mundo em sociedade, prevalecem individualismos e isolamentos que, possivelmente, colocam em crise as condições essenciais para a razão de viver nas cidades. Estes são pontos que devem ser levantados para reflexão na contemporaneidade. Não há conquistas sem partilhar experiências e vivências com o outro. Como aponta Sponville (2001) há caminhos possíveis. Eles passam pelo campo da teoria, da prática, da política e da afetividade.

Novas configurações às práticas de sociabilidade na sociedade e cidade atuais estão sendo postas. Compreender que desígnios se colocam para apreender o mundo de hoje é um dos grandes desafios aos estudos da contemporaneidade. O estar no mundo em sociedade é condição para a sobrevivência do indivíduo, que através dos artefatos asseguram continuidade e sentido à fragilidade da vida humana. As atitudes asseguram sentido às lembranças (ARENDETT, 2010).

Em todos os tempos e lugares certezas, incertezas, encontros, desencontros e incompletudes fizeram parte da vida das pessoas. Pertence a cada indivíduo, imaginar, sentir, agir e percorrer os labirínticos e fragmentados caminhos, em que sensibilidade e experiência tornam-se fontes inesgotáveis à criação, aos sonhos e à transformação.

## Notas

1Arquiteta, Mestre em Desenvolvimento Urbano (UFPE, 2007) e Doutoranda em História (UFPE, 2011).

2Conjunto de relações que apresentam interdependência, de apreensão difícil porque coexistem idéias vinculadas à afetividade, capazes de levar o indivíduo a sentir e agir de modo contraditório ou seguindo um padrão (HOUAISS, 2001).

3Ambiência é um conjunto de condições sociais, culturais e morais que cercam o ambiente em que as pessoas vivem e que sobre elas inclui (HOUAISS, 2001). Na cidade ela se realiza por meio das relações sociais, ou seja, pela vitalidade urbana.

4As especificidades do pós-modernismo devem ser compreendidas como sintomas e expressões de uma necessidade de fazer escolhas contraditórias. Envolve a inclusão das pessoas como sujeitos individuais numa realidade com muitas dimensões e discontinuidades, com estruturas sujeitas às instabilidades do capitalismo global, o que dificulta a compreensão de aspectos significativos para a sociedade (HARVEY, apud ORTEGOSA, 2004).

5As cidades e suas arquiteturas são artefatos materiais resultantes de necessidades sociais. Alterando-se a visão de mundo do corpo social, modifica-se o modo de vida, fatos que se rebatem sobre o ambiente urbano-arquitetônico (ROSSI,1998).

6Paisagem Cultural é o conjunto resultante de relacionamentos existentes em certo período entre indivíduos em um território definido. Sua aparência é resultado da ação de fatores naturais e humanos, conhecê-la auxilia a identificar culturas, práticas, crenças e tradições. (CURY, Recomendação nº R(95)9, 2004).

7No dia 1º de janeiro de 2013 o novo prefeito do Recife, Geraldo Júlio, assumiu a gestão da cidade. Em seu discurso de posse falou da missão de mudar o Recife ‘para construir um Novo Recife reencontrado com a sua história e sintonizado com o seu futuro... o Novo Recife é a vontade de elevar a nossa terra de volta para o lugar que merece: uma cidade reconhecida, respeitada e valorizada, uma referência para o Brasil e para o mundo’ (Discurso de posse em 01/01/2013, publicada em vídeo no site do Jornal do Comércio - [www.jconline.com.br](http://www.jconline.com.br). Acessado em 03/01/2013, às 22:35h).

8A palavra ‘sociabilidade’ significa ‘a tendência para a vida em sociedade’ ou ‘os modos de quem vive em sociedade’ (BUENO, 1989).

9Chartier (2002) sugere metodologia que se relacione “às classificações, divisões e delimita-

tações ” (CHARTIER, 2002, p.17), uma vez que organizam a compreensão de aspectos do universo social como categorias para a compreensão de uma determinada realidade. Para ele, “as estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como o não são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras. São estas demarcações, e os esquemas que as modelam, que constituem o objeto de uma história cultural.” (CHARTIER, 2002, p. 27).

10O trabalho da Secretaria de Controle Urbano - Dircon, na 1ª Regional do Recife, atual Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano consiste em analisar processos conforme as leis vigentes para a cidade do Recife. Leis, decretos, projetos, reformas, alvarás para demolições, de terrenos, para construção, anúncios, habite-se, aceite-se, documentos especiais e certidões compõem a diversidade de processos que tramitam na 1ª Regional.

11A jurisdição da 1ª Regional do Recife envolve os bairros do Recife, Santo Antonio, São José, Boa Vista, Soledade, Santo Amaro, Espinheiro, Aflitos, Graças e Jaqueira, todos eles lugares historicamente constituídos com uma diversidade de atividades e usos, que vão desde os habitacionais aos mistos, comércio e serviços em geral.

12A autora Lúcia Leitão (2009) relaciona diversos acontecimentos urbanísticos das cidades brasileiras, especificamente as do Nordeste, a heranças culturais configuradas no decorrer da formação dessas cidades. Para ela, o espaço público sempre foi um ambiente de exclusão, reservado aos negros, negras e mascates. As casas grandes dos engenhos e posteriormente os sobrados, eram ambientes fechados ao viver com a família e negavam a relação com a rua.

13O termo “cultura” é considerado na acepção da antropologia cultural, ou seja, “[...] é cultura toda intervenção humana sobre o dado natural, modificado de modo a poder ser inserido numa relação social [...]” (ECO, 1997, p.5).

14A cidade possui dimensões sujeitas a leituras diversificadas: espaço de convivência, de sonhos, memórias, recordações, saudades, anseios e medos, portanto, cada indivíduo traz uma visão e um sentimento de cidade particular.

15 Qualidade, condição ou caráter de egocêntrico; na Psicologia refere-se a um conjunto de atitudes indicando que um indivíduo se refere a si mesmo, essencialmente (HOUAISS, 2001).

16Tarcísio Bahia (2004) ressalta que o trabalho da especulação financeira internacional, produziu ‘enclaves de arranha-céus ou mega-estruturas’, supostamente auto-suficientes, iso-

lados por vias expressas e protegidos por muros com o objetivo de impedir o acesso de pessoas estranhas.

17No Recife, um dos maiores empreendimentos desse gênero é o 'Projeto Novo Recife', local privilegiado pela localização. O Cais José Estelita encontra-se na bacia portuária, lugar estratégico entre o Centro Histórico do Recife e a Zona Sul.

18Os condomínios verticais são edificações de luxo para moradia de várias famílias. Trouxe um conceito de morar, de viver e de se relacionar com as pessoas, diferente, anunciando-se como formas de morar ideais à vida atual (BAHIA, 2004).

19De acordo com o Plano Diretor do Recife, o conceito de mobilidade está ligado ao direito do cidadão de mover-se dentro da cidade, preocupa-se com os deslocamentos do ponto de vista físico das pessoas e dos automóveis nas ruas. Sob este aspecto não envolve as relações de comunicação interpessoais e coletivas, a sociabilidade e o viver social. Há que se observar que, em prol da mobilidade, as calçadas de alguns bairros estão sendo reduzidas para dar mais espaço aos carros.

20O termo 'reabilitação' consiste em uma estratégia de gestão urbana para requalificar a cidade existente com múltiplas intervenções para valorizar potencialidades sociais, econômicas e funcionais, e assim, melhorar a qualidade de vida das populações residentes, mantendo-se a identidade e características da área da cidade a que dizem respeito (Carta de Lisboa, 1995).

21Em um leilão realizado em 2008, a Moura Dubeux Engenharia comprou a área da antiga Rede Ferroviária Federal com cerca de 100 mil metros quadrados de área no Cais José Estelita para construir um complexo de edifícios residenciais e empresariais. Para isso, a construtora se uniu à Queiroz Galvão e à GL Empreendimentos e à Ara Engenharia e desenvolveu o Projeto Novo Recife, para construir 13 torres ao longo do cais e 'aproveita o charme natural do Cais José Estelita, no centro da cidade, para a implantação de um moderno polo empresarial, hoteleiro e residencial, com criação de ruas de acesso, e área pública integrada ao Complexo Turístico Cultural Recife/Olinda' (<http://www.glempreendimentos.com.br/>). Este projeto é considerado um dos maiores projetos imobiliários da Região Nordeste. De acordo com os empreendedores o projeto é um 'masterplan' e está em tramitação para aprovação na 1ª Regional do Recife. Nesta área, ainda de acordo com os empreendedores, serão colocados 'um mix de produtos, uma série de torres, flats, residenciais de tamanhos vários, unidades de 100 m<sup>2</sup> a 230 m<sup>2</sup>. O diferencial do produto consiste em revitalizar a área.

(Jornal do Comércio. <http://pedesenvolvimento.com/2012/02/29/comecam-obras-do-projeto-novo-recife-no-cais-jose-estelita/>. Acessado em 15/06/2012 às 22:30h).

22 Em audiência no dia 22/03/2012, o projeto foi apresentado na Câmara Municipal do Recife pelo arquiteto do consórcio. O projeto não agradou o público presente. Vários setores da sociedade são contrários ao projeto em virtude do impacto que causará ao bairro, à verticalização por ser solução urbanisticamente segregadora, ou seja, cria ambientes fechados, sem relação com o entorno, prioriza os carros e afasta as pessoas da rua, além disso, agravará problemas relativos à mobilidade urbana e congestionamento. Em virtude da magnitude do empreendimento para o local, lugar historicamente constituído caracterizado por ter paisagem urbana em que predominam casas térreas, sobrados antigos e diversos monumentos, patrimônios protegidos nas esferas federal, estadual e municipal, este projeto criou polêmica e está em discussão pela sociedade civil e por diferentes categorias de especialistas na área de conservação, arquitetos, urbanistas, professores universitários e pelo Ministério Público. (Publicado por Romero Rafael, em 22.03.2012 às 11:18h, no site <http://www.folhape.com.br/blogfoco/?p=11915>. Acessado em 30/07/2012 às 23:15h).

## Bibliografia

ARAÚJO, Rosane. **A cidade sou eu**. Rio de Janeiro: Novamente, 2011.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

\_\_\_\_\_. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1988.

AUGÉ, Marc. **Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Trad. de Maria Lúcia Pereira. 8.ed, Ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.

BAHIA, Tarcísio. **Ausência e presença arquitetônica na cidade contemporânea**. Arquitectos, São Paulo, 05.051, Vitruvius, set. 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BENÉVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 3. ed. Trad. de Silvia Mazza. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. (Obras escolhidas, vol. I). São Paulo: Brasiliense, 1994.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. **Seis propostas para o próximo milênio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CASTORIADIS, Cornelius. **Figuras do pensável: as encruzilhadas do labirinto**. Volume VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Trad. de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

\_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Vol. 1. 11. Ed.. Petrópolis: Vozes, 2003.

CHARTIER, Roger. **A História cultural: entre práticas e representações**. Trad. de M<sup>a</sup> Manuela Galhardo. Algés: Difusão Editorial, 2002.

COMTE-SPONVILLE, André. **A felicidade desesperadamente**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ECO, Umberto. **A estrutura ausente**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

EAGLETON, Terry. **Depois da teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Cia Brasileira, 2011.

FENELON, Déa; MACIEL, L. Antunes; ALMEIDA, P. Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). **Muitas Memória, outras Histórias**. São Paulo: Olho D'água, 2004. 296-313.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GAY, Peter. **Modernismo: o fascínio da heresia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da mineração - memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX**. Cuiabá: EdU-FMT, 2006.

HALL, Edward T. **A dimensão oculta**. Trad. Waldéa Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

LAPA, Tomás de Albuquerque. **Grandes cidades constroem-se com edifícios grandes?** Recife: Universitária - UFPE, 2011.

LE GOFF, Jacques. **Memória e História**. Editora da Unicamp, 1994.

LEITÃO, Lúcia. **Quando o ambiente é hostil: uma leitura urbanística da violência à luz de Sobrados e Mocambos e outros ensaios gilbertinianos**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. In: **Projeto História 17: Trabalhos da Memória**. Rev. do Programa do Departamento de História. São Paulo: EDUC/FAPESP, 1998.

LOUREIRO, Claudia; AMORIM, Luiz. **Dize-me teu nome, tua altura e onde moras e te direi quem és: Estratégias de marketing e a criação da casa ideal – parte 1 e parte 2**. Arquitectos, São Paulo, 05.057, Vitruvius, fev. 2005.

MAFFESOLI, Michel. **O instante eterno**. São Paulo: Zouk, 2003.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e Memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**. 4. ed.- São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ORTEGOSA, Sandra Mara. **Cidade e memória: do urbanismo arrasa-quarteirão à questão do lugar**. Arquitectos, São Paulo, 10112, Vitruvius, set. 2009.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

REZENDE, Antônio Paulo. **O Recife: histórias de uma cidade**. Org. Madalena Almeida. 2.ed. – Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2005.

\_\_\_\_\_. **Recife: que história é essa?** Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1987.

\_\_\_\_\_. O Recife: os espelhos do passado e os labirintos do presente ou as tentações da memória e as inscrições do desejo. In **Projeto História 18: espaço e cultura**. Revista do Programa de Pós-Graduados em História e do Departamento de História. São Paulo: EDUC/FAPESP, 1999.

\_\_\_\_\_. **Ruídos do efêmero**. Recife: Universitária - UFPE, 2010.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RYKWERT, Joseph. **A sedução do lugar**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SÁ, Alcindo José de & CRUZ, Luciana Maria da. **Medo Urbano e suas novas formas geográficas**. Recife: Universitária - UFPE, 2011.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço—técnica e tempo, razão e emoção**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003.

ZEVI, Bruno. **Saber ver a arquitetura**. Trad. de Maria Isabel Gaspar/ Gaëtan Martins de Oliveira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

#### **Sites pesquisados:**

<http://www.folhape.com.br/blogfoco/?p=11915>. Acessado em 30/07/2012. Publicado por Romero Rafael, em 22.03.2012 às 11:18h.

<http://www.glempreendimentos.com.br/>. Acessado em 30/03/2013 às 20:25h.

<http://www.observatoriodorecife.org.br/?p=4909&cpage=1#comment-2773>. Acessado em 30/03/2013 às 23:27h.

<http://www.peticaopublica.com.br/PeticaoVer.aspx?pi=PNRNAO>. Acessado em 15/06/2012 às 18:35h.

<http://www.pedesenvolvimento.com/2012/02/29/comecam-obras-do-projeto-novo-recife-no-cais-jose-estelita/>. Jornal do Comércio. Acessado em 15/06/2012 às 22:35h.

<http://www.recife.pe.gov.br>. Acessado em 20/04/2012 às 23:08h.

<http://www.vitruvius.com.br>. Acessado em 05/07/2010 às 20:15h.

**A HISTÓRIA E SUAS PRÁTICAS DE ESCRITA:  
relatos de pesquisa**

**FORMATO**

15,5 x 22 cm

**TIPOGRAFIA**

Fontin Sans

Minion Pro

**Editora**  
**Universitária**  **UFPE**

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 | Várzea, Recife - PE CEP: 50.740-530

Fones: (0xx81) 2126.8397 | 2126.8930 | Fax: (0xx81) 2126.8395

[www.ufpe.br/edufpe](http://www.ufpe.br/edufpe) | [livraria@edufpe.com.br](mailto:livraria@edufpe.com.br) | [editora@ufpe.br](mailto:editora@ufpe.br)



Os autores ao realizarem reflexões imprescindíveis às suas pesquisas, operam deslocamentos analíticos que atendem ao processo de ressignificação histórica, principalmente ao tratarem de determinados conceitos, como tão bem ensina o historiador alemão Koselleck, referência compartilhada. Nesse entrecruzamento de caminhos, os autores se inserem em diferentes campos de reflexão em sintonia com o tema e a documentação que norteiam a sua investigação. Encontram-se atentos ao amplo e complexo debate historiográfico, às propostas inovadoras, além de considerar a importância dos legados intelectuais mais pertinentes conforme assinala Roger Chartier no seu livro *A história cultural: entre práticas e representações*.

Regina Beatriz Guimarães Neto  
Prof<sup>ª</sup>. do Dpt<sup>º</sup> de História e do PPGH da UFPE

